

Mary Garcia Castro • Miriam Abramovay

GÊNERO E MEIO AMBIENTE

2ª edição
revista e ampliada

 **CORTEZ**
EDITORA

GÊNERO E MEIO AMBIENTE

CONSELHO EDITORIAL DA UNESCO NO BRASIL

Jorge Werthein
Cecilia Braslavsky
Juan Carlos Tedesco
Adama Ouane
Célio da Cunha

COMITÊ PARA A ÁREA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Julio Jacobo Waiselfisz
Carlos Alberto Vieira
Marlova Jovchelovitch Noletto
Edna Roland

GÊNERO E MEIO AMBIENTE

Mary Garcia Castro • Miriam Abramovay

Capa: Edson Fogaça

Preparação de originais: Nair Hitomi Kayo

Revisão: Maria de Lourdes de Almeida

Composição: Dany Editora Ltda.

Coordenação editorial: Danilo A. Q. Morales

ISBN: 85-249-0932-3

O autor é responsável pela escolha e apresentação dos fatos contidos neste livro, assim como pelas opiniões expressas, as quais não são necessariamente compartilhadas pela UNESCO, nem são de sua responsabilidade.

As denominações empregadas e a apresentação do material no decorrer desta obra não implicam a expressão de qualquer opinião que seja da parte da UNESCO no que se refere à condição legal de qualquer país, território, cidade ou área, ou de suas autoridades, ou a delimitação de suas fronteiras ou divisas.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa das autoras e dos editores.

© 1997 by UNESCO

Direitos para esta edição

CORTEZ EDITORA

Rua Bartira, 317 — Perdizes

05009-000 — São Paulo-SP

Tel.: (11) 3864-0111 Fax: (11) 3864-4290

e-mail: cortez@cortezeditora.com.br

www.cortezeditora.com.br

UNESCO — Representação no Brasil

SAS — Quadra 5 — Bloco H — Lote 6

Ed. CNPq/IBICT/UNESCO — 9º andar

70070-914 — Brasília-DF — Brasil

Tel.: (55 61) 2106-3500 — Fax: (55 61) 322-4261

e-mail: uhbrz@unesco.org

Impresso no Brasil — março de 2005

SUMÁRIO

Prefácio	
<i>Moacir Gadotti</i>	7
Posfácio	
<i>Nilza Araci</i>	11
Apresentação	
<i>Jorge Werthein</i>	25
Agradecimentos	31
Questões introdutórias e metodológicas	35
O enfoque “gênero/meio ambiente” e seu contexto	36
Mapeamento	39
Entrevistas	40
Seleção de ONGs	41
CAPÍTULO 1: ONGs de desenvolvimento e ambientalistas	43
A mobilização pelo meio ambiente e o lugar da mulher	43
Gênero e meio ambiente: ONGs de desenvolvimento e ambientalistas	55
Experiências e representações sobre gênero e meio ambiente: ONGs de desenvolvimento	57
Experiências e representações sobre gênero e meio ambiente: ONGs ambientalistas	63

Repercussão de programas das conferências internacionais das Nações Unidas	65
Globalização e exclusão	70
O Estado e as ONGs	71
Identificação de experiências locais	75
CAPÍTULO 2: ONGs do movimento de mulheres	79
Movimento de mulheres no Brasil e o desenvolvimento sustentável	79
A equação gênero e meio ambiente	85
Experiências e representações sobre gênero e meio ambiente, por agências	106
Experiências locais bem-sucedidas na relação gênero e meio ambiente	119
Considerações finais e recomendações	123
Anexo: Organizações entrevistadas	135
Organizações Não-Governamentais	135
Organizações Não-Governamentais Ambientalistas/ Ecologistas	135
Organizações Governamentais	136
Organizações Não-Governamentais do Movimento de Mulheres	136
Referências bibliográficas	137
Fontes primárias consultadas (entrevistas)	137
Fontes secundárias consultadas (publicações)	139
Nota sobre as autoras	143

Prefácio

UM OLHAR SOBRE GÊNERO E MEIO AMBIENTE

*Moacir Gadotti**

Há várias formas de olhar o tema deste livro. O meu não é o do especialista. É muito mais o olhar de um curioso que busca compreender com mais profundidade um tema pouco explorado. Dessa curiosidade nasceu este prefácio. O que gostaria de mostrar nestas duas páginas é que a abordagem de gênero na questão ambiental pode evidenciar elementos fundamentais para a construção de um desenvolvimento sustentável com equidade.

Seria preconceituoso dizer, por exemplo, que a relação entre gênero e meio ambiente se dá fundamentalmente porque as mulheres são mais sensíveis, são mais cuidadosas com o meio ambiente e preocupam-se mais com a natureza do que os homens, como se preocupam mais com os afazeres domésticos. Isso seria reforçar estereótipos em relação ao *papel da mulher*. Essa abordagem reproduz a clássica relação entre o pai provedor, criador da cultura e da civilização, e a mãe responsável pelo cuidado dos filhos e da casa. Neste livro, a mulher não está vendo o planeta da janela da casa. Ela está

* Moacir Gadotti é professor titular da Universidade de São Paulo (USP) e Diretor do Instituto Paulo Freire (IPF).

fora, com os pés na Terra. Suas contribuições teórico-práticas relacionadas com os movimentos ambientalistas se constituem em avanços significativos para a compreensão do tema, problematizando-o sob um novo olhar.

Essa parece-me uma das boas contribuições do livro de Mary Garcia Castro e Miriam Abramovay. Elas mapearam experiências, projetos e ideários, mostraram *pequenos grandes gestos* feitos para além dos discursos das grandes conferências mundiais sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Como mostrar os caminhos da *Agenda 21* a não ser nos exemplos concretos das iniciativas locais, das Organizações Não-Governamentais (ONGs) e das Organizações de Base Comunitárias (OBCs), por meio da documentação e da sistematização das experiências vividas pelas comunidades?

O movimento de mulheres, na sua longa história de avanços e de amadurecimento, tornou-se muito rico, diversificado e multidisciplinar. Algumas vêm trabalhando a questão de gênero na ótica da *equidade*, da igualdade de direitos, para superar as tradicionais iniquidades existentes entre homens e mulheres. O objetivo é a conquista de mais igualdade na distribuição do poder e a superação de outras desigualdades, tais como: classe, raça, etnia, idade, região etc. Outras trabalham na ótica da *identidade* da diferença, da diversidade, tentando responder à questão: “Quem somos nós, mulheres?”, “Quem somos nós, homens e mulheres, que habitamos nesse minúsculo planeta de uma estrela dentre tantos bilhões de galáxias?”, “Quem somos nós, homens e mulheres, que podemos destruir o planeta justamente no momento em que conseguimos entendê-lo como ser vivo que compartilhamos com outros seres?”. Ao colocar o tema da identidade da mulher dessa forma, acaba-se por mostrar outras identidades. A igualdade aparece então não apenas entre os gêneros, mas entre os seres humanos e a natureza. Então, não mais podemos falar em termos dicotômicos “homem-mulher-natureza”.

Um diálogo bonito entre homens e mulheres pode estabelecer-se no reconhecimento das diferenças de cada um e oferecer a possibilidade de galpar graus cada vez mais elevados de cultura e de civilização. E não será esse grau mais elevado de civilização, conquista-

do por homens e mulheres, que tornará possível uma convivência mais saudável com o meio ambiente? Na medida em que nos entendermos melhor, melhor entenderemos a natureza.

O *modelo dominante* de desenvolvimento capitalista globalizado é concentrador de poder e de recursos, fomenta desigualdades de toda ordem e destrói o meio ambiente. O movimento feminista tem contribuído para ver criticamente esse modelo e seus efeitos. A hegemonia de um *novo modelo* de desenvolvimento depende também dos movimentos de mulheres. Inserir a perspectiva relacional de gênero nesse debate e localizá-la no interior de um debate mais amplo dos direitos humanos e da cidadania é uma contribuição importante que as mulheres estão dando para se chegar ao almejado *desenvolvimento sustentável*. Relações solidárias entre os sexos devem ser consideradas vitais na construção da sustentabilidade. É a lição que posso tirar deste livro.

Posfácio

GÊNERO E MEIO AMBIENTE — QUAL A SUSTENTABILIDADE POSSÍVEL?

*Nilza Araci**

O livro *Gênero e Meio Ambiente*¹ de Mary Garcia Castro e Miriam Abramovay traz para o debate importantes reflexões sobre as relações do movimento de mulheres no Brasil com meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

A pesquisa relatada neste livro tem como contexto a relação do movimento de mulheres brasileiro e a Conferência Mundial de Desenvolvimento Sustentado — Rio 92, que colocou no centro dos debates as relações entre a população e o meio ambiente, levando diferentes setores sociais organizados a refletirem sobre a interdependência entre esses dois pólos da equação e a maneira como segmentos específicos da população afetam e são afetados por ele.

* Nilza Iraci, comunicadora social, é coordenadora de comunicação do Geledés — Instituto da Mulher Negra, e coordenadora da Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras.

1. CASTRO, Mary Garcia e ABRAMOVAY, Miriam. *Gênero e Meio Ambiente*. 2. ed., revista. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

Realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992, pelas Nações Unidas, a ECO-92 reuniu legisladores, diplomatas, cientistas, a mídia e representantes de organizações não-governamentais (ONGs) de 179 países, num esforço concentrado para reconciliar as interações entre o desenvolvimento humano e o meio ambiente. O resultado dessa mobilização pode ser traduzido nas 173 recomendações contidas no documento da Agenda 21 — a Plataforma de Ação do Desenvolvimento Sustentável, adotada por chefes de Estado de 179 países — e, mais especificamente, no capítulo 24, que reúne um conjunto de recomendações, mecanismos e metas para integrar as mulheres e a questão de gênero em todos os níveis de governo e nas atividades correlatas de todas as agências da ONU (Organização das Nações Unidas).

O Planeta Fêmea, organizado pela Coalizão de Mulheres Brasileiras, ocupou significativo espaço nos debates sobre meio ambiente e desenvolvimento no Fórum Social de ONGs, evento paralelo ao Rio-92. Durante 12 dias, mulheres de todo o mundo discutiram os problemas vividos no planeta e formularam e adotaram sua própria plataforma, a *Agenda 21 de Ação das Mulheres*, que tratou de temas como governança, militarismo, globalização, pobreza, direitos da terra, segurança alimentar, direitos das mulheres, direitos reprodutivos, ciência e tecnologia e educação. Suas recomendações incluíam novas formas de educação, preservação de recursos naturais e participação no planejamento de uma economia sustentável.

A mobilização das mulheres no Fórum de ONGs da ECO-92 abriu espaço para sua participação em todas as conferências da ONU. Ao longo da última década, as relações de gênero foram definitivamente incorporadas nas agendas nacionais e internacionais, e têm sido fundamental na construção da visão de sustentabilidade entre sociedade e meio ambiente.

O documento Agenda 21 das Mulheres por um Planeta Saudável balizou a intervenção do movimento feminista nas conferências da ONU que aconteceram na década de 1990: Direitos Humanos (Viena, 1993); Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994); IV Conferência Mundial de Mulheres

(Beijing, 1995); Conferência Mundial para Desenvolvimento Social (Copenhague, 1995) e Habitat II (Istambul, 1996); Conferência da ONU sobre Segurança Alimentar; Conferência Internacional sobre Educação de Jovens e Adultos (Hamburgo, 1997); Conferência Mundial contra o Racismo (Durban, 2001).

Segundo Thais Corral, coordenadora da REDEH (Rede de Desenvolvimento Humano) e vice-presidenta da WEDO (Women, Environment and Development Organization), *“para as mulheres, esses grandes fóruns mundiais representaram um importante espaço de articulação política e de visibilidade, permitindo a construção de uma agenda que foi sendo reafirmada em cada uma dessas conferências, com ênfase em aspectos específicos que se referiam a pauta em questão de cada uma dessas ‘mega reuniões’”*.²

A mobilização das mulheres a partir da ECO-92 consolidou uma visão de que feminismo e ecologia estavam intrinsecamente ligados, uma vez que ambos propunham profundas mudanças na ordem natural, baseadas na justiça social.

Esse vínculo histórico entre a mulher e o meio ambiente é lembrado pela bióloga Adriana Moreira, gerente de projetos do Banco Mundial: *“O Movimento da Ecologia Profunda, por exemplo, relaciona a figura matriarcal com o planeta Terra. Trata-se de uma filosofia baseada nas relações sagradas entre os seres vivos e a Terra, que busca viabilizar o futuro do planeta e a realização pessoal”*.³

Essa visão foi amplamente difundida entre o movimento de mulheres, que passou a incorporar nos seus programas a questão da segurança planetária em suas dimensões ambientais, sociais, econômicas, na perspectiva de que essas questões estão subjacentes aos atuais problemas da sustentabilidade do planeta.

Dez anos depois da ECO-92, governos e sociedade civil se mobilizaram para participar da Conferência de Desenvolvimento

2. Veja o site www.redemulher.org.br/encarte49

3. Andréa Marranquiel, A Sustentabilidade Feminina, site Rio+10 — ECOM — Ecologia e Comunicação.

Sustentável, Rio+10, que aconteceu em Johannesburg em setembro de 2002, com o objetivo de rever as políticas e avaliar os sucessos e fracassos da implementação dos planos de sustentabilidade definidos na Rio-92, além de trabalhar sobre as novas questões que surgiram na última década, em especial o atual sistema econômico e modelo de globalização neoliberal, responsáveis pelo aumento da pobreza e a desagregação ambiental.

A realização da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, também conhecida por Rio+10, colocou para o movimento feminista o desafio de revisar a Agenda 21 das Mulheres, com vistas a resgatar valores e propostas contidos nesse documento e monitorar seus resultados, pois as estatísticas qualitativas demonstram que, de forma geral, as condições de vida das mulheres não melhoraram ou permaneceram iguais. Um primeiro balanço revela-se negativo e evidencia que os países não cumpriram os compromissos assumidos nas Conferências da ONU, em particular aqueles referentes às mulheres.

Apesar de uma atuação proativa, sua situação, em nível mundial, apresenta dados alarmantes: dois terços dos 987 milhões de analfabetos do mundo são mulheres; as mulheres dedicam a maior porcentagem de sua renda ao bem-estar dos filhos; as mulheres ganham, em média, de dois terços a três quartos menos do que os homens; de 190 chefes de Estado e líderes governamentais, só 10 são mulheres; as mulheres representam só 5% do corpo executivo das 500 maiores corporações dos Estados Unidos; existem cálculos de que pelo menos 60 milhões de meninas que deveriam estar vivas foram mortas ou abortadas por famílias que preferiam ter meninos; cerca de 130 milhões de mulheres foram submetidas ao corte ritual de suas genitálias — a maioria delas na África. Em 2000, pelo menos 5 mil jovens foram mortas por terem “desonrado” suas famílias.⁶

Passados 10 anos do extraordinário exercício de ousadia que foi o Planeta Fêmea, a WEDO (Women, Environment and Development

6. Idem.

Organization) e a REDEH (Rede de Desenvolvimento Humano) decidiram resgatar a estratégia que gerou esse movimento, relançando a proposta de uma nova versão da Agenda 21 de Ação das Mulheres 2002, com o objetivo de estabelecer interfaces entre as diferentes temáticas e estimular convergência na ação política, propondo a revisão do documento e agregando a ele novas experiências e temas relevantes para as mulheres.

Essa nova agenda foi debatida por lideranças e redes internacionais de mulheres durante os processos preparatórios da Rio+10 em reuniões regionais de consultas em todas as partes do mundo: Rio de Janeiro, Brasil; Pittsburgh, Estados Unidos; Praga, República Checa; Bangcoc, Tailândia; e Veneza, Itália.

O processo de consulta e articulação resultou na Agenda de Ação das Mulheres pela Paz e por um Planeta Saudável 2015, documento que reúne uma série de ações recomendadas aos governos, às instituições nacionais e internacionais e às organizações da sociedade civil, tomando como base cinco pontos considerados estratégicos para as mulheres: Paz e Direitos Humanos, Globalização e Sustentabilidade, Acesso a Controle e Recursos, Segurança Ambiental e Saúde e Governança para o Desenvolvimento Sustentável.

A nova agenda *“fortalece a presença das mulheres como sujeitos de cidadania e de um movimento que tem visões e propostas próprias”*, afirma Lílian Celibert, coordenadora da Conferência Mundial de Mulheres Beijing-95. Para ela, *“a sustentabilidade da vida humana só é possível com justiça e igualdade social, de gênero e raças, e o principal obstáculo para a sua formatação é a dissociação entre os objetivos das políticas ambientais e as estratégias de desenvolvimento adotadas pelos países, em que problemas ecológicos são tratados como questão técnica e não política”*.⁷

7. OSAVA, Mario. As mulheres se preparam para a Rio+10. Artigo produzido para o Terramérica, projeto de comunicação dos Programas das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), realizado pela Inter Press Service (IPS).

Pensar globalmente, agir localmente

A reunião de consulta da América Latina aconteceu no Rio de Janeiro nos dias 19 e 20 de outubro de 2001, contou com a presença de 270 pessoas, de 16 estados do Brasil, além de representantes da Bolívia, Peru e Uruguai, e concentrou-se em oito pontos da Conferência: Ética e Globalização, Direitos Humanos e Violência, Proteção da Biodiversidade e Acesso aos Recursos Naturais, Saúde e Segurança Ambiental, População e Desenvolvimento Sustentável, Cidades Sustentáveis, Poder e Participação Política e Inclusão Digital de Gênero, Raça e Etnia.

A reunião no Brasil trabalhou com uma avaliação da intervenção das mulheres nas conferências da ONU, e esse formato permitiu que se acompanhasse a evolução dos direitos humanos e dos direitos das mulheres ao longo dessa década. Também se utilizou a metodologia do trabalho em grupos.

O resultado dessa reunião foi traduzido em um documento contendo uma série de propostas que se somaram às demais consultas mundiais, além de indicar alguns temas que deveriam ser defendidos pelas mulheres na Rio+10: descentralização, redistribuição do poder; transparência e governabilidade democrática; perspectiva de desenvolvimento sustentável; ética e democracia; poder e participação política das mulheres; globalização — suas ameaças e possibilidades e o respeito à diversidade.

É importante ressaltar que praticamente todos os grupos de trabalho mencionaram os seguintes pontos: a inclusão de raça, etnia, classe social e opção sexual em todos os temas; a importância da educação e a necessidade de informações qualificadas e acessíveis; o papel da mídia na construção da imagem da mulher e de uma cultura de paz.⁸

Para Thais Corral, *“a jornada percorrida pelo movimento das mulheres e o alcance e a diversidade do processo de consulta mostram que a articulação dessas ações e conquistas, aparentemente*

8. Ver íntegra do documento das mulheres brasileiras no site <http://www.pagu.org.br/leituras/005.pdf>.

pequenas, às vezes dispersas, se sustentadas ao longo do tempo, podem ter resultados significativos que se refletem na mudança de cultura e na própria forma de fazer política, aproximando a humanidade da utopia do desenvolvimento sustentável”⁹.

A Agenda, traduzida para vários idiomas, foi lançada em Johannesburg, durante a Conferência de Desenvolvimento Sustentável, e entregue às delegações de governos e sociedade civil presentes no evento.

O movimento feminista e a insustentável diversidade

Conforme Castro e Abramovay,

Uma das marcas da contemporaneidade estaria no lidar com a diversidade, identidades e alteridades, ou seja, reconhecer o outro, questionando dicotomias. No movimento feminista, a voz das mulheres negras, das indígenas, das jovens, das que estão na terceira idade, das que optaram por tipos diferenciados de maternidade, ou pela não-maternidade, e as de orientação sexual homo ou plural, questionaram padrões de normalidade, ou os interesses da Mulher.¹⁰

Essa afirmativa mostra-se particularmente importante no contexto atual, quando novas atrizes têm adentrado o movimento de mulheres, enriquecendo as formas do feminismo clássico da década de 1980.

Tanto o feminismo como o movimento ecológico, assim como os novos enfoques sobre população, reivindicam direitos e sujeitos novos, que foram omitidos na história oficial e na micropolítica [...]. Os povos, segundo raça/etnicidade, sexo/gênero, nacionalidade/geração, a depender da corrente e da prática, questionam cenários moleculares, modelos de desenvolvimento e de civilização.¹¹

9. Idem.

10. CASTRO e ABRAMOVAY, op. cit., p. 109.

11. Idem, p. 110.

A questão racial se insere nesse contexto.

Apesar do reconhecimento de que sexismo e racismo são estruturantes de profundas desigualdades e exclusão, continua havendo por parte dos movimentos sociais em geral e das feministas em particular pouca disposição em incorporar o tema na sua prática política, a partir do reconhecimento de que classe, etnia, religião, são constitutivos de diferenças dentro de um mesmo grupo social e promovem a assimetria das relações intramovimentos.

O depoimento da feminista afro-americana Jean Dassin é ilustrativo nessa afirmação:

Enquanto jovem afro-americana, criada na pobreza, comecei a me dar conta de que não havia um mal misterioso escondendo-se nas sombras, que tivesse que temer. O mal tinha uma forma concreta, real. Rezei para ser libertada do mal do racismo, que me ameaçou com a pobreza e a fome, que gerou opressão e dor. E rezei para ser libertada do sexismo, que afogava meu potencial e tentou me relegar a certos papéis.

Sabia que esses “ismos” eram males que atacavam a dignidade do espírito humano e corrompiam a alma do opressor e oprimido.¹²

Para Izaura Rufino e Fernanda Marques, “*é sabido que o fenômeno da exclusão não é específico da mulher, mas atinge os diferentes segmentos da sociedade. A exclusão é gerada nos meandros do econômico, do político e do social, tendo desdobramentos específicos nos campos da cultura, da educação, do trabalho, das políticas sociais, da etnia, da identidade e de vários outros setores*”.¹³

Essa afirmação tem encontrado pouca ressonância no movimento feminista que, apesar de sua vocação libertária, não tem conseguido trabalhar, na prática, com a questão da diversidade.

12. Memorando a Ken Smith, 11 de dezembro de 1991, a respeito do Manuscrito para a Catequese sobre a Fome; 7ª petição do Pai Nosso.

13. RUFINO, Izaura e MARQUES, Fernanda. *Gênero e Exclusão Social*. Trabalhos para Discussão 113/2001, Fundação Joaquim Nabuco, agosto de 2002.

A consciência de que suas questões específicas não encontravam ressonância dentro do movimento feminista levou as mulheres negras a uma forma de organização própria. E foi dessa forma que elas participaram do processo da Eco-92: sob a perspectiva de que as relações entre mulher negra e meio ambiente deveriam partir das determinações sociais do ser mulher e do ser negra.

Ainda segundo Jean Sindab:

Quando pensamos no meio ambiente, freqüentemente é através do prisma estreito definido pelo movimento ambiental majoritário (mainstream) e sentimos que pouco ou nada tem a ver com a gente. Trabalhei pela justiça minha vida toda e eu disse a eles que estava interessada em salvar negros, porque eles são a espécie mais ameaçada de extinção! Graças ao crescente movimento pela justiça ambiental, estamos começando a ver as conexões entre questões de racismo e de saúde. Ampliamos o conceito de meio ambiente; não se trata só de árvores e baleias, mas de onde vivemos, trabalhamos e brincamos. É nossa vida.¹⁴

Já naquela época as mulheres negras tentavam introduzir nas pautas de discussão o tema do racismo ambiental. Denunciavam, também, propostas dos neo-malthusianos, que responsabilizavam a pobreza, a fome e o desequilíbrio ambiental pelo crescimento da população — uma vez que eram as vítimas preferenciais das políticas controlistas, já largamente implantadas no Brasil por meio de programas de esterilizações involuntárias praticadas no Brasil contra mulheres negras e indígenas, num processo eugênico —, e identificavam o racismo, a perversa distribuição de renda e a concentração da terra como verdadeiros responsáveis pelo quadro de exclusão de expressiva parcela da população no Brasil.

As mulheres negras brasileiras se organizaram, recusaram a posição patriarcal dos neo-malthusianos e mantiveram sua posição crítica em relação à esterilização cirúrgica involuntária praticada no Brasil, considerando que os reflexos da esterilização em massa de

14. Apresentação durante a IV PrepCom da CNUMAD, Nova York, março de 1992.

mulheres negras no país se fizeram sentir na redução percentual da população negra em comparação com a década anterior.¹⁵

Dez anos depois esses temas seguem em pauta.

*A experiência mostra que é perigoso condicionar o desenvolvimento sustentável à redução do crescimento demográfico. No passado, isso justificou políticas de controle populacional coercivas, afetando sobretudo as mulheres, e em especial as mulheres negras, e o fato de serem as negras os alvos preferenciais dessa política evidenciava a prática do racismo e seus efeitos junto a populações vulneráveis, atingindo diferentemente os diferentes.*¹⁶

Em relação ao racismo ambiental, as mulheres negras tem tido papel fundamental na discussão dessa temática nos fóruns nacionais e internacionais, e graças à sua ação incisiva, notadamente nos processos da III Conferência Mundial contra o Racismo, conseguiram que fossem incluídos vários parágrafos sobre o tema na Declaração e Plano de Ação dessa conferência.¹⁷

É importante ressaltar que a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e anti-racista, enriquecendo tanto a discussão da questão de gênero quanto a questão de raça na sociedade brasileira. Conforme salienta Sueli Carneiro:

O atual movimento de mulheres negras, ao trazer para o cenário político as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, gênero e classe, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente trazidas pelos movimentos negros e feministas do país, contribuindo dessa forma para uma maior consciência nesses movimentos.

Entretanto, apesar de heróicas tentativas e alguns avanços, há ainda um longo caminho até que a questão racial possa ultrapassar

15. Declaração de Itapeverica da Serra das Mulheres Negras, Geledés — Instituto da Mulher Negra, agosto de 1993.

16. Idem, Documento da Reunião das Mulheres Brasileiras para a Rio+10.

17. Declaração e Plano de Ação da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, parágrafos 109 a 116. Ver site www.un.org.

sua condição de tema periférico, ou seja incorporada pelo movimento feminista como prática, para além do discurso bem construído ou das intenções registradas nos documentos e declarações. Exemplo disso pode ser constatado na ausência de qualquer referência sobre raça e etnia na *Agenda 21* das Mulheres por um Planeta Saudável, apesar de a consulta brasileira contar com um grande número de mulheres negras organizadas em redes e movimentos, e o documento brasileiro trazer a afirmação de que “*sem igualdade social, de gênero e de raça não existe planeta sustentável*”.

A superação desse problema só será possível se conseguirmos, de fato, desconstruir alguns mitos persistentes no imaginário dos movimentos sociais, de que a discriminação não se dá pela raça, mas pela pobreza, e de que as mulheres se encontram num mesmo patamar de discriminação e desigualdade.

*Ao lado da proposta de desconstrução, está a de construir a lógica da diferença como elemento positivo, pautado na identidade e sem a desigualdade, considerando a diferença dos termos, mas mostrando que um está presente no outro, e, portanto, ambos podem ser equivalentes.*¹⁸

A Declaração da reunião das brasileiras reconhece que a situação das mulheres experimentou avanços importantes na última década, embora não homogêneos, persistindo as desigualdades entre mulheres e homens, o que constitui um obstáculo importante para o bem-estar de todos os povos. Esperemos que esse reconhecimento seja um sinal de que existe a vontade política para a superação desse *gap*.

Considerações finais

A Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável, Rio+10, marcou o fim de uma era, a das grandes conferências da ONU, e foi considerada um grande fracasso pelos movimentos sociais. A pre-

18. Idem.

sença de representantes da sociedade civil na África do Sul foi bem menor que o esperado pelos organizadores, e a ausência também significativa de mulheres, em especial as da América Latina, leva ao questionamento sobre a necessidade de repensarmos nossas formas de articulação e de intervenção política nesses grandes espaços.

A tentativa de ressuscitar o Planeta Fêmea na Rio+10, por meio da montagem de uma Tenda das Mulheres, não teve o resultado esperado.

No documento de avaliação da Conferência, afirmam Corral e Schumacher:

A Tenda, um espaço físico enorme, montada em local afastado dos grandes pavilhões de debates, sem tradução e pouca interatividade com as iniciativas do Fórum, não foi nem de longe um espaço de visibilidade política, como o saudoso Planeta Fêmea [...].

Ainda assim, no balanço final a participação das mulheres acabou sendo reconhecida e visibilizada, seja pela participação nos diferentes painéis, pelas manifestações de protestos e estratégias de lobby bem-sucedidas, acabamos por ocupar metade dos espaços nos boletins diários distribuídos na Conferência e evitar o retrocesso de uma década. Espera-se agora que, nos limitados compromissos de implementação efetivamente lavrados no documento final de implementação da Cúpula de Joanesburgo a contribuição das mulheres seja de fato levada em consideração.¹⁹

Segundo Castro e Abramovay,

A equação gênero e meio ambiente trouxe, ademais, questões criativas e provocadoras para o debate contemporâneo sobre crise de paradigma, ou seja, sobre o conhecimento ocidental, como a reterritorialização do espaço e do ambiente, referindo-se ao corpo, à saúde, à sexualidade e ao prazer telúrico. Tal equação questiona sentidos da economia política para a igualdade de vida dos indivíduos, con-

19. CORRAL, Thais; SCHUMACHER, Shuma. Por pouco não voltamos ao século passado! — A participação das mulheres na reunião da Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável (Rio+10). Ver site www.riomaisdez.org.br.

siderando a pluralidade de ser/estar nesse mundo, ultrapassa célebres dicotomias entre indivíduo e sociedade e entre natureza e cultura, dicotomias tão caras ao pensamento ocidental, defendendo o equilíbrio dos direitos dos seres humanos em sua diversidade, e o direito à casa desses seres humanos, o seu corpo e o planeta.²⁰

O desafio agora é avaliar o impacto dessa intervenção e a aplicabilidade da Agenda das Mulheres junto aos grupos, e trabalhar para que as intenções sejam transformadas em políticas que beneficiem as mulheres.

20. Op. cit., p. 38.

APRESENTAÇÃO

A UNESCO, por sua Representação no Brasil, tem o prazer de promover esta publicação, trabalho de pesquisa e reflexão que percorre dois dos mais importantes movimentos sociais e saberes novos dos tempos atuais, aqueles relacionados às relações sociais de gênero e o orientado para o meio ambiente.

Este trabalho responde a princípios e objetivos comuns, voltados à ética pela qualidade de vida, pelos direitos humanos, contemplando diversidade e micro/macro políticas que relacionam distintos “ecos”: o *eu* (em sua múltipla posicionalidade, como o ser homem e o ser mulher em distintos grupos etários, raça/etnicidade e classe social); o *nós* (ênfatizando ações organizacionais, voltadas para comunidades e para a sociedade); a *terra* e a *Terra* (tendo como referentes de meio ambiente o hábitat, o corpo e os lugares), parafraseando, assim, o autor das “três ecologias”, Felix Guattari.

Responde também a compromissos que todas as agências internacionais, Governos, organizações de distintos perfis, bem como cidadãos e cidadãs, assumimos na ECO-92, no Rio de Janeiro, há cinco anos, reconhecendo-se que aqueles compromissos deixam a desejar, já que grande parte das convenções então acordadas ainda são letras em papel e que o apoio dado a programas e instituições preocupadas com a Agenda 21 teria migrado para outras áreas ou sofrido desativação, como bem frisam os homens e as mulheres de

organizações não-governamentais (ONGs) e do aparato de Governo que colaboram para este trabalho. De fato, é ainda uma intenção que se legitimem ações e se sedimente uma cultura, uma forma de ser não predatória, não violenta, não consumista, sem intolerâncias e que se alinhe a princípios de um desenvolvimento sustentável. Por outro lado, ainda é um desafio, mais intenção que gesto, como sugerem as autoras deste livro, contar com movimentos sensíveis ao outro, que entrelacem cuidados com a qualidade de vida da Terra, dos mananciais, das florestas, do hábitat urbano, dos indivíduos em distintos lugares sociais, em especial daqueles em exclusão, como os pobres e com os conflitos de interesses entre homens e mulheres no doméstico, ou com as divisões sexuais de trabalho e de poder, assim como com as desigualdades entre as mulheres em distintas organizações e esferas no público. Nessa linha, por outro lado, alerta-se para a importância em combinar sensibilidade para com a diversidade e cuidar dos riscos das fragmentações, ou seja, a complexidade de delimitar blocos e alianças entre conhecimentos e organizações que advogam no campo das relações de gênero, de raça, de geração — como as voltadas para as crianças e adolescentes — ou no que se convencionou indicar como de desenvolvimento, do meio ambiente e da ecologia. Em tais conhecimentos e movimentos, há que simultaneamente re-encaixar dois tempos, voltando-se para as necessidades das gerações atuais e também para a herança que estamos deixando para as gerações futuras quanto ao meio ambiente econômico, quer do ponto de vista conservador, quer do liberal. Contudo, com este trabalho sobre meio ambiente e gênero da contemporaneidade brasileira, os registros são múltiplos, pois nossa preocupação era que se fosse além da indicação do trabalho das mulheres em tais organizações, das necessidades das mulheres, ou de sua importância para um enfoque de desenvolvimento sustentável, sobrecarregando as mulheres com mais uma maternidade — a do futuro.

Destacamos que, neste trabalho, atendendo às nossas preocupações, apresenta-se um mapeamento de experiências, projetos, pers-

pectivas e representações de pessoas em agências que tem gênero e meio ambiente como vetores, campo de ação, e assim contribui-se para inscrever na história do país tais experiências que passam a ser verbo, ao tempo que se adverte para o fato de que o Terceiro Setor, que as ONGs não são um universo homogêneo quanto ao acesso a recursos, tipos de trabalhos e inclusive perspectivas sobre a relação gênero e meio ambiente. Por outro lado, quando as autoras singularizam um sujeito, a mulher ou as mulheres, elas sublinham perfis individualizados, como os das mulheres profissionais em ONGs voltadas para a comunicação que desenham programas inovadores de rádio sobre temas tais como sexualidade e agricultura extrativa, assim como o perfil de associações das mulheres indígenas e das catadoras de materiais recicláveis, destacando-se a criatividade em atividades que se pautam por relações mais harmônicas com a natureza.

Tais experiências e outras detalhadas no livro sugerem um outro olhar sobre o conceito de poder ou sobre o objetivo de possibilitar às mulheres acesso ao poder, o que se viria traduzindo como “empoderamento” das mulheres, item destacado na Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing, 1995), qual seja, o resgate de práticas com valores de uso e, muitas vezes, de troca. Para nós, preocupados com o planejamento, fica a lição de que possibilitar o exercício de poder pelas mulheres não se resume a ter mulheres nos altos escalões, mas também investir em experiências de base comunitárias, em que mulheres na exclusão sejam mais que objetos de programas, as próprias gestoras desses, como também garantir que as ONGs de médio e grande porte (poucas) possam desenvolver programas de maior fôlego, menos sujeitos aos prazos curtos dos doadores, já que estariam também investindo em mudanças na cultura.

Outra peculiaridade desta pesquisa que bem se enquadra à preocupação da UNESCO por contribuir para o combate a exclusões, discriminações e violências por ações localizadas, programas de intervenção, quanto se adiantar em conhecimento projetivo,

inovador, estaria na demonstração do maior investimento em nexos, redes e conhecimento integrado (mas não homogêneo), uma vez que falta diálogo entre os novos sujeitos, como aqueles ligados ao feminismo e às ONGs ambientalistas. Demonstra-se que a depender do olhar o conceito de meio ambiente se diversifica, contando-se com agendas verdes, marrons, roxas e de muitas outras cores, todas embasadas por necessidades válidas, materializadas em práticas diversas e muitas em projetos emancipatórios, alinhando-se a direitos humanos de diversos constituintes. Contudo, insistimos, falta um saber, uma prática arco-íris, por ações integradas além de simples tolerâncias.

Tal cultura, tal “criança” de sujeitos novos, múltiplos, diversos, tendo como subjacente *leitmotiv* uma ética pela humanidade no hoje e no amanhã será engendrada, para nós na UNESCO, por diálogos entre movimentos sociais e com agências que se voltem para um Estado de bem-estar social, pela qualidade de vida no público e no privado, reconhecendo nas mulheres e nos homens, nos jovens, nas crianças e nas pessoas de terceira idade mais que objetos de programas bem-intencionados, gestores, gestoras por individualidades com potencialidades criativas, em experiências locais a serem mais singularizadas até para que melhor se entenda seus lugares em momento de globalização. Esta é nossa leitura sobre a oportunidade deste trabalho, a insistência em uma “multimistura” de práticas para outros conhecimentos, adversos a discriminações, que contribuam tanto para o hoje (como o faz concretamente a multimistura, salvando crianças pobres na desnutrição — e cujo programa na comunidade comumente está a cargo das mulheres) quanto para o amanhã, discutindo posturas, conceitos sobre meio ambiente e gênero, assim como reavivando e ampliando os ecos da Cúpula da Terra.

Em síntese, ouvir e registrar o que dizem e fazem mulheres e homens que na sociedade civil vêm se mobilizando por cuidados com o meio ambiente e por experiências no sentido de construir outras relações sociais entre homens e mulheres, em que os direitos de cada um não sejam impostos por hierarquizações, destacan-

do-se o reconhecimento das necessidades e o aporte das mulheres, é para a UNESCO uma forma de contribuir na materialização de utopias, investindo-se em peça pedagógica, por uma educação para a cidadania.

Jorge Werthein

Representante da UNESCO no Brasil

AGRADECIMENTOS

A UNESCO nos pediu um trabalho sobre meio ambiente, considerando a ativa participação das mulheres no Brasil, nos anos 90. Solicitou que se contemplasse tratamento institucional, modelagem em políticas públicas, experiências, projetos e em especial vontades, pontos de vista de diversos atores, atrizes, do Governo e da sociedade civil sobre temas emergentes que marcam a contemporaneidade, os trânsitos entre o global e o local, entre gênero e meio ambiente, por ouvir o outro, a outra.

Essa solicitação da UNESCO, em termos de objetivos mais perceptíveis a olho nu, já revela sensibilidade para com a história social contemporânea, com o Brasil dos anos 90, vontade de contribuir para o debate sobre exclusões, pobrezas, lides com a terra e com a Terra, problemas e aportes de populações específicas, mulheres e homens em distintas classes e categorizações identificadoras. Enquadram-se também em objetivos das Nações Unidas refletir sobre o estado da arte, materializações das Plataformas de Ação das conferências internacionais, como a ECO-92, a de População (Cairo, 1994) e sobre a Mulher (Beijing, 1995), buscando avaliações por atores e atrizes diversos, em particular da sociedade civil, e dessa forma sinalizar para o Governo, para as Agências Internacionais, para as Organizações Não-Governamentais, para a sociedade organizada, não necessariamente obstáculos, críticas paralisantes, mas, em amarelo, possíveis pontos de estrangulamento, desencontros,

barreiras ao “verde”. Mas objetivos latentes, que pedem lentes mais finas, também podem ser, se não vistos, intuídos, quais sejam a preocupação com ultrapassar saberes essencializados, conhecimentos particulares, guetos e intolerâncias, chegando-se a conhecimentos transversalizados, como meio ambiente-população, em gênero, ainda uma intenção de vir-a-ser. Ao se afastar o debate sobre população e meio ambiente de vieses neomalthusianos, referindo-se à qualidade de vida das populações em sua diversidade social, diálogos, comunicação positiva tornam-se possíveis. Estimula-se, com trabalhos desse porte, por sua vez, a legitimação de conhecimentos emergentes, resgatando sujeitos, cenários, ecos sem ecos em tempos próximos e ainda, nestes tempos, em muitos espaços, ou seja, com mulheres e homens em terras, corpos e casas singulares e conhecimentos em “gestação”, como os agenciados em organizações governamentais, não-governamentais, por movimentos sociais e grupos de base e comunitários, por práticas em processos, muitas que por dificuldades várias vêm e vão, sem ficar na história escrita, como as desenvolvidas por mulheres em comunidades remotas, em algumas ONGs.

Como consultoras, enfrentamos muitas dificuldades para em gesto transformar intenções como as expressas pela UNESCO, em sua insistência na apresentação da diversidade de experiências e pontos de vista, propiciando futuros diálogos entre áreas como as de meio ambiente e gênero e garantindo a representação de vozes na sociedade civil, como as ONGs. Mas, se “a vida é um gesto, que se faz ou não se faz”, como bem observa o poeta Fernando Pessoa, assumimos o desafio e acreditamos que bem superamos dificuldades de recursos e tempo, ainda que nos restringíssemos a contatos no Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Porto Alegre e Brasília e amarguemos a tristeza de não termos podido ir a Tocantins conhecer a experiência das mulheres quebradeiras de coco de babaçu, como a dona Raimunda (Raimunda Gomes da Silva é referida por muitos entrevistados por agenciar experiência bem-sucedida ao nível local na equação gênero e meio ambiente, uso e comercialização de recursos, e promover mudanças de mentalidade sobre o trabalho da

mulher-líder na luta dos trabalhadores rurais na região, impulsionando a formação da primeira Secretaria da Mulher, no Conselho Nacional dos Seringueiros).

Optamos por mapear experiências e ideários, em especial no Brasil pós-ECO-92, apresentando distintas vozes, como as de pessoas em organismos governamentais das áreas de gênero e meio ambiente, em ONGs de reconhecimento nacional, entre pares, e com curso de vida que lhes autorizasse discutir percursos, políticas públicas, preparação e impacto das Conferências do Ciclo Social das Nações Unidas, desta década, relações entre Estado e ONGs quanto a gênero e meio ambiente, e documentar experiências comunitárias, locais. Nesse sentido, privilegiamos fontes primárias, o que mais destaca o presente trabalho, pois vozes múltiplas são registradas. Chega-se a um primeiro inventário de experiências locais, que têm as mulheres, em especial em comunidades pobres, como gestoras e beneficiárias e que se alinhariam a princípios de desenvolvimento sustentável, cujo objetivo, latente ou manifesto, fosse as mudanças das relações de gênero, tendo como parâmetro a indicação das unidades de informação deste trabalho. Primeiro inventário porque tal nível, de comunidades, é objeto de outro trabalho que vem sendo por nós desenvolvido, também para a UNESCO no âmbito de consultoria da CEPIA (Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação), com vistas a análises sobre potencialidade da comunicação, da informação e da educação para capacidades, para o processo de assumirem as mulheres poder em nível local. O trabalho intitula-se: Poder das/para as Mulheres como Agentes de Mudança ao Nível Local: Desenvolvimento de Comunidade, População e Proteção do Meio Ambiente.

São muitas as pessoas que colaboraram para que passássemos da intenção ao gesto. O trabalho está estruturado em ampla documentação originária de mais de quarenta contatos, a maioria entrevistas de mais de duas horas de duração. Algumas entrevistadas indicaram fontes, mas a maioria foi fonte, estuário, pororoca positiva, foi o trabalho. A atenção que lhes dispensamos ultrapassa a colaboração intelectual formal. Com muitas temos também uma longa história

de convivência em militâncias, ativismos, encontros acadêmicos, por relações sociais de gênero e cuidado com as coisas da Terra, no humano, além de exclusões, injustiças e violências. Lemos tal intenção na atenção a este trabalho da UNESCO. Nossos agradecimentos a todas as pessoas entrevistadas e suas respectivas organizações, cujos nomes aparecem no corpo deste trabalho (ver também Anexos e Referências). Também contamos com a atenção das seguintes pessoas e instituições, por sugestões, debates e informações várias: Branca Moreira Alves, da Unifem; Rafael Pinzón Rueda, do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama); Eduardo Viola, da Universidade de Brasília; Lúcia Maria Gonçalo de Resende e Celso Schenkel, da UNESCO. Agradecemos igualmente a colaboração, pelos serviços de apoio, de Liana Bastos, da UNESCO. Se assumimos as análises, o estímulo da UNESCO, as horas e idéias de tantas pessoas, como as entrevistadas e que de várias formas colaboraram, indicam que este é um trabalho por esforço coletivo, impulso que permite que de fato “a vida seja um gesto, que se faz ou não se faz”.

Brasília, 14 de maio de 1997.

Mary Garcia Castro

Miriam Abramovay

QUESTÕES INTRODUTÓRIAS E METODOLÓGICAS

Considerando que este trabalho tem como eixo a perflhação de representações de ONGs no final dos anos 90, sobre o trânsito entre gênero e meio ambiente, recorreremos a expressões sobre a população para tal horizonte de tempo.

De acordo com o censo de 1991, de uma população total de 146.917.459 pessoas, as mulheres representavam 51%, das quais 56% brancas e 43% não brancas. Em uma vasta extensão de terra de 8.511.996 km² e forte redução da taxa de fecundidade (4,4 filhos por mulher em 1980, e 2,7 filhos por mulher em 1991 — IBGE 1990 e 1991), a relação entre população e meio ambiente se equacionaria por várias óticas. Dentre essas óticas, a da qualidade de vida, dos direitos reprodutivos, das diferenciações sociais na equação gênero/meio ambiente e dos direitos humanos, reterritorializadas por considerações à diversidade e às assimetrias históricas entre grupos sociais, segundo classe, gênero e raça, como também por discriminações aos comportamentos sexuais. Atualmente, esta é uma perspectiva comum na literatura produzida por feministas e pessoas relacionadas a entidades do movimento de mulheres no Brasil.¹

1. Ver artigos em publicações do CIM, na *Revista de Estudos Feministas* (UFRJ), nos *Cadernos Pagu* (Unicamp), nos boletins do CFÊMEA, e na revista *Presença da Mulher*, da União Brasileira de Mulheres.

O enfoque “gênero/meio ambiente” e seu contexto

Mesmo considerando a extensão da pobreza no Brasil, associada a tempos de baixa das taxas de fertilidade, por ocasião da ECO-92, as mulheres receberam apoio na tese que rejeita a associação linear entre pobreza e aumento da população.

Segundo representantes das ONGs WEDO e REDEH, a principal causa da degradação ambiental são os poluentes industriais e militares, dejetos tóxicos e sistemas econômicos que exploram e prejudicam a natureza e os povos. Sentimo-nos insultadas com a insinuação de que as taxas de fertilidade feminina (eufemisticamente chamadas pressões populacionais) são responsáveis pelo fenômeno mencionado.

O meio ambiente seria assumido em nível internacional, nas Nações Unidas, em setores da sociedade civil e na mídia, sendo objeto de políticas públicas de alguns países latino-americanos. Problemas de contaminação da camada de ozônio e o alto e indiscriminado consumo dos países industrializados, e mesmo de alguns grupos sociais nos países em desenvolvimento, seriam temas recorrentes.

Abordar meio ambiente e desenvolvimento sustentável implica fazer referência a fatores relacionados à degradação ambiental dos ecossistemas em geral, por exemplo, o desmatamento, a contaminação da água, do solo e do ar, assim como a superexploração e inadequado manejo dos recursos naturais. Contudo, é um fato conhecido que o discurso da conservação tem sido abordado de uma perspectiva puramente biológica, sem considerar a relação que os homens e as mulheres e suas distintas formas de organização estabelecem com o seu entorno. Referimo-nos às relações que estabelecem os seres humanos entre si e com os outros entes da natureza, através de criações mais simples, ou elaboradas, ou mesmo contraditórias, como no contexto da sociedade mais ampla.

O enfoque conservacionista teve influência na problemática ambiental. Essa corrente de pensamento limitou-se a colocar as soluções alternativas para o problema ambiental, sem considerar que em muitos casos esse é um sintoma de uma problemática muito mais

ampla que não se aborda, ou seja, que engloba problemas econômicos, sociais e políticos.

Por outro lado, não se pode falar de conservação dos recursos naturais sem relacioná-los com modificações em circunstâncias históricas específicas, com elementos concretos e objetivos. Assim, ao se abordar o tema, deve-se pensar *quem, como e por que* conservar ou não determinados recursos, caso contrário poder-se-á estar fazendo suposições ou generalizações de pouco valor para a compreensão da realidade ou intervenção na realidade.

Dentro da sociedade, os diversos grupos humanos se ordenam, hierarquizam-se, diferenciam-se e ocupam determinada posição, na qual desenvolvem, também, diversas formas de relação com a natureza. Gilberto Gallopín (1986) observa que esse nexos se produz por meio de dois vetores: o conjunto das ações humanas que incidem no sistema ecológico natural e os efeitos ecológicos gerados pela natureza que incidem no sistema social.

No entanto, destaca-se uma subestimação da importância de análises sociais ligadas à questão ambiental. Quando nos referimos ao meio ambiente, estamos tratando de compreender e de relacionar processos naturais ligados à ação humana. Em última instância, não se trata de conhecer processos sociais e naturais de forma isolada, mas antes de saber de que maneira o uso que a humanidade atualmente faz dos recursos existentes interfere em processos naturais que afetam a qualidade de vida dos homens; e de saber quais formas alternativas de utilização são possíveis para que os impactos negativos de desenvolvimento sejam evitados ou minimizados (Abramovay, 1993).

Os modelos de desenvolvimento existentes afetam de maneira diferente o cotidiano de homens e mulheres. O padrão corrente de desenvolvimento não é nem sustentável, nem igualitário. Para melhorar a condição do ser humano na sociedade, é importante desentranhar as estruturas de poder nas quais estamos imersos (Abramovay, 1994). Para se chegar a um novo modelo de desenvolvimento, todos os atores e atrizes sociais tem de ser contemplados, considerando-se suas vozes. É dentro dessa ótica que chamamos a atenção não só

para a incorporação das mulheres em análises das necessidades práticas existentes, como para a utilização da perspectiva de gênero para o estabelecimento de políticas sociais mais justas e equitativas.

O enfoque de gênero está centrado na vivência e na incorporação de ações de homens e mulheres nas políticas e programas, para apontar diferenças e semelhanças e realizar propostas concretas de como garantir uma participação mais efetiva, quer na modelagem, quer nos frutos de um desenvolvimento que se deseja sustentável.

Um enfoque de política pública ou de programas em uma perspectiva de gênero, envolvendo homens e mulheres, indicaria com mais especificidade o uso diferenciado dos recursos, fundamentado nas relações que estabelecem homens e mulheres entre si, entre grupos, na comunidade e sociedade em geral, e com a natureza em particular.

Um enfoque de gênero não se refere somente às medidas utilizadas para incorporar a mulher no processo de desenvolvimento. Questiona, tal como o conceito de desenvolvimento sustentável, o fim e o conteúdo do desenvolvimento, assinalando a necessidade de buscar novas políticas que contribuam para a mudança das estruturas de desigualdade existentes e o uso sustentável do meio ambiente. O desenvolvimento será sustentável e equitativo quando homens e mulheres participarem de forma mais igualitária, em todos os níveis, do processo de tomada de decisões.

A equação gênero e meio ambiente trouxe, ademais, questões criativas e provocadoras para o debate contemporâneo sobre crise de paradigma, ou seja, sobre o conhecimento ocidental, como a reterritorialização do espaço e do ambiente, referindo-se ao corpo, à saúde, à sexualidade, ao prazer e ao telúrico. Tal equação questiona sentidos da economia política para a igualdade de vida dos indivíduos, considerando a pluralidade de ser/estar neste mundo, ultrapassa célebres dicotomias entre indivíduo e sociedade e entre natureza e cultura, dicotomias tão caras ao pensamento ocidental, defendendo o equilíbrio dos direitos dos seres humanos em sua diversidade, e o direito à casa desses seres humanos, o seu corpo e o planeta.

Mapeamento

É nesse contexto que surge a proposta para conhecer como se vem dando a equação gênero e meio ambiente no Brasil, considerando olhares e práticas de algumas agências. Optou-se por fontes primárias, entrevistas com organizações governamentais ligadas ao tema, ONGs em atividade no campo do desenvolvimento e ONGs ambientalistas, ONGs feministas e Grupos de Base.

O trabalho de pesquisa iniciou-se em fevereiro de 1997, com a duração prevista para quatro meses. Os objetivos básicos que o nortearam foram:

- mapear as experiências atuais em desenvolvimento sócio-ambiental, com participação ativa das mulheres no âmbito de organizações governamentais (nível federal) e não-governamentais (priorizando as de ação nacional ou de reconhecimento por pares, por seu curso de vida);
- registrar as perspectivas e representações sobre gênero e meio ambiente, considerando a amostra de informantes, no sentido de também mapear a heterogeneidade de enfoques e a plasticidade do conceito de meio ambiente, em particular quando uma população específica — mulheres — é focalizada;
- identificar políticas na equação gênero e meio ambiente, considerando avaliações das/dos informantes;
- sistematizar um primeiro inventário² de experiências locais, que têm as mulheres, em especial em comunidades pobres, como gestoras e beneficiárias de ações e que se alinham a

2. Primeiro inventário porque tal nível de comunidades é objeto de outro trabalho desenvolvido pelas pesquisadoras, também para a UNESCO/EPD, no âmbito de consultoria da CEPIA (Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação), com vistas a análises sobre potencialidade da comunicação, da informação e da educação para capacidades, para o processo de as mulheres assumirem poder em nível local. Ver Abramovay, Miriam e Castro, Mary Garcia. *Engendrando um novo feminismo: Mulheres líderes de base*. Brasília, UNESCO/CEPIA, 1998.

princípios de desenvolvimento sustentável, cujo objetivo, latente ou manifesto, fosse as mudanças das relações de gênero, tendo como parâmetro a indicação das unidades de informação deste trabalho.

O foco temporal do trabalho é o ambiente após a ECO-92, tendo como referência ONGs desenvolvimentistas/ambientalistas/ecologistas e aquelas que, no movimento de mulheres, viriam desenvolvendo atividades ligadas à equação gênero e meio ambiente, ainda que breves referências sejam feitas à história anterior.

Entrevistas

Optamos por uma metodologia que privilegiou entrevistas semi-estruturadas, com duração média de duas horas cada. Foram realizadas 30 entrevistas nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia e Distrito Federal. Dessas entrevistas, 17 tiveram como referência ONGs desenvolvimentistas/ambientalistas/ecologistas, 8 foram com responsáveis por ONGs do movimento de mulheres e feministas (no Anexo, apresentamos uma lista com o perfil das ONGs sedes das/dos informantes). Foram feitas também duas entrevistas com autoridades em organizações governamentais, a saber: a Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), Rosiska Darcy de Oliveira, e o Secretário da Coordenação de Assuntos do Meio Ambiente, do Ministério do Meio Ambiente, Haroldo Mattos Lemos. Complementam o acervo de entrevistas as que foram realizadas com três pessoas de notório saber nos temas do trabalho, Ângela M. S. Arruda, Carlos Minc e Ana Maria Paula da Fonseca.

As entrevistas foram gravadas com a autorização das/dos entrevistados. São tópicos do roteiro de entrevistas:

- identificação da organização, seus objetivos, quadro de pessoal e projetos, prática de trabalhos com as mulheres, tipo de metodologia empregada nos trabalhos, recursos e necessidades;

- representações quanto às conferências internacionais do Ciclo Social das Nações Unidas, em especial as do Rio-92, Cairo-94 e Beijing-95, focalizando papel para o debate sobre gênero e meio ambiente no Brasil, desenvolvimento dos movimentos sociais e políticas públicas; globalização e o lugar do local (municipal e comunitário); conceito de meio ambiente e desenvolvimento sustentável, temas no Brasil e estado da arte (conhecimento e experiências);
- indicação de projetos locais considerados bem-sucedidos.

Seleção de ONGs

As pesquisadoras adotaram a operacionalização seletiva do conceito de ONGs, tendo em vista a heterogeneidade de entidades que se enquadrariam nessa rubrica e o grande número de entidades referidas como tais, marca da contemporaneidade. Por exemplo, a publicação da ABONG — Associação Brasileira de ONGs — (Landim e Cotrim, 1996) relaciona, entre as ONGs filiadas, 121 entidades. Já a publicação *Desenvolvimento sustentável: 100 experiências brasileiras*, do Ministério do Meio Ambiente (1997), sugere que só em meio ambiente haveria um número superior àquele. De fato, para o seminário organizado pela Articulação de Mulheres como atividade prévia à Conferência de Beijing, registraram-se quase 800 entidades não ligadas ao governo, relacionadas com o movimento de mulheres.

Optou-se, por limitações de recursos, selecionar ONGs que vêm atuando em nível nacional e/ou com destaque quando das preparatórias das Conferências da ONU, e com certo horizonte de trabalho, tempo de vida, que as viria legitimando em conhecimento e prática no campo. Outras quatro ONGs seriam incluídas como informantes, mas por problemas de agenda não puderam comparecer às entrevistas.

Capítulo 1

ONGs DE DESENVOLVIMENTO E AMBIENTALISTAS

A mobilização pelo meio ambiente e o lugar da mulher

Tendo como referência a diversidade do mundo das ONGs, a amostra que subsidiou este trabalho buscou ser igualmente diversa. Todas as ONGs aqui focalizadas, de uma maneira ou de outra, dedicam-se à questão ambiental de forma prioritária ou tangencial. As ONGs tratam dos mais diversos temas, com diferentes objetivos, trabalhando em capacitação, assessoria, pesquisa, educação, campanhas etc.

Apesar de as ONGs serem organizações que muitas vezes prestam serviços com seus projetos e programas, as palavras-chave encontradas em suas entrevistas são: *democracia* e *cidadania*. Entre as organizações que trabalham com a questão da agricultura, são agregadas outras palavras-chave, tais como *agroecologia* e *desenvolvimento rural*. Há ainda as que se encontram mais preocupadas com as *políticas públicas*.

A ABONG, em 1997, tinha 240 organizações associadas. Apesar de não cobrir o universo total das ONGs existentes no país, congrega as mais representativas e estruturadas. Segundo seu presidente na época, Silvio Caccia Bava, a identidade das ONGs tem a ver com a luta pela cidadania, com uma marca fundamental, que é a

organização de um grupo de cidadãos na defesa de seus direitos. Ao mesmo tempo, segundo o entrevistado, as ONGs que defendem a cidadania são diferentes das ONGs prestadoras de serviços, entendidas como o braço executor de políticas do Estado, que acabam “[...] transformando-se em entidades neogovernamentais, quer dizer, sem autonomia, sem papel crítico, executoras de serviços que o Estado não consegue fazer com a mesma eficiência”. Bava continua a reflexão afirmando que a capacidade de maior capilaridade das ONGs possibilita a legitimação de seu trabalho na sociedade.

ONGs de desenvolvimento

As ONGs não são um grupo homogêneo de pensamento e ação. Em termos da temática ambientalista, trabalham com temas tais como: lixo, agricultura alternativa, legislação ambiental, desenvolvimento rural sustentável, desenvolvimento local e defesa da condição de vida dos seringueiros. Os temas mais encontrados nesse grupo estão relacionados com cidadania e democracia, políticas públicas e meio ambiente. A questão da cidadania é citada como um princípio para todas as ONGs entrevistadas, e o trabalho concreto de assistência técnica, educação e projetos demonstrativos são encontrados freqüentemente.

Uma parte das ONGs entrevistadas surgiu durante a época da ditadura militar (1964), ligadas à Igreja, trabalhando em bairros de periferia, em movimentos comunitários etc., e algumas das entidades aqui citadas confirmam como ainda é forte a influência da Igreja. Pelas entrevistas realizadas, conclui-se que todas as organizações prestavam serviços por meio de programas e projetos concretos, conforme relatos.

No caso da FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), houve, com o passar do tempo, mudança no entendimento da relação com os movimentos sociais, pois existia no passado um componente de concepção predominantemente basista, determinado pela própria história do movimento. Embora essa dimensão da relação permaneça, os projetos demonstram uma preocupação

mais articulada com a sociedade e com a influência das políticas públicas: “*Esses projetos são o lugar onde se fazem experiências e também educação, capacitação, lugar de elaboração de propostas, onde os movimentos se capacitam para negociar, influenciar nas políticas públicas*” (Lisboa, FASE).

Já o AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa) coloca-se como uma entidade de assessoria de segundo nível, em apoio metodológico, assessoria em planejamento estratégico, enfim, no campo técnico. Trabalha com os princípios da agroecologia, a partir de um diagnóstico que direciona todo o trabalho por meio de uma abordagem agroecológica,

[...] no sentido de ir convertendo aos poucos os sistemas produtivos e buscando a sustentabilidade desses sistemas através de práticas de menor uso de insumos, potencializar a reciclagem de energia e os nutrientes nos sistemas produtivos, diminuir o uso de insumos externos, adubos químicos, pesticidas, maquinário pesado, enfim, uma série de propostas técnicas que são incorporadas (Petersen, AS-PTA).

Outro tema recorrente nas entrevistas foi o apoio ao pequeno agricultor por meio de tecnologias que pudessem preservar o meio ambiente, e uma das instituições realiza um trabalho direto com a saúde comunitária. A sensibilidade a temas mais amplos nos dá uma visão de desenvolvimento sustentável onde a questão da saúde é considerada parte dos problemas ambientais.

O trabalho com plantas medicinais apontou a linha de atuação do CAPA (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor), que busca a valorização do saber da comunidade, embora seja comum aguardar as soluções de “técnicos externos”. Mas, ao mesmo tempo em que se resgata a sabedoria do senso comum, os problemas são discutidos e as posições vão se alterando para a valorização da comunidade.

O PROTER (Programa da Terra) tem entre seus objetivos contribuir para o desenvolvimento rural do ponto de vista socioeconômico, a fim de que se possa exercer a cidadania não apenas tendo acesso aos bens e serviços públicos e sociais, mas participando politicamente, com voz ativa:

[...] quando trabalha os aspectos ligados à produção, promove a agroecologia, e tem sempre uma atuação voltada para técnicas agroecológicas. Quando trabalha a cidadania, tem uma preocupação permanente de trazer a discussão da questão ambiental para a vida da organização com quem a instituição trabalha e vice-versa, para que haja participação nas decisões das áreas onde trabalham. Então, uma parte do nosso trabalho está voltado para mudança da legislação e das políticas públicas (Garcia Filho, PROTER).

Segundo o entrevistado Garcia Filho, a questão ambiental tem maior aceitação entre as mulheres, que se mostram mais preocupadas e envolvidas com a saúde da família e sensíveis à introdução da agricultura alternativa, utilizando-se com menos adubo e veneno. Acrescenta Garcia Filho:

[...] houve alguns impactos na questão dos agrotóxicos, com a redução de seu uso e a mudança de comportamento por parte das mulheres. Outro aspecto foi a maior participação das mulheres na vida social local. Começaram a conquistar o espaço público: mercado, banco, tirar carteira de motorista. A nova postura das mulheres é um indicador de fortalecimento de um processo de conscientização, que redundou no aumento de participação e comprometimento e, ainda, na conquista de espaços sociais não imaginados anteriormente.

Existe o programa PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), ligado à agricultura familiar, que não estava despertando o interesse do sindicato. Foi graças à mobilização das mulheres nas assembleias do sindicato que os homens se sentiram obrigados a buscar informações, a pressionar o Banco para liberar financiamento aos agricultores da região, o que antes era impensável.

A entrevista com o representante da PROTER evidenciou também a influência, em nível micro, quanto ao impacto nas relações de gênero no interior da família. Alguns maridos aceitam que as mulheres saiam para as reuniões, atividades específicas, o que nem sempre é fácil:

[...] algumas coisas mudaram na administração do orçamento familiar, a mulher dá mais palpite, já não é só da alçada do homem. Nas várias organizações, houve mudança porque começaram a incorporar as mulheres na direção, a se preocupar mais com a participação das mulheres nas reuniões etc. (Garcia Filho, PROTER).

O CAE começou como uma organização que oferecia basicamente assessoria a pequenos agricultores que queriam mudar a tecnologia de agricultura. Com o decorrer do tempo o trabalho foi ampliado. Hoje, além de atender a grupos de pequenos produtores, atendem à demanda de ONGs, prefeituras, sindicatos, pequenas cooperativas, também em busca de uma mudança de tecnologia. Com os grupos de produtores, além de trabalhar com a produção em si, envolvem também a comercialização:

[...] começamos a trabalhar com associativismo, com comercialização direta e industrialização dos produtos, de forma a garantir uma renda mais estável para o produtor o ano inteiro. Basicamente é isso, o CAE é uma ONG de assessoria para a tecnologia, de agricultura ecológica e coisas afins (Guazelli, CAE).

O CNS (Conselho Nacional dos Seringueiros) se insere na luta dos seringueiros por uma condição de vida melhor e pela defesa dos recursos naturais, dentro de um movimento social forte. Segundo seu secretário executivo,

o Conselho Nacional dos Seringueiros surge como todos os movimentos de Chico Mendes no Acre, em Xapuri, na defesa das condições de vida dos seringueiros, que começam a ser vistos como protetores da natureza. Quando passam a defender a manutenção das florestas, recebem o apoio internacional e são vistos como guardiões da natureza, mas na verdade o que defendem é a própria vida. De forma que a proteção das florestas e da vida concilia-se, o que resulta na defesa da Floresta Amazônica.

Por outro lado, lançam uma proposta que é a criação da reserva extrativista, que é mais ou menos a idéia de uma reserva indígena, e também querem áreas onde possam trabalhar no extrativismo, que

não cortem a floresta. [...] surge como uma forma de manter seu esquema de vida, manter as populações tradicionais (Rueda, CNS).

Existem ONGs mais relacionadas com pesquisa e assessoria a parlamentares na discussão de temas de natureza sócio-econômico-política, e outras voltadas para o campo das políticas públicas.

As ONGs apresentam uma grande produção de material didático — cadernos, folhetos, livros, cartilhas —, incluindo nesse material uma ampla produção de vídeos que serviu como apoio para a realização deste trabalho, mas que não será diretamente analisado.

ONGs ambientalistas

Os ambientalistas constituem um grupo variado, com idéias e agendas de ação que vão desde os conservacionistas “puros” até os que enxergam a questão ambiental mais ligada aos problemas socioeconômicos.

Durante muitas décadas, foi dominante no movimento conservacionista a perspectiva de que homens e mulheres tinham interesses irreconciliáveis com a natureza, e que as características humanas levavam inevitavelmente a uma atitude destrutiva e dominadora. Essa visão fica muito clara quando se discute as unidades de conservação:

As organizações de conservação tinham a visão de que havia que conservar, não se podia desmatar nada, as pessoas não eram vistas, tinham que ir embora dos lugares e o máximo que se pensava era pagar uma indenização para as pessoas saírem da reserva (Fonseca, UNESCO/EPD).

Foi o reconhecimento de que existem relações entre os problemas ambientais e a realidade social, econômica, política e cultural que conduziu a um novo enfoque, diferente da visão anterior, visto que relaciona princípios ecológicos e humanitários, constituindo-se o ser humano como eixo principal da conservação.

Pode-se inferir, como afirma Fonseca (UNESCO/EPD), “*que não existe mais conservacionistas puros. Mesmo a UICN (World Conservation Union), que nessa área de meio ambiente é muito conservadora, chegou à conclusão da necessidade de uma alternativa econômica.*”

Para UICN, PNUMA, WWF (1991), os três pontos principais da estratégia de conservação são:

1. Viver de maneira distinta da que se vive atualmente, para conseguir uma vida satisfatória.
2. A deterioração dos recursos tem uma recuperação direta na satisfação das nossas necessidades.
3. O desenvolvimento tem de ser mais justo e equitativo.

O ambientalismo, assim como as organizações de desenvolvimento e o feminismo, surge na década de 1970, emergente das lutas pela democratização do país, buscando modelos alternativos para uma sociedade mais justa e equilibrada. Esse é um fator que em determinado momento pode ter aproximado os dois movimentos. Outro fator foi a ECO-92, que mostrou a relevância do tema e abriu o debate sobre a importância da participação política nesse tipo de evento. Esse ponto será retomado no caso das feministas, na abordagem sobre as ONGs do movimento de mulheres.

A origem comum dos ambientalistas e dos desenvolvimentistas pode provocar uma aproximação que vem se dando de forma contundente, de um lado pelas ONGs ambientalistas, cada vez mais preocupadas com os problemas sociais, e de outro pelas ONGs de desenvolvimento, mais interessadas nas questões ambientais.

Aos poucos os temas ambientais começam a ter mais relevância em diferentes cenários, como na política, mídia, envolvendo seringueiros, comunidades, e passam a ser uma questão do dia-a-dia da sociedade civil.

É evidente que esse processo não deixa de ser difícil e contraditório, pois de um lado começa a fluir uma relação entre as ONGs,

e de outro “*algumas entidades ecológicas vêem uma concorrência desleal, em termos de financiamento, com as grandes ONGs de desenvolvimento, que já tinham outras fontes*” (Minc, deputado estadual do Rio de Janeiro). As disputas e diferentes visões são mostradas nos depoimentos a seguir.

Na ECO-92 foi muito difícil articular as ONGs de desenvolvimento e as ambientalistas, o que demandou muita negociação:

As ONGs de desenvolvimento têm uma tradição de esquerda que as de meio ambiente também têm, só que as ONGs históricas surgiram em nome da luta contra a ditadura, e por muito tempo se tinha uma visão de que o pessoal de meio ambiente não estava preocupado com as questões sociais, estava preocupado com “cosmético”. É uma rixa histórica (Minc, deputado estadual).

A maior parte das organizações trabalha a questão social, mas existe uma corrente conservacionista, minoritária, menos comprometida com as questões sociais. Entre elas há uma clara disputa de recursos:

O dinheiro para as ONGs de desenvolvimento era maior do que para as de meio ambiente, e a partir de 92 nenhuma ONG de desenvolvimento pode ter um projeto sem ter o mínimo da questão ambiental. Isso é uma demanda das agências (Maia, Fórum, ONGs, Meio Ambiente e Desenvolvimento).

No caso de outras instituições, foi a necessidade de trabalhar o ambiental e o social que levou a “[...] *compartir a idéia de trabalhar a questão indígena com a questão ambiental*” (Kahn, ISA — Instituto Socioambiental).

Várias ONGs têm relação direta com a ecologia e quase todas se referem aos principais problemas ambientais ligados, por exemplo, ao cuidado com os parques, como a reserva da Biosfera da Mata Atlântica, como afirma Ana Lúcia Formigli, do CEASB — Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu.

O GAMBÁ (Grupo Ambientalista da Bahia) trabalha com crianças e adolescentes, abordando a educação ambiental, a preservação da Mata Atlântica, e com o projeto Reflorar. *“Há pouca sensibilidade por parte da população; [...] trabalham com pequenos e médios agricultores e proprietários rurais, estimulando o desenvolvimento ecológico sustentado”* (Cintra, GAMBÁ).

O ECOAR capta recursos de consumidores de produtos florestais e aplica esses recursos, por intermédio de agricultores, no plantio, que tem majoritariamente uma função energética de fornecer árvores, mas também se volta para a conservação da natureza. Essa instituição dá as mudas para os produtores rurais e assistência técnica e acompanhamento no plantio:

Por outro lado, [...] atuam no replantio de espécies nativas em áreas degradadas e desmatadas ao longo dos rios e vêm incrementando convênios com a indústria, que contrata para reflorestamento e educação ambiental, e para replantio de espécies para seqüestro de CO₂ da atmosfera (Sorrentino & Trajber, ECOAR).

O ISPN (Instituto Sociedade, População e Natureza) atua nas áreas de meio ambiente, população, saúde, desenvolvimento regional, desenvolvimento social. Trata-se de uma organização de meio ambiente que foi se envolvendo cada vez mais com os movimentos sociais, interconectando a questão ambiental com a de geração de renda em projetos sustentáveis junto à população que trabalha.

Os projetos desenvolvidos visam o lado ambiental e social, no caso, a biodiversidade, o efeito estufa: na medida em que se evita o desmatamento, simultaneamente se está conservando a biodiversidade e o carbono. Mas esses projetos contribuem também para os meios de vida sustentável das populações locais, gerando renda, aumentando o bem-estar das populações, em consonância com a preservação ambiental. São projetos de uso sustentável da biodiversidade. O ISPN está fazendo, por intermédio de pessoas da própria região, o levantamento socioeconômico da reserva extrativista Chico Mendes, entre outros levantamentos.

Outra experiência interessante de trabalho com o social e o ambiental é a do ISA (Instituto Socioambiental). O componente ambiental nasceu a partir do compartilhamento da idéia de trabalhar a questão indígena com a questão ambiental, porque a questão ambiental passou a incorporar a necessidade de se ter gente agregada a esses projetos. O conceito de trabalho é junto às bacias hidrográficas, dentro da perspectiva de que as bacias requerem um conjunto de relações do ecossistema que precisam ser cuidadosamente plantadas, não só do ponto de vista do aspecto ambiental, mas também porque os índios têm uma territorialidade própria.

O ISA veio do CEDI numa época em que os movimentos sociais funcionavam no contexto do regime militar, com vários programas, inclusive com os povos indígenas, abrindo as fronteiras do Brasil na Amazônia:

[...] com um discurso de que nós precisávamos defender as nossas fronteiras e uma visão de segurança nacional, a ocupação da Amazônia virou um mote das políticas econômicas do governo militar (Kahn, ISA).

Segundo Kahn,

o Xingu e o trabalho na Mata Atlântica, com a bacia do rio Negro, prioriza o trabalho acumulado de integração dos índios de 500 aldeias, a sociedade brasileira e a educação formal. Continua muito forte a caracterização da região como indígena. Os índios foram moldados no modelo missionário, indo atrás de escolas para os seus filhos, e por toda parte a auto-sustentação foi comprometida. Agora estão preocupados em retornar às suas aldeias com esquemas econômicos de geração de renda.

Até quinze anos atrás, as crianças eram mandadas para os internatos e os pais ficavam nas aldeias. Esses internatos foram desativados e as crianças voltaram para suas aldeias, obrigando os pais a irem para a cidade, na falta de alternativa. Os pais vão e voltam, constituem núcleos urbanos na cidade, numa situação de pobreza, mas com familiares que garantiam alimentos.

Amigos da Terra é uma organização que desenvolve campanhas contra as queimadas no campo, a campanha “Ciclovía Já”, o monitoramento em áreas da Mata Atlântica, denuncia problemas ambientais às comissões de meio ambiente etc.

O GTA (Grupo de Trabalho Amazônico) é uma rede de entidades, ONGs, cooperativas, associações, que trabalham com todo o tipo de população da Amazônia. Um exemplo é o trabalho feito com as quebradeiras de coco e seus problemas de assistência técnica e comercialização dos produtos, em especial do óleo de babaçu. É preciso um frigorífico para guardar o estoque a ser comercializado, mas nem todos os grupos de produção o possuem. Em alguns seringaais onde existem projetos de melhoramento da produção, além de consumirem parte da produção, vendem o excedente, investindo na própria casa. Há uma mudança significativa na forma de viver. Outra questão é poder se manter dentro da floresta com dignidade, apesar da ausência de uma política para o preço da borracha e de outros produtos extrativistas, como o açáí.

Segundo Júlia Feitosa, do GTA,

muitas pessoas, quando saem da floresta, chegam a passar fome por não terem uma cultura que as leve a manter uma horta ou um pomar; são coisas inovadoras na vida dos habitantes da floresta. Talvez os mais jovens comecem a gostar de frutas e verduras, não só para fins econômicos, mas para poder ter outros tipos de alimentos e enriquecimento nutricional. O GTA possibilitou, nessa imensidão que é a Amazônia, que as pessoas que vivem isoladas pudessem conhecer os projetos possíveis de serem executados. A troca de experiências tem sido um grande salto qualitativo nas relações entre as comunidades.

Se compararmos os projetos e programas das ONGs de desenvolvimento com os das ONGs ambientalistas, não vamos encontrar diferenças substantivas nem contradições quanto à visão de trabalho ligado ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. É evidente que as ONGs de desenvolvimento possuem uma linguagem mais voltada à cidadania, aos direitos e ao desenvolvimento susten-

tável, enquanto as ambientalistas são mais específicas em relação aos problemas ambientais.

A maior parte das pessoas do ECOAR vem de movimentos ecológicos, ambientalistas, de ação, de luta por áreas verdes, contra a poluição, de melhoria da qualidade de vida, convicção que é compartilhada por grande parte do movimento ambientalista hoje:

[...] a entrada das pessoas e entidades no movimento ambientalista ocorre por diferentes portas, alguns para proteger a vida das borboletas, outros das baleias, outros por causa da poluição da fábrica ao lado. Mas por todas essas portas de entrada acaba se encontrando um veio de convergência que é a questão da cidadania, da participação, da melhoria da qualidade de vida, que tem a ver com geração de renda, com educação, com muitas coisas que as entidades de desenvolvimento trabalhavam (Sorrentino & Trajber, ECOAR).

Sem deixar de lado a proteção e a preservação da espécie, as ONGs levam em conta a interação entre o ser humano e o meio ambiente. É justamente a utilização prática do conceito de desenvolvimento sustentável que gera mudança nas estratégias de conservação, criando a necessidade, por parte dos ambientalistas, de uma compreensão maior dos impactos socioculturais nas estratégias ambientais. Em contrapartida, essa não é uma questão totalmente resolvida, principalmente por parte das políticas governamentais.

Como afirma Kahn, do Instituto Socioambiental,

existem questões no Brasil que ainda não foram suficientemente discutidas, como o trabalho com o meio ambiente em relação à população. Há um debate sobre o sistema de unidade de conservação para discutir o quanto é possível ou não ter a presença humana, envolvendo determinadas atividades produtivas. Este é um debate sério e mal resolvido. Trata-se de uma questão entre os que defendem a dignidade das sociedades humanas, no seu local de moradia. Existe uma pré-conceitualização do Ibama, que tem uma visão muito tradicionalista do que seja a preservação das unidades de conservação sem a atuação do homem. A questão indígena se defronta com sérios problemas.

Gênero e meio ambiente: ONGs de desenvolvimento e ambientalistas

A partir da análise realizada, percebemos que a introdução da variável gênero nas organizações de desenvolvimento e nas ambientalistas não pode ser pensada de maneira automática. Trabalhar a relação entre gênero e desenvolvimento sustentável não é fácil, nem no plano teórico, nem no plano metodológico, nem na prática.

As iniciativas para conjugar gênero e meio ambiente demonstraram que a intenção de trabalhar esses dois conceitos é complexa e requer pesquisas, trabalhos de campo e novas produções teóricas. No caso de se realizar uma revisão sobre os principais temas discutidos nos últimos anos, a questão da mulher e do meio ambiente surge, internacionalmente, como um tema importante. Essas discussões estão diretamente ligadas à preocupação da participação de mulher no processo de desenvolvimento (Abramovay, 1994).

Nas entrevistas realizadas aparecem essas preocupações e, de maneira indireta, as posições que tratam de explicar essa questão. Existe uma visão essencialista sobre mulher e meio ambiente. Donald Sawyer, do ISPN, diz que existem pessoas que acham que a mulher, por natureza, teria mais ligações com certas questões ambientais, mas prefere pensar em termos mais universais:

Na prática, são as mulheres que recebem mais imediatamente alguns impactos ambientais, que cuidam mais das crianças e podem sofrer mais com problemas como o saneamento. São elas que têm mais potencial de educar as novas gerações e um potencial maior de reivindicação (Sawyer, ISPN).

Alguns entrevistados se referem à importância que teve o Planeta Fêmea na divulgação de questões relacionadas com a mulher e o meio ambiente (ver sobre Planeta Fêmea na abordagem das ONGs do movimento de mulheres).

O Planeta Fêmea destacou a relação entre gênero e meio ambiente, ou seja, como a mulher é a mais atingida, como são contaminadas no trabalho; são elas que cuidam das crianças. Frisa-se que,

na ECO-92, as pessoas que mais falavam da contaminação das crianças eram mulheres, preocupadas com os seus filhos e os de todos.

Carlos Minc, deputado estadual, afirma que foram desenvolvidas leis de proteção ao meio ambiente, mas que sua fiscalização e implementação deixam a desejar. Segundo Minc:

A relação entre gênero e meio ambiente é uma coisa mais sofisticada que meio ambiente. No Rio de Janeiro, trabalhando com a despoluição das empresas, as mulheres procuram e falam da questão das doenças causadas por trabalhos repetitivos, que atingem bancárias, digitadoras, telefonistas etc. O Rio de Janeiro é o único estado que tem essa lei. A lei sobre LER (lesões por esforços repetitivos) destaca que as pessoas expostas a esforço repetitivo não podem exceder seis horas de trabalho. A cada cinqüenta minutos, têm direito a dez de intervalo, com alternância de funções. Vimos líderes sindicais aleijadas. As mulheres estão brigando para que a lei seja cumprida.

O termo RISMO surgiu de uma comparação que fiz quando contava a história do Prestes. Como na época em que ele estava preso não existia a questão dos direitos humanos, seu advogado usou a lei de proteção do animal para que ele tivesse melhores condições. Eu usei o seguinte argumento: existe RIMO (Relatório de Impacto do Meio Ambiente). Alguém, para cortar dez árvores numa encosta, deve fazer o RIMO. Mas para botar 1000 mulheres de cobaia do Norplant, das quais 300 ficaram avariadas, tem que se adotar, no mínimo, os mesmos procedimentos usados com as árvores.

[...] a idéia da dupla poluição, intoxicação na fábrica e em casa. Toda essa discussão vai para as associações de moradores, mas quem cuida da casa, do alimento, do filho, é a mulher. Elas não cuidam na condição de feministas conscientes, com a bandeira da ecologia, cuidam na condição de mulheres preocupadas com a saúde do filho e da família. Para efeito prático é a mesma coisa, não há o discurso integrado ligando feminismo com ecologia, mas na prática quem se preocupa é a mulher.

A aproximação das organizações feministas com o tema ambiental parece ser bastante restrita. As organizações de mulheres também não têm historicamente uma forte aproximação com as questões ambientais, com honrosas exceções.

A questão do gênero está presente no período de 1992, tendo nas mulheres suas maiores defensoras. A experiência de 1992 apresentou alguns problemas, visto que as organizações ficaram mais voltadas para seu mundo, o Planeta Fêmea, do que para uma integração do conjunto. O movimento de mulheres

[...] ficou com o Fórum até 92 para realizar o Planeta Fêmea. Depois houve um distanciamento, que não é de responsabilidade só do movimento de mulheres, o qual seguiu sua agenda. Estamos recuperando essa interrupção agora (Maia Drager, Fórum, ONGs, Meio Ambiente e Desenvolvimento).

Experiências e representações sobre gênero e meio ambiente:
ONGs de desenvolvimento

Mulheres indígenas

É interessante analisar de que maneira uma organização ligada à pesquisa e trabalhando com a população indígena, o INESC (Instituto de Estudos Socioeconômicos), representa o trabalho com as mulheres e critica uma posição, freqüentemente encontrada, de não-interferência e neutralidade diante dessas populações.

Iara Pietricovsky, do INESC, ressalta que existe uma série de carências no processo de pesquisa:

[...] problema que nem a antropologia resolveu, porque muito complexo. É a questão da mulher indígena e da criança. Os antropólogos têm visão organicista, como um corpo único, e não se pode hoje prescindir dessa visão, ter um olhar de gênero, porque efetivamente essas mulheres estão sendo contaminadas pela AIDS, não participam do processo organizacional indígena, ficam fora da capacidade de participar dos processos decisórios, de colocar situações pertinentes a esse setor específico, assim como as crianças e os adolescentes.

Iara Pietricovsky afirma:

Em conversa com alguns antropólogos, a primeira visão é de ter cuidado ao entrar num sistema que não é seu, com conceitos diferentes, um olhar que tem uma lógica diferente, podendo incorrer em certos erros de análise e de incompreensão da situação. Por exemplo, quando uma mulher apanha do marido, isso pode representar a sistemática do grupo, cabendo entender a lógica que leva a esse comportamento. Mas no raciocínio da não-interferência nos grupos, devemos aceitar que tirem o clitóris das mulheres? São questões que precisam ser repensadas. As populações indígenas não podem ser olhadas como organismos isolados, pois pertencem ao mundo e querem se relacionar com ele. O mundo de hoje vem estabelecendo conceitos universais que valem para todos. Se existem aspectos positivos da globalização, entre eles este é um. As modificações são realizadas, as alterações são feitas e a cultura vai obviamente se recolocar, reordenar-se na nova situação. Na estrutura tradicional indígena, essa mulher tem realmente um sentido, a relação é mais ou menos equilibrada. Mas o homem, em contato com o mundo dos brancos, se relaciona com ele, absorve seus valores, vai para as áreas de prostituição, para as estruturas de poder e vai refazer-se, reordenar-se politicamente dentro do grupo. Vai estabelecer e fortalecer, pelo padrão tradicional, a relação com os homens.

Na realidade são elas que sustentam a cultura, a língua, todo o processo desses grupos. Então, tem que ter cuidado, porque na realidade são elas que mantêm a cultura viva, na sua relação, a educação, a criação dos indivíduos naquela cultura, mas ela não pode ficar alheia ao processo de modificação que está se dando em todas as partes.

É notória a importância da mulher indígena na cultura tradicional. Está ocorrendo, todavia, uma “integração”, por parte dos homens, ao “mundo dos brancos”, e existe o perigo de que a mulher indígena não acompanhe criticamente esse processo, ficando sem acesso a outros códigos. Ao mesmo tempo, dentro dos grupos indígenas, não se pode levar as mesmas concepções e os mesmos formatos com os quais se trabalha em outros grupos de mulheres, porque, segundo Iara Pietricovsky, “*não existe o conceito de liderança feminina*”.

Catadoras de materiais recicláveis

No grupo das Catadoras de Materiais Recicláveis, a relação entre gênero e meio ambiente ocorre no cotidiano, reforçando o seu papel de trabalhadoras, adquirindo um sentido de cidadania e autonomia, valorizando o seu trabalho como mulheres que aportam para a subsistência. Elas foram se desembaraçando nas relações de família, criando autonomia, como mães e responsáveis pela casa, quando não é mais o homem que traz a comida, como era o costume. É uma autonomia que se faz representar primeiro pela aquisição de documentos, ao se perceberem como pessoas, e pela constatação de sua própria “existência”, como proprietárias de um espaço social antes não ocupado:

Elas têm consciência de que estão fazendo um trabalho em ecologia, porque aprenderam que o papel é tirado da árvore, e então não se precisa cortar mais árvores. A limpeza da cidade produz o lixo, que é enterrado e jogado, gerador de poluição, de coisa venenosa. Por coisas bem simples assim, elas não têm vergonha de catar lixo (Sanchet, Catadoras).

É evidente que nesse caso as mulheres, com a sua experiência no trabalho cotidiano e uma interação diária e próxima com a reciclagem do lixo, têm efetivamente uma relação com o meio ambiente que não é natural, senão social.

Seringueiros e seringueiras

Outro exemplo no qual a relação gênero e recursos naturais se dá de forma social é o trabalho junto aos seringueiros. As mulheres realizam tarefas que as involucram numa interação diária e próxima do meio ambiente. Elas têm um tipo de responsabilidade que as faz ao mesmo tempo dependentes e defensoras dos recursos naturais.

Há mulheres seringueiras. Apesar de que cortam na floresta, elas têm também a responsabilidade de trabalhar na roça, na pesca, en-

tão a família divide o trabalho. A mulher fica mais na roça e ajuda na borracha. [...] tem dois produtos básicos, a borracha e a castanha. Com a castanha trabalham ativamente, e com o coco de babaçu também (Rueda, CNS).

O CNS vem desenvolvendo algumas ações para a mudança das relações de gênero, como a Secretaria da Mulher Trabalhadora Rural, realizando um grande esforço para que as mulheres participem de forma mais igualitária nas instâncias de poder e que as discussões sejam feitas conjuntamente entre homens e mulheres.

O problema é que nessa área a mentalidade é bastante machista. No caso da reserva, a mulher exerce muita liderança. Mas não se pode trabalhar só com mulheres. O ideal é que, no trabalho, sejam discutidos assuntos de gênero entre homens e mulheres, porque os homens, sobretudo na área rural, têm enorme resistência a que sua mulher saia de casa, não permitem que ela vá a reuniões (Rueda, CNS).

A AS-PTA vem trabalhando a perspectiva de como abordar as especificidades entre homens e mulheres, considerando a ação produtiva da mulher como trabalho. Destacam o desenvolvimento sustentável como uma área de atuação de homens e mulheres.

Nas áreas de concentração, que são algumas comunidades, nota-se nitidamente uma alteração na concepção, por exemplo, da forma de fazer agricultura, o que implica baixar custos. A própria questão do trabalho com as mulheres aparece nessas comunidades com bastante força, quer dizer, há uma valorização do trabalho da mulher.

Andersen do AS-PTA, considera:

A questão é potencializar e valorizar o que já é específico no trabalho da mulher. No caso da semente do feijão, os homens se envolvem, mas as mulheres têm tido um papel preponderante, no sentido de que existem o feijão do comércio e o feijão do autoconsumo. Este, as mulheres que decidem: variedades, gosto, cozinha, seleção. Pela própria vocação, pelo tipo de papel que ela já exerce dentro da família, a questão de hortas familiares exige certa concentração das atenções, quer dizer, produção de sementes de oleria. Na ver-

dade, como a gente está atuando na forma de desenvolvimento sustentável, o desenvolvimento é pra todos, não é para o homem, ou para os pequenos.

O CAE reforça que o papel do reconhecimento produtivo da mulher permite que ela possa mudar, possuir um grau maior de autoestima e fazer o seu trabalho rentável. No momento de ligar meio ambiente e gênero, surgem princípios gerais sobre o equilíbrio e a natureza, e quando as mulheres freqüentam os cursos sobre ecologia, aparece uma clara diferenciação de gênero: as mulheres estão mais preocupadas com questões ligadas ao mundo doméstico — atualização de detergente, de inseticidas domésticos, da qualidade de alimentação, de nutrição. Nos cursos para os homens, aparece mais tecnologia.

Trabalha-se com as mulheres não só a questão da produção, mas da comercialização dos produtos agroindustrializados, o que traz um retorno muito grande. Havia casos nos quais o trabalho da mulher estava rendendo mais dinheiro que o trabalho do homem, o que repercutiu na família. Foi necessário desenvolver a questão, de tal forma que hoje existem homens trabalhando em processamento na cozinha:

Mudou muito a valorização, e mudou muito a auto-estima das mulheres, e o tratamento que as mulheres dão aos homens e a si mesmas também é diferente. Rompeu-se aquela coisa de 100% de dependência, parece que a identidade está mais bem formada (Surita & Pegglow, CAPA).

Capacitação

A FASE, o IBASE e outras ONGs tiveram um processo de capacitação sobre gênero, o que sensibilizou de uma forma ou de outra seus técnicos. Dessa maneira, começou a se prestar mais atenção na participação das mulheres nos cursos de capacitação, já que estes eram realizados em horários impossíveis de ser freqüentados por elas. Ao mesmo tempo, apesar de os cursos de apicultura serem ofe-

recidos para os homens, as mulheres é que eram encontradas trabalhando com as abelhas. A FASE está levando um trabalho etnográfico para conhecer como se dá o trabalho da mulher na agricultura e discutir a questão do crédito para as mulheres.

Para a FASE, o conceito de meio ambiente incorpora dois componentes-chave para o debate: de um lado, associar a idéia de desenvolvimento sustentável à questão democrática — não há produção de novas alternativas sem a mediação de sujeitos políticos organizados —; de outro, não há mudanças se a questão ambiental não sair do ponto de vista das políticas públicas, como se fosse uma questão que diz respeito ao Ministério do Meio Ambiente.

A sustentabilidade tem que ser pensada do ponto de vista social, ambiental, democrático, e perpassar os vários campos das várias políticas, porque, do contrário, vamos ter o seguinte: vem um grande projeto, devasta, expropria, outro recompõe, tenta reconstituir. Sem trabalhar com conceitos, o que marca a entrada da FASE é sua história de trabalhar a ação dos sujeitos, a ligação com a sociedade protagonizada (Lisboa, FASE).

Concluimos que as ONGs de desenvolvimento têm em seus quadros, pessoas sensíveis à perspectiva de gênero. As organizações que estão trabalhando com agroecologia atuam junto às mulheres e em certa medida por meio de cursos de capacitação, realizando-se uma ponte ou uma entrada para o tema. No entanto, ainda não existe suficiente trabalho prático e de pesquisa que realize essas aproximações.

Nas principais correntes que trabalham com desenvolvimento sustentável, desenvolvimento rural, agroecologia, a mulher não está presente. O homem é ausente nas discussões sobre a mulher e o desenvolvimento sustentável. Dessa maneira ocultam-se essas duas perspectivas, que se constituem em parte importante da sustentabilidade. Por outro lado, falta também a presença visível e ampla da mulher na gestão e elaboração dos projetos. Além do mais, os contatos entre as ONGs feministas e de desenvolvimento são tênues, pouco sistemáticos. Alguns trabalhos articulados acontecem, principalmente por meio de fóruns.

Experiências e representações sobre gênero e meio ambiente: ONGs ambientalistas

Em relação ao trabalho com as mulheres indígenas, a posição do ISA difere totalmente do depoimento dado pela representante do INESC. Segundo Kahn, a representante do INESC concilia a visão de gênero com a problemática dos indígenas, o que parece ser contraditório, pois pode significar uma ingerência na cultura local: “É preciso intervir no que diz respeito ao sofrimento da mulher e não no que pertença ao campo de valores e costumes”.

Kahn afirma que, na problemática do horizonte indígena, a questão de gênero não é prioritária, não é a primeira questão que aflora, quando se está mobilizado para resolver problemas concretos. Considera que tal problemática geralmente se volta à sustentabilidade econômica, saúde e educação: “*A questão da mulher até vem à tona, mas é complicado querer conciliar a questão de gênero, tal como a vemos (como nós do Ocidente construímos a questão de gênero), com as questões que mobilizam as sociedades indígenas*”. E exemplifica referindo-se ao Xikrin, que é uma área de exploração do mogno:

Uma antropóloga do ISA começou a trabalhar com os índios a possibilidade de eles não permitirem a entrada de madeireiros, apresentando algumas soluções de manejo. Eles precisavam se constituir em uma figura jurídica, e as mulheres tiveram uma presença fundamental nesse processo de discussão, pois foram chamadas para definir se era ou não importante essa proposta de trabalho, se deveria ou não haver a suspensão da atividade legal da madeira. Elas são consideradas extremamente imediatistas, e de fato necessitam de bens, mas as mulheres tiveram um papel importante para dizer que gostariam que o território fosse de seus filhos, das gerações futuras (Kahn, ISA).

No Parque do Xingu, o ISA realiza um amplo trabalho de formação de professores índios:

Isto acontece para resistir ao modelo que vem sendo implantado, que é o de colocar os professores brancos trabalhando com índios.

Geralmente, são selecionados homens, porque querem a escola para aprender como os brancos se comunicam, e isso depende de relações públicas, de relações políticas, e quem faz isso são os homens. Colocar as mulheres nesse papel, que é tradicionalmente masculino, seria uma ingerência (Kahn, ISA).

No Alto Rio Negro, existe uma demanda das mulheres, que é a valorização do artesanato, pois elas detêm todo o conhecimento do fabrico de várias peças. São ações que compõem o cotidiano das mulheres, o que permite uma atração mais apropriada por parte dos membros do ISA, segundo o relato de Kahn.

Dificuldades do trabalho com as mulheres

Se em alguns lugares encontram-se mulheres combativas e organizadas, em outros elas estão ausentes dos sindicatos, das associações, e nos lugares de menor prestígio e poder. Segundo Sawyer, do ISPN:

As mudanças são muito difíceis para as mulheres. Elas têm de aceitar o que os companheiros impõem, mas foram as mulheres brasileiras que limitaram a sua fecundidade: houve uma queda muito rápida da fecundidade a partir dos anos 60.

Sawyer pondera que houve algumas mudanças no cenário geral, como a Previdência Social, que antes não existia, por intermédio do Funrural, que é a fonte principal de renda para a população de alguns municípios.

Mulheres e liderança

As mulheres, em algumas partes, estão mostrando um papel de liderança, principalmente em ações relacionadas à cidadania e à qualidade de vida. Isso porque questões como a falta de água, o problema dos esgotos e a saúde fazem parte de uma problemática

ligada às suas necessidades básicas: *“As mulheres estão mais ligadas à manutenção e à qualidade da vida — problema de lixo, problema de enchente, a primeira voz que se levanta é a da mulher”* (Sorrentino & Trajber, ECOAR).

Repercussão de programas das conferências internacionais das Nações Unidas

De maneira geral, as ONGs consideradas relacionadas ao desenvolvimento e ao meio ambiente tiveram grande participação nas Conferências Internacionais das Nações Unidas. A referência diz respeito à ECO-92 e à de Beijing, em que as opiniões foram críticas sobre as ações do Governo relacionadas às várias convenções assinadas e à conversão das propostas em políticas.

Ponto de vista das ONGs de desenvolvimento

Pietricovsky, do INESC, declara que, na ECO-92, os compromissos fundamentais assinados pelo Brasil resultaram na Agenda 21, na Convenção do Clima e no Tratado de Biodiversidade. Mas o Brasil não fez praticamente nada, nem sequer instalou a comissão de desenvolvimento sustentável, que era um dos indicativos da Agenda 21 para os governos. Existe uma comissão interministerial que nunca foi instalada, e em nenhuma das propostas do Governo que apareceram houve envolvimento da sociedade civil e a possibilidade de participação. Recentemente, levou-se a proposta de uma Comissão de Desenvolvimento Sustentável que não está ainda aprovada, mas há um conflito bastante grande entre aquilo que o Ministério do Meio Ambiente está propondo e negociando com o fórum brasileiro de ONGs e os movimentos sociais. Mas as ONGs não foram envolvidas, e isso está gerando um conflito de difícil trato político. O fórum elaborou um grande documento, que é a posição do fórum brasileiro sobre diferentes temáticas, como governabilidade, conjuntura política internacional e nacional.

Sobre Beijing, Pietricovsky afirma haver políticas que foram implementadas, mas tem a sensação de que são ações epidérmicas, não vão ao fulcro da questão, no processo educacional, desde a base de formação dos indivíduos, consolidando conceitos, mudando comportamentos. Não se percebe a socialização, a incorporação dos conteúdos discutidos em Beijing. O documento feito pelas mulheres indígenas é absolutamente generalista, não traz aportes para quem está na discussão, nem provoca aprofundamento. E para quem não está, ele é simplesmente alienado do processo. Tem um *gap* que não se consegue romper:

[...] a ação da política pública, a ação de um Governo, tem que ser assim, muito mais contundente, iniciada inclusive no processo educacional, onde você forma conceitos no indivíduo. É importante existir uma discussão para que as propostas sejam absorvidas e transformadas em políticas que mudem, em benefício público, coletivo, que contemplem a diversidade, que façam com que os indivíduos percebam o outro como diferente, mas parte do processo mais objetivo (Pietricovsky, INESC).

Existem outros pontos de vista mais positivos com relação às conferências. Algumas ONGs se referem à importância do intercâmbio, em razão dos desafios comuns encontrados entre os países. A ECO-92 foi, para alguns dos entrevistados, um elo facilitador para as ONGs, movimentos sociais e ONGs ambientalistas, juntando pela primeira vez os diferentes atores para um diálogo, embora todas as ONGs insistam que as ações não estão sendo implementadas:

[...] a Agenda 21 criou uma agenda social, ambiental, num processo muito novo, olhando tudo o que aconteceu com a ONU. A discussão de um novo papel nas Nações Unidas, chamando atores relevantes, propiciou uma discussão para dentro dos países para potencializar local e regionalmente as realidades vivenciadas (Grimberg, PÓLIS).

E Grimberg segue em sua reflexão, afirmando:

A Rio-92 foi o ato mais forte disso tudo. Depois, acrescentaram-se alguns aspectos, com a conferência de população, segurança ali-

mentar, desenvolvimento social e hábitat. Mas o que deu a definição e realizou um marco nesse sentido foi a de 92, abrindo diálogos importantes. A Rio-92 cumpriu um papel forte, trazendo para o debate nacional e regional temas relevantes: mulher, população, desenvolvimento ambiental, hábitat.

Outras opiniões se colocam, como a liderança dos grupos mais ligados a um trabalho de base, que acabaram não depositando tanta importância à ECO-92, pela “[...] dificuldade de descer às bases. Ela ficou em um nível mais alto” (Sanchet, Catadoras).

Segundo Lisboa, da FASE, a ECO aparece também como influência aos movimentos sociais na implementação da Agenda 21, chamando para dentro dos sindicatos o tema ambiental. Além do mais, foram as conferências que facilitaram o diálogo entre organizações ambientalistas e ONGs de desenvolvimento.

A ECO difundiu mais alguns temas e modificou a agenda política na sociedade. Numa leitura “por dentro” de cada movimento específico, nota-se que a percepção é diferenciada. O movimento sindical, como o Grito da Terra, vai ter um pouco da incorporação daquela Plataforma da Agenda 21, porém, quando o movimento sindical se articula e discute junto com o Conselho dos Seringueiros, movimento de mulheres, nota-se, em alguma medida, a mudança. Já entre as ONGs de desenvolvimento e as ambientalistas, produz-se uma relação. Na questão da certificação florestal, fomos vistos como a organização que provoca o debate do ponto de vista social, não por nossa competência sobre a questão florestal, mas pela discussão social. Isso faz com que a FASE se aproxime de entidades ambientalistas (Lisboa, FASE).

É interessante notar que as organizações mais voltadas para um trabalho relacionado com a agroecologia citam como parâmetro a ECO-92, o que é explicável primeiro porque ela ocorreu no Brasil e depois porque o tema está mais relacionado com a sua prática diária.

Sobre a repercussão da ECO 92, nota Andersen, da AS-PTA:

Em termos de comprometimento, aconteceu muita coisa. Do ponto de vista de efetivação, de colocar na prática os compromissos, pou-

co foi feito. Do ponto de vista da sociedade civil, da opinião pública, essas conferências, sobretudo a ECO, que ocorreu no Brasil, mexeu, sacudiu um pouco, e existe a necessidade da busca de novos padrões de desenvolvimento, de defesa do meio ambiente. No entanto, não existe um projeto da sociedade civil em torno dessa questão.

Pontos de vista de ONGs ambientalistas

Representantes das ONGs ambientalistas tiveram um papel preponderante no transcorrer da ECO-92. Na opinião do Instituto ECOAR, houve uma “popularização” da questão ambiental, como ponto de união de vários dos grupos sociais existentes. O movimento sofreu um refluxo após a conferência e nesse momento está buscando uma nova identidade.

Houve uma crise de identidade, na medida em que os empresários e o Governo assumiram o discurso dos militantes. Algumas entidades fecharam — e a crise econômica tem um papel importante nisso — e muito do trabalho voluntário deixou de ser feito porque as pessoas passaram a ter de lutar mais para sobreviver:

[...] eu acho que há qualidade de participação e possibilidade das associações estarem se reestruturando no sentido de contemplarem a participação diferenciada de antigos militantes e de novos militantes (Sorrentino & Trajber, ECOAR).

Em geral, as ONGs ambientalistas são unânimes em apontar as vantagens e conseqüências positivas das conferências, explicando que estimularam um maior contato entre elas e, ainda, a formação de redes provocando impacto no trabalho.

Existe um esforço de algumas ONGs, ISPN, por exemplo, de entender, a partir das conferências, as dificuldades das relações entre feministas e ambientalistas.

Segundo Donald Sawyer (ISPN), as dificuldades na relação gênero e sustentabilidade têm muito a ver com o medo do malthusianismo. Os movimentos de mulheres estavam resistindo ao con-

trole da natalidade e achavam que o ambientalismo seria a nova roupagem para o *argumento malthusiano*, que limita o crescimento da população, achando que o ambientalismo seria uma ingerência no corpo da mulher, uma imposição. Existe uma longa tradição nesse sentido desde a década de 1960, com os controlistas de um lado e os anticontrolistas de outro, incluindo esquerda, intelectuais, Igreja, que por motivos diferentes resistiam ao controle.

Espero que o conceito de saúde reprodutiva, que foi consagrado na Conferência do Cairo, venha a superar impasses. Basicamente, resolveu-se o impasse, porque todos estão de acordo que os indivíduos devem decidir livremente sobre o número de filhos que vão ter ou não vão ter. Talvez com isto seja possível uma aproximação maior entre os movimentos feministas e ambientalistas. [...] existe possibilidade de apoio mútuo, de diálogo e, no fundo, ambos estão buscando a equidade, o equilíbrio. É uma visão de mundo diferente (Sawyer, ISPN).

Outras ONGs alertaram para o fato de que, apesar dos avanços, do trabalho realizado com prefeituras e municípios, sabem que podem sofrer pressões internacionais. A situação, tanto nacional como internacional, continua sendo dramática, em razão do nível de consumo dos países desenvolvidos, e o Brasil incorpora como avanço e modernização hábitos de Primeiro Mundo, a começar pelas embalagens e uso da água. “*Não se tem programas de educação ambiental junto com políticas de educação ambiental, [...] água nesse país é muito barato*” (Kahn, ISA).

Alguns ecologistas são mais críticos em relação à ECO-92 e às políticas ambientalistas, principalmente as relacionadas com a biodiversidade e a sustentabilidade do país. Magda Rener, dos Amigos da Terra, lembra que da ECO-92 para cá houve um retrocesso de cinquenta anos. Promoveu-se o neoliberalismo, que é absolutamente destrutivo da natureza e de todos os ecossistemas. O Brasil não cumpriu nenhum dos seus compromissos. Há um documento do Fórum Brasileiro para a ECO e agora a Rio+5. Apesar disso, não se protegeu a biodiversidade.

Globalização e exclusão

Pontos de vista de ONGs de desenvolvimento

Os grupos que trabalham mais diretamente com o desenvolvimento rural e a agroecologia consideram que as políticas econômicas atuais vêm causando empobrecimento da população, na medida em que sair do campo para a cidade já não é uma alternativa, principalmente no sul do país. As feiras de produtos agroecológicos se apresentam como alternativa e meio de subsistência, principalmente para as mulheres, cuja produção nesse setor vem gradativamente aumentando.

O agricultor está com todos os produtos em casa, feijão, batatinha, não tem quem compre, ninguém compra, não tem para quem vender. As feiras, esses espaços locais, são os únicos que a gente está vendo. E são poucos. Mesmo o espaço alternativo, agroecológico, daquele consumidor consciente, tem flutuado (Surita & Pegglow, CAPA).

Para alguns grupos, a globalização foi apontada com certo caráter positivo. “A longo prazo, creio que isso afete negativamente, mas a curto prazo, por enquanto, a gente não tem sentido, nesse nicho que nós estamos” (Guazelli, CAE).

Para outros, como o grupo de seringueiros, a globalização apresenta uma queda do preço no mercado:

A nossa base é a borracha e não existe política que proteja a borracha nativa. Nós temos agora 10% da produção que tínhamos há onze anos. Os países globalizam mas são altamente protecionistas, os sistemas de cultivo na Indonésia saem muito mais baratos, pois os custos sociais no Brasil são muito altos (Rueda, CNS).

Pontos de vista de ONGs ambientalistas

As críticas ao processo de globalização se dão em virtude do patenteamento dos organismos vivos. No caso do Brasil, tais críti-

cas deram-se por causa das pressões por parte dos Estados Unidos e das concessões de isenção de impostos para as multinacionais.

Renner, dos Amigos da Terra, analisa que o Brasil não tinha esse patenteamento, não admitia que plantas e animais fossem patenteados. Os Estados Unidos começaram a pressionar porque queriam que as patentes feitas no seu país valessem de forma globalizada, e o governo aceitou. O que vemos é que toda a sociedade está cansada de um escândalo após o outro, tanto que alguns grupos às vezes nem reagem mais.

A limitação de recursos voltados para o meio ambiente é considerada parte das mudanças globais que vêm ocorrendo, assim como as mudanças relacionadas com o Mercosul. As críticas ao neoliberalismo e à abertura de mercados em nível internacional, com a redução da função do Estado, ocorrem de maneira contundente.

O Estado e as ONGs

Neste item não será realizada uma análise das políticas ambientalistas relacionadas com o Ministério do Meio Ambiente e com o Ibama, pelo fato de esses dois órgãos estarem em processo de reestruturação, o que é interpretado oficialmente de forma positiva. Acredita-se que tal reestruturação

[...] vai permitir o efetivo atendimento dos requerimentos de consistência institucional e organizacional, em face da complexidade e da dinâmica da questão ambiental (INFORMA, Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, fevereiro de 1997).

As pessoas entrevistadas, em particular os representantes das ONGs que se referem ao Ministério do Meio Ambiente, sublinham que o tema meio ambiente não é fundamental para o atual governo, em decorrência das muitas dificuldades apontadas pelas ONGs.

A coordenadora do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento expressa clara-

mente a percepção geral sobre o ministério, criticando a falta de uma política mais global.

Em seu depoimento, diz que o Ministério é um órgão muito grande, de difícil operacionalização, com uma estrutura que precisa ser modernizada. Quando se tem um esvaziamento do órgão que deveria traçar as políticas, começa-se a ter ações localizadas no Ministério, ações emergenciais sem uma política mais global. Não há uma política que trata do conjunto, e sim políticas emergenciais que tratam dos assuntos de acordo com as necessidades ou com a boa vontade das pessoas do ministério, na área de biodiversidade. Em lugar de uma política, existe uma comissão que está emperrada e não consegue andar. Há ações pontuais importantes, interessantes, mas no conjunto a situação não é o que se esperaria de um Ministério do Meio Ambiente.

Além do que, não é uma área importante para o conjunto do governo, é uma área marginal. O corte de orçamento é grande, ao que parece 95% do orçamento do Ministério é para irrigação, demonstrando a falta de interesse do governo para com a área ambiental. A avaliação é pessimista (Maia Drager, Fórum, ONGs, Meio Ambiente e Desenvolvimento).

Se por um lado há opiniões muito críticas quanto à atuação do governo, por outro as ONGs acreditam que existem iniciativas importantes, principalmente no que se refere ao financiamento e ao apoio a atividades da sociedade civil.

Pode parecer que o governo tenha essa preocupação, porque tem um pouco mais de recursos. Contudo, há o projeto de transposição do São Francisco, e pouca ação com relação às madeiras atuando na Amazônia. Deve-se reconhecer que o governo tocou em algo fundamental: o Fundo Nacional do Meio Ambiente Transparente, com participação da sociedade civil e financiamento de ONGs. O governo não atribui a si um papel exclusivo na proteção ambiental; isso é importante. É muito burocrático, mas funciona: eles aplicam as mesmas regras para qualquer financiamento (Garcia Filho, PROTER).

Para o deputado estadual Carlos Minc, a questão ambiental não é uma prioridade do Governo Federal, mais preocupado com alguns setores que se encontram na mira das denúncias internacionais, como os índios, as ONGs, a questão da demarcação da terra, e denúncia à impunidade dos que agridem diretamente o meio ambiente.

Além do mais, o Ibama é fraco politicamente, tecnicamente tem poucos recursos, atua em convênio com os órgãos ambientais, que também estão fracos. A justiça pouco atuante leva à impunidade. A justiça adverte que quem agride o meio ambiente tem de pagar, é o princípio da responsabilidade objetiva.

Nos últimos nove anos, no Sul, os ambientalistas e os Ministérios entraram com cerca de 800 ações contra empresas que de alguma forma destruíram alguma lagoa ou algum manguezal. Apenas duas tiveram que pagar alguma coisa, como dispõe a Constituição, mesmo assim estão recorrendo. Isso é um convite à impunidade (Carlos Minc, deputado estadual do Rio de Janeiro).

Mesmo dentro das ONGs, existem diferentes opiniões a respeito do papel da Agenda 21, fazendo com que as divergências de opiniões se tornem um ponto importante no debate sobre o meio ambiente.

A secretária executiva do MMA (Ministério do Meio Ambiente) também aponta algumas dificuldades na implementação da Agenda: “O Brasil, de norte a sul, engajou-se no processo; no entanto, devemos reconhecer que as experiências bem-sucedidas tenderam ao isolamento.” (Camargo, in: *Desenvolvimento sustentável: 100 experiências brasileiras, Consulta Nacional, Agenda 21*).

O Fórum Brasileiro das ONGs aponta um problema básico conceitual com a Agenda 21, que é um dos grandes embates. Foi feito o levantamento das melhores práticas e isso está sendo chamado de Agenda 21, mas não é. Agenda 21 é um projeto estratégico que se constrói com os setores, tanto em nível nacional como local/estadual. Assim, a Agenda 21 não é uma série de ações do Ministério, ela é um pacto entre movimentos sociais, empresários, ONGs,

governo, universidades, para ver quais são as prioridades, qual é o país que queremos para os próximos vinte ou trinta anos, quais são as ações emergenciais, quais os problemas e como vamos resolver isso entre nós.

A Agenda 21 não é uma questão exclusivamente ambiental, nem tem de tratar de política de investimento, de política fiscal. “Ela só existe porque houve uma constatação sobre a finitude dos recursos naturais. Se ela for a bandeira da área ambiental, perde a capacidade estratégica” (Maia Drager, Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento).

Algumas ONGs apresentam uma visão crítica em termos das políticas levadas pelo Ministério da Agricultura e o do Meio Ambiente, mostrando que existe falta de coordenação entre eles e a política comum.

Andersen, do SPTA, entende que o governo deve discutir reforma agrária, como um componente essencial para reformular o modelo de desenvolvimento em todo o país. É preciso fazer reforma agrária, por causa do grande número de desempregados, inchamento das cidades, violência e necessidade de muitos agricultores sem terra, possibilitando que as pessoas se instalem com um projeto econômico. É necessário uma efetiva reforma que reformule a estrutura agrária do país, em que se discuta a questão da produção alimentar, da segurança alimentar:

Quando se vê a política ambiental e a política agrícola do governo, cada uma aponta para um lado, completamente contraditórios, sendo que a agricultura, hoje, é um dos principais causadores de danos ambientais. Então, não se tem muito clara a ligação entre um projeto social, econômico e ambiental. São coisas muito fragmentadas (Andersen, SPTA).

Parece que, efetivamente, o tema do meio ambiente não é uma prioridade do Governo Federal, e quando se tenta aproximar o tema de gênero das políticas do ministério, também não se encontra essa perspectiva, o que fica claro no depoimento a seguir:

O tema de gênero não é uma questão prioritária, existem prioridades para a sociedade brasileira, tais como: derrubada da inflação, segurança das cidades, geração de renda, mas a questão de gênero não tem aparecido como prioridade. Há alguns grupos que se dedicam ao tema, mas não é evidente (Lemos, MMA).

Essa posição entra em contradição com uma pesquisa de 1997, apresentada pelo MMA, a respeito do que o brasileiro pensa sobre o meio ambiente, onde o tema aparece como prioritário, privilegiando o meio ambiente em relação ao emprego: 47% dos entrevistados responderam que o meio ambiente deve ter prioridade sobre o crescimento econômico, o que demonstra preocupação e sensibilidade com o tema.

Não se pode perder de vista que os problemas ambientais não existem por si mesmos, desacompanhados da análise das desigualdades e da iniquidade existente em nossa sociedade. O combate à pobreza e a incorporação da plena cidadania fazem parte da demanda de muitas das ONGs. O que é esquecido por elas quando falam, criticam e reivindicam políticas ambientais mais participativas, é que essas têm de ser consideradas dentro de uma estratégia que também incorpore a perspectiva de gênero. Sem isso nunca chegaremos a uma proposta séria de sustentabilidade econômica, social, política e cultural da sociedade.

Identificação de experiências locais

Algumas experiências locais citadas pelas ONGs entrevistadas mostram como a concepção de meio ambiente varia, passando pela saúde, alimentação, qualidade de vida. As ONGs falam também de suas experiências bem-sucedidas e de seus projetos que, de alguma maneira, incorporam gênero com a questão ambiental, no trabalho com as Unidades de Conservação.

Grimberg & Costa, do PÓLIS, vivenciaram uma das iniciativas mais bem-sucedidas como alternativa alimentar. É a chamada “multimistura”, concebida pela dra. Clara Brandão para complemen-

tar a alimentação que as pessoas já dispõem dentro de sua cultura alimentar e em suas condições econômicas. A metodologia se propõe a combater o desperdício por meio da utilização de talos, cascas, farelos, sementes etc. Essa alimentação vem sendo adotada pelos grupos ligados à Igreja e começa a estender-se por alguns municípios, atingindo quase dois milhões de famílias no país. A preparação desse alimento tem significado uma alternativa de geração de emprego e renda para pequenos produtores.

A multimistura é uma solução nutritiva e barata para combater a fome no país. Os complementos são produzidos com tecnologia simples e universal: selecionar, moer, tostar e peneirar os ingredientes compostos por farelo de trigo tostado, folha de mandioca, batata-doce, abóbora, sementes, podendo tirar as crianças da subnutrição. O que impressionou foi o contexto de estar fazendo a farinha, aprender a confeccionar e a apresentar o produto. Mulheres aprendem a não apenas ter o que a televisão oferece como alimento, ou o que o médico receita:

Nós estamos preocupadas com o corpo, o cuidado do corpo, a consciência do corpo, como um todo maior, e ampliando essa lente do nível micro, a gente pode ver o planeta. Como foi detonada a cultura regional, a deterioração dos alimentos, por que aconteceu isso? Porque a terra está esgotada, a terra erodada, porque a castanha não pode ser utilizada para a sobrevivência etc. A partir de um nível micro, como o cuidado com o corpo, a medicalização, os convênios, como tudo isso foi afastando a vida cotidiana da mulher do seu sentido maior, gerando a neurose etc. (Grimberg & Costa, PÓLIS).

Guazelli, do Centro de Apoio Tecnológico — IPÊ, apresentou um trabalho realizado com meninas, filhas de agricultores que participam da associação de agricultores ecologistas. No ano de 1997, a pedido delas, houve um trabalho muito interessante com uma psicóloga e pedagoga sobre sexualidade. Foram três dias de atividades, e as meninas pediram que esse mesmo trabalho fosse estendido aos pais. Tal trabalho envolve desde o conhecimento do corpo, até elementos emocionais, tabus.

Há integrantes das associações de agricultores que estão cursando a universidade e continuam a trabalhar no campo, não saindo para morar na cidade. Isso já ocorre com os rapazes, e com as meninas o projeto começou um pouco mais tarde.

Garcia Filho, do PROTER, relata uma experiência com populações que desconheciam aspectos básicos da legislação. O primeiro trabalho, ainda sem recursos, foi ajudar algumas comunidades a discutir essa questão. Havia um movimento, muito ativo, que tinha se mobilizado contra a estação ecológica. Com várias comunidades da região, a questão se ampliou e se criou uma comissão de moradores de Unidades de Conservação. Hoje, há uma articulação dos movimentos, sindicatos, dos atingidos pelas barragens, que se unem para enfrentar essa discussão. A população começou a se mobilizar numa negociação concreta com o governo, tentando um pacto de convivência.

Capítulo 2

ONGs DO MOVIMENTO DE MULHERES

Movimento de mulheres no Brasil e o desenvolvimento sustentável

A Rio-92 destaca-se na literatura feminista no Brasil como o tempo/espço em que as reflexões sobre gênero e meio ambiente, a estruturação de ações por parte do movimento de mulheres tomaram impulso, em dinâmica sinérgica com o movimento feminista internacional. De fato, pela participação de milhares de mulheres, incluiu-se na Agenda 21 dos governos um capítulo especial sobre as necessidades das mulheres e sua importância para um desenvolvimento sustentável e equitativo.

No Fórum Global da Rio-92, no Planeta Fêmea, mais que inclusão e chamada por necessidades, a defesa foi por um “olhar feminino” sobre o mundo (Viezzler, 1997). Por esse olhar, insiste-se em distintas conferências acerca do combate à pobreza, da importância do local para os recursos naturais, do alerta sobre as relações Norte — Sul, e do caráter predatório dos estilos de consumo vindos do Norte, bem como a respeito da importância de monitoramento da ação das transnacionais sobre o emprego e o uso dos recursos naturais; além de se insistir em frentes contra a violência institucional e doméstica (Soares, 1994).

As mulheres tiveram participação destacada no processo da ECO-92. Em nível internacional, formou-se a partir de 1990 uma

coalizão composta por ativistas, inserida tanto no setor governamental quanto no não-governamental. O IPAC — Internacional Policy Action Committee — mobilizou ONGs, associações profissionais e grupos comunitários no mundo inteiro. Um ano depois, em 1991, esse processo deslanchava no Congresso Mundial de Mulheres por um Planeta Saudável, consolidando a Agenda 21 de Ação das Mulheres, aclamada por mais de 1.500 participantes de 84 países.

O “protagonismo das brasileiras no processo da ECO-92” — expressão freqüente em entrevistas de Rosiska Darcy de Oliveira, Thais Corral, Moema Viezzer, Schuma Schumacher, Mariska Ribeiro e Suzana Maranhão, que estiveram à frente das ações das mulheres brasileiras na ECO-92 — enfatizou a relação entre população e meio ambiente, considerando os direitos das mulheres, pobreza e desenvolvimento sustentável, bem como os “ecos” da ECO-92.

Segundo Corral et alii (1997b),

no Brasil, o movimento de mulheres formou a Coalizão de Mulheres Brasileiras para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento e escolheu o tema população e meio ambiente como eixo central das discussões e do trabalho conjunto. Essa decisão decorreu de uma vocação intrínseca, considerando o grande número de organizações de mulheres que tratam da temática saúde e direitos reprodutivos.

Esses autores consideram que a liderança brasileira na temática populacional justificou a coordenação do Tratado das ONGs sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento durante a ECO-92 e a continuidade de um protagonismo que cresceu também nas Conferências da ONU sobre População e Desenvolvimento, Cúpula de Desenvolvimento Social, IV Conferência Internacional sobre a Mulher e participação em postos-chave da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento,¹ criada pelo Governo Federal para prover uma

1. A presidente Elsa Berquó é demógrafa, feminista, integrante da Rede Mulher e Saúde e fez parte da Delegação Brasileira oficial, tanto durante os preparatórios como na Conferência de População, no Cairo.

orientação estratégica no campo de políticas públicas voltadas para a questão da população.

O tema saúde e direitos reprodutivos faz parte do conjunto de ações prioritárias do governo atual, tendo sido objeto de um protocolo que o Ministério da Saúde firmou com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em 8 de março de 1996, com o objetivo de implementar a Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial da Mulher, de Beijing. A questão de gênero e meio ambiente, que até 1992 não constava dos tópicos trabalhados pelas mulheres, tornou-se visível a partir de então, graças sobretudo ao fato de que as mulheres passaram a apresentar muitas das atividades e experiências que desde sempre realizaram sob essa nova perspectiva (Corral et alii, 1997b).

Em documento preparado para a Rio+5 (Rio de Janeiro, março de 1997), Thais Corral, Sônia Correia, Moema Viezzer e outros integrantes de organizações que lidam com gênero e meio ambiente fizeram um balanço das realizações pós-ECO-92, levadas a efeito pelo movimento de mulheres no Brasil. A seguir uma síntese de suas considerações:

1. *Agenda 21 de Ação das Mulheres* — Cita-se o Projeto Caravana Verde, que surgiu da movimentação das mulheres durante o Planeta Fêmea, evento ocorrido no Fórum Global na Conferência Rio-92. Naquela ocasião, mais de 1.500 mulheres estiveram reunidas para tratar de temas envolvendo a questão ambiental. A Caravana Verde:

[...] iniciou-se em 1993 dentro desse espírito. Foi idealizada por Maria Aparecida Schumacher, uma das organizadoras do Planeta Fêmea. O objetivo era levar ao interior do estado, onde já existiam Conselhos Municipais da Condição Feminina, as discussões que envolviam a questão ambiental sob a ótica das mulheres, que envolviam as administrações na organização dos eventos. Participavam mulheres e homens, idosos e jovens, ambientalistas e empresariado, poder público e esfera privada. As mesas-redondas, em busca de soluções comuns, iniciavam-se com perguntas simples como: “Na sua opinião, o que é uma cidade saudável?”. Do município de Mirassol, por exemplo,

como ações desencadeadas após a passagem da Caravana Verde, iniciou-se um trabalho com as crianças marginalizadas, a luta pela preservação do horto botânico da cidade, a inclusão de mulheres ambientalistas como conselheiras municipais da condição feminina e da temática feminina no programa de rádio de um grupo ambientalista local (Moreira, Rede Mulher).

Esse projeto, que foi acionado em 1992, no interior de São Paulo, estaria sendo replicado hoje, no estado do Rio de Janeiro, segundo Corral.

2. *Desdobramento do Tratado das ONGs sobre População, Meio Ambiente e Desenvolvimento* — Corral considera que uma alternativa ao controle demográfico teria sido a elaboração do PAISM — Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher. (Note-se que, segundo várias feministas, esse programa não vinha sendo implantado.) É também ressaltado o papel do Tratado como estímulo para que redes internacionais e nacionais se mobilizassem visando à Conferência do Cairo e à criação da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento em 1996.

3. *Educação ambiental na ótica das mulheres* — Embora não haja estatísticas, considera-se alta a participação das mulheres em educação ambiental em vários espaços, tanto em universidades (cursos de graduação e até de pós-graduação, como na UNAMA — Universidade da Amazônia), escolas, quanto em projetos de base relacionados à conservação do meio ambiente. Um exemplo é o caso da ARCA para conservação e recuperação do Parque da Chapada dos Guimarães, “que inclui o cultivo de viveiros ecológicos, organização de passeios ecológicos”. Calcula-se existirem milhares de experiências locais bem-sucedidas de mulheres que teriam voltado a cultivar plantas e ervas alimentícias e medicinais, resgatando o saber popular acumulado, retomando práticas ancestrais de curas por meio de tecnologias apropriadas e inofensivas ao ser humano. Na linha de educação ambiental via saber popular, por meio de práticas alternativas, destaca-se o caso das mulheres extrativistas, quebradeiras de coco de babaçu. Estas últimas congregam cerca de 300 mil trabalhadoras rurais, que tentam mostrar ao país que a preservação da flores-

ta também é viável economicamente. Das palmeiras que formam um cinturão de 11,5 milhões de hectares, compreendendo partes dos estados do Pará, Maranhão, Piauí, Tocantins, Mato Grosso e Goiás, as quebradeiras extraem óleo, leite e sabão; utilizam a casca nos fogões à lenha e confeccionam artigos artesanais com sua palha. Essas mulheres também têm marcado presença na concepção e realização de atividades educacionais para as populações no que diz respeito ao meio ambiente.

4. *Segurança alimentar sob a perspectiva feminina* — Faltam estudos no Brasil sobre a presença da mulher na área de segurança alimentar e criação de alternativas alimentares. Mas pela experiência, considera-se que a presença da mulher é majoritária, ilustrando:

- Na Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria e pela Vida, que mobilizou 30% da população brasileira, estudos do IPEA (instituto vinculado ao Ministério do Planejamento), indicariam a relação entre fome e mulher, por seu papel de guardiã da família. Autoras nessa área também advogam que as mulheres estariam na vanguarda, quer em grupos comunitários, ONGs e órgãos públicos, quer em ações para mudanças na área alimentar.
- Multimistura (Alternativa alimentar) — iniciativa bem-sucedida, reconhecida em nível nacional e internacional. O aproveitamento integral dos alimentos tem significado uma economia média de 30% nos gastos familiares com a alimentação.
- Segurança alimentar e políticas públicas — implantadas por algumas prefeituras, como a de Juiz de Fora, em Minas Gerais, onde a Secretaria de Educação teria criado um programa de alimentação e reciclagem; Secretarias de Educação e de Saúde no município de Rio Branco, no Acre, onde foi desenvolvido um programa alimentar com complementos nutricionais baseados em produtos alimentícios regionais (castanha, pupunha, gergelim, farelo de arroz, fubá, folha de macaxeira), produzidos por famílias de uma Associação de Produtores e Produtoras Rurais. Cerca de 25 mil famílias

teriam sido beneficiadas. Cita-se também a política municipal de segurança alimentar/desenvolvimento local de “Resgate dos Produtos da Floresta” e a implantação de pólos agroflorestais, com a distribuição de *kits* profissionalizantes para geração de emprego/renda e criação da Feira da Floresta (FLORA).

- Educação para novas relações de gênero por meio da reeducação alimentar. A ONG Rede Mulher de Educação/SP, após 1992, teria desenvolvido projetos que envolveram 200 lideranças comunitárias em todo o país.
- *Empowerment* ou dar condições para o exercício do poder pelas mulheres trabalhadoras rurais e alimentação. Considera-se que tal eixo viria se afirmando nas organizações de mulheres trabalhadoras rurais, haja vista a ênfase dada a tal tema no Primeiro Encontro das Mulheres Trabalhadoras Rurais da América Latina e do Caribe, em Fortaleza (setembro de 1996).
- Rede de Informação e Cultura Alimentar (criada pelo Instituto Pólis). A alimentação alternativa, segundo as autoras consultadas, viria sendo adotada há mais de dez anos pela Pastoral da Criança da Igreja Católica e por grupos comunitários. Recentemente, estaria sendo empregada em decorrência das políticas públicas municipais, em nível nacional. Na maioria dos casos, seria ativada por mulheres e estima-se que viria beneficiando cerca de 2 milhões de famílias, além de ser fonte de emprego, considerando o preparo dos complementos nutricionais (pós de folhas, sementes e farelos).

5. *Comunicação*. Usar-se-ia o rádio como veículo para voz das mulheres e suas experiências relacionadas ao desenvolvimento sustentável desde 1992, citando-se o Programa Fala Mulher, realizado pela ONG CEMINA. Espera-se a regulamentação das rádios comunitárias, objeto de projeto de lei, para viabilizar a ação de conselheiras municipais da condição e da temática femininas no programa de rádio de um grupo ambientalista local. Reuniram-se diferentes visões de mundo (com homens e mulheres) para atuar

juntos no sentido da globalidade da vida de uma comunidade (Moreira, Rede Mulher).

6. *Reciclagem do Lixo*. Cita-se o Movimento de Catadoras de Materiais Recicláveis como importante forma de organização e conscientização.

A equação gênero e meio ambiente

Controvérsias

É interessante destacar como alguns discursos que postulam uma perspectiva globalizada, pelos direitos da mulher e a conjugação gênero e meio ambiente, podem recorrer a figuras de linguagem que não somam, reivindicando territórios institucionais, hierarquias.

Sorj (1992) e Garcia (1992), por exemplo, desconstruem argumentos do que denominam de “ecofeminismo” e de “feminismo da diferença”, ao desvendar possíveis resvalos para a separação entre natureza e cultura, reivindicação de volta ao privado, identificação linear entre feminino e natureza. Sorj alerta sobre cuidados em relação à equação gênero-meio ambiente, afastando-se de identificações entre mulher e natureza e criticando adjetivações absolutas. Por exemplo, o natural como mais nobre, o telúrico como o onírico, o que é próprio da utopia por outra civilização:

Finalmente, a ênfase na dimensão natural do feminino deve ser tratada com muita cautela, porque foi justamente ao redor desta idéia que se construiu um sistema de discriminações e exclusões, não apenas com relação ao gênero, como também à raça e vários povos. Mas ainda, atribuir ao natural uma dimensão absolutamente virtuosa é partilhar de uma visão romântica que desconhece que a natureza tanto pode ser fonte de vida como de morte, de criação como de destruição, de prazer como de sofrimento (Sorj, 1992).

Garcia (1992) traz de volta à arena dos debates sobre gênero-meio ambiente a materialidade das classes sociais, questionando

essencialismos. Traz à circulação idéias, representações, valores e crenças, reivindicando olhares sobre experiências e experimentações na relação pessoas específicas e natureza, além de análises sobre poder, produção e acesso a recursos:

Desta forma, existe uma divisão do trabalho, da propriedade e do poder, baseada em classes, etnia, raça, e gênero. Estas categorias estruturam as interações das pessoas com a natureza e, portanto, estruturam os efeitos das mudanças ambientais em pessoas específicas, e as respostas das pessoas a estas mudanças. E mais: onde o conhecimento sobre a natureza é experimental na sua base, as divisões de trabalho, propriedade e poder que moldam essas experiências é que dão forma ao conhecimento. Concluindo, as construções ideológicas sobre gênero e natureza, e sobre o relacionamento entre os dois, devem ser vistas como parte interativa desta estrutura, mas não como o todo dela. Em termos de ação, haveria uma necessidade de transformar não só as noções sobre gênero como também a atual divisão de trabalho e de recursos entre os gêneros (Garcia, 1992).

A extensão de posturas “ecofeministas” no Brasil é discutida por Arruda (Rede Mulher de Educação e Rede Saúde), que defende a tônica social das ONGs do movimento de mulheres, isto é, a marca da origem dos movimentos sociais no Brasil, na década de 1970, contra a ditadura. Talvez por isso a maioria das experiências do movimento das mulheres se concentre na área de saúde, e conte com uma expressiva mobilização por redes, conquistas no plano de programa e legitimidade em nível governamental, ainda que os serviços de saúde sejam precários, apesar da implementação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM). Os movimentos sociais buscam movimentar-se no plano da recusa das exclusões. Contudo, há que se reconhecer diversidades também na apreensão de quem são os excluídos e o que compõe o social.

Segundo Arruda, a combinação entre gênero e meio ambiente traz uma perspectiva mais libertária, de igualitarismo e diversidade. Por sua vez, um entrave para esse tipo de discussão são os centrismos, o ecocentrismo ou o centrismo de gênero. A visão da ciência é complicada, quer para gênero, quer para meio ambiente. Observa Arruda:

O ecofeminismo e a perspectiva biocêntrica não têm força no Brasil. Estão ligados às origens comuns (os movimentos sociais). Os movimentos sociais surgem de pessoas vinculadas a resistência à ditadura, uma perspectiva ligada ao paradigma do socialismo. Esta é uma das dificuldades do feminismo: como ele vai separar os explorados em homens e mulheres? O ambientalismo também tem esse tipo de colocação, se bem que para ele fica mais fácil se liberar dessas referências. Mas o ambientalismo brasileiro é mais social.

E Arruda conclui, localizando no Brasil o “feminismo da saúde”, que recebeu muito financiamento, porque interessava que as questões dos direitos reprodutivos, do ponto de vista do planejamento familiar, avançassem, o que não ocorreu. “*Felizmente, tais diretrizes não foram respeitadas pelas ONGs — gênero-e-saúde tem uma reflexão bastante aprofundada com uma série de realizações*”. (Arruda, Rede Mulher de Educação e Rede Saúde).

ONGs e plasticidade do conceito de meio ambiente

A diversidade de concepções sobre ONGs pode ser percebida. Leila Linhares, da CEPIA (Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação), ilustra um tipo de definição sobre o lugar das ONGs na sociedade e nas relações com o Estado, no Brasil dos anos 90. Ela também reflete acerca das dificuldades de ONGs que insistem na linha da solidariedade, da advocacia e da denúncia e a fragilidade das políticas específicas quanto ao quadro de orientação macropolítica. Também pondera sobre limites de um dos termos “abre-te, Sésamo” dos discursos sobre políticas. Linhares, implicitamente, trabalha com a perspectiva de Estado do bem-estar social:

Parceria significa pessoas ou elementos que têm o mesmo peso, a mesma força. E nós [ONGs] não temos a força do Governo. Podemos sugerir políticas públicas, mas não temos força para implementá-las. Enquanto ONG, em geral, temos mais capacidade de denunciar que de implementar. Na área de saúde da mulher, até hoje não conseguimos implementar o PAISM (Programa de Ação Integrada de

Saúde da Mulher) e não é por falta de denúncias. Há um processo de privatização da saúde e nós mulheres, querendo que o sistema de saúde seja público, de boa qualidade e universal. Há 20 anos, o movimento de mulheres faz um fantástico lobby junto ao Congresso pela descriminalização do aborto (Linhares, CEPIA).

Thais Corral (coordenadora da ONG REDEH, assessora do CNDM e vice-presidente da ONG norte-americana WEDO) também insiste na importância do movimento das mulheres, tendo como referência o “protagonismo” das mulheres, via comunicação e parceria com os homens, na vida pública, e com lugar no poder de tomada de decisões. Sobre temas afins aos comentados por Linhares, Corral apresenta um outro olhar, defendendo parceria entre ONGs, Estado e setor empresarial. Ela admite que haverá um processo de seleção das ONGs, e a sobrevivência destas deverá estar ligada à funcionalidade instrumental e ao pragmatismo na conjuntura histórica, apostando na eficiência gerencial e na comunicação como requisitos básicos para uma sobrevivência. Reconstrói o conceito de cidadania, privilegiando a responsabilidade dos cidadãos (e cidadãs), mas sem referência aos desequilíbrios de poder e às exclusões, ou às assimetrias que comprometeriam parcerias, como sugere Linhares.

O lugar das ONGs, segundo leitura que se pode fazer dos depoimentos de Corral, seria quase de *locus pensante*, investindo em inovações como força auxiliar.

Se as mulheres assumirem, e obtiverem condição para tal, o seu papel de protagonistas principais e essenciais no processo de desenvolvimento sustentável, o movimento ecológico poderá “converter-se em movimento de massa”, apostando, para tanto, na “sociedade civil organizada” (Corral, 1997b).

Contudo, as referências principais ainda são ações locais, no plano municipal, como a implementação da Agenda 21 local, por comunicação e diálogo entre várias agências e entidades, o que teria sido tentado quando havia a Caravana Verde em 1993, iniciativa das mulheres pós-ECO-92. O modelo implícito, hoje, é o do Estado mí-

nimo do projeto neoliberal, em que o papel desse Estado é cada vez menor. O Estado é meio empresa, meio gestor; e as políticas, efetivamente, vão estar acontecendo em nível local.

Corral afirma que nos processos de parceria se trabalha via única, e não se fazem as reuniões para pedir ao prefeito o que falta, mas para discutir as idéias ou prioridades. Olha-se o governo como ineficiente, e quem está no governo somos nós. Há pessoas como nós que saíram da sociedade civil e estão no governo, e as dificuldades são imensas, porque há até mesmo problemas de postura dos diferentes parceiros. Isso se modifica colocando todos em contato, mudando mentalidades por meio do contato com a postura do outro, do diálogo, da negociação.

Deve haver uma gerência eficaz, no sentido de fazer com que os recursos que estão postos na mesa dêem algum resultado. Corral acredita que há duas questões importantes: os recursos e a gerência efetiva.

É importante ajudar o governo a dar alguns parâmetros para que haja efetivamente um processo de participação, de gestão coletiva articulada, e que produza resultados. Nessa perspectiva, o papel das ONGs é mais em nível de idéias, recorrendo a recursos que sejam pontuais para acelerar os processos.

Diz Corral, finalmente, que as ONGs que vão sobreviver estão assumindo a dianteira, sem substituir o setor público e as universidades (*locus* de processo de conhecimento). Temos um papel de detectar alguns canais que acelerem o processo social na identificação dos atores principais do movimento que envolve a filantropia, a sedução, a mobilização do setor empresarial.

Os conceitos de meio ambiente e de desenvolvimento sustentado, quando relacionados a gênero, indicam certa plasticidade no uso, bem como reapropriações, priorizando-se áreas específicas, em especial ligadas à atividade dos/das que as nomeiam e as reterritorializam no papel social.

Arruda (Rede Saúde e Rede Mulher de Educação) sugere uma tipologia sobre vertentes no tratamento de meio ambiente pelo mo-

vimento feminista no Brasil, que também indique a variedade de temas objetos dos debates e ações, a diversidade na escala e, em particular, a transversalidade com diversas áreas, o que nos sugere a complexidade de mapeamento. Se o campo de coleta de informações se restringe ao que formalmente estaria na rubrica de meio ambiente, mais que temas, seriam tipos de enfoques, perspectivas, operacionalização de programas, que indicariam sensibilidade ecológica e preocupação com sustentabilidade ecológica e social.

Considerando o que chama ecofeminismo, quatro vertentes são apresentadas por Arruda, as quais estão desaguando, ou podem desaguar, nas preocupações ambientais, segundo ela:

1. Movimentos populares, que não obrigatoriamente percebem o saneamento como uma questão ambiental.

2. Feminismo da Saúde, que levanta a questão da sexualidade e do corpo da mulher, chegando à questão ambiental pela via da população, o que nem sempre é um contato harmonioso.

3. Feminismo que nasce com uma perspectiva ecológica. No Brasil, o exemplo é a ONG REDEH, que surge com essa preocupação a partir da bioenergética e da biogenética.

4. Religiões e todo o terreno das teólogas cristãs, numa discussão interna sobre a liturgia, a face feminina de Deus, o lugar da mulher na Igreja. (Adaptado de tipologia elaborada por Arruda.)

Há consenso, reconhecimento na sociedade brasileira, sobre as conferências internacionais das Nações Unidas, se entendidas em termos de processo, ou seja, envolvendo a etapa de preparatórias para as conferências e suas realizações para a legitimidade social de temas emergentes da contemporaneidade, e para o fortalecimento de agências orientadas por temas como gênero, meio ambiente, direitos humanos, e outras dimensões na interface entre população, meio ambiente, gênero e qualidade de vida, como saúde reprodutiva. Esse é um ponto de consenso entre as pessoas entrevistadas, tanto de movimentos sociais diversos como de outras agências da sociedade brasileira. A referência é das conferências integrantes do Ciclo Social da ONU: Conferência Internacional sobre Meio Am-

biente (ECO-92 ou Rio-92); Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, 1994 (CIPD-Cairo), IV Conferência Internacional sobre a Mulher, 1995 (Beijing).

O papel de agente-estímulo das conferências da ONU viria mesmo em um *crecendum*, o que poderia estar associado tanto a um fortalecimento de agências de representação temática, na sociedade civil brasileira, como também à globalização da economia política e da cultura, ainda que não necessariamente as distintas conferências se pautem por conceitualização unívoca sobre sentidos sociais da globalização. Ou que o país se relacione com tais tendências de igual forma, segundo classes sociais, regiões e outros agrupamentos conforme interesses e lugares em divisões de poder, na economia e na cultura.

De fato, já nas décadas de 1970 e 1980, o feminismo no Brasil teve um estímulo à sua estruturação como movimento social, quando se deram as discussões prévias da Conferência Internacional sobre a Mulher no México, em 1975, o mesmo ocorrendo no plano de meio ambiente, quando houve um *boom* de formação de ONGs para a ECO 1995. As feministas destacam que de fato o envolvimento do movimento das mulheres com as conferências se fortaleceu a partir da ECO-92. Também, antes da estruturação dos documentos oficiais da Conferência de População, mobilizou-se por vários fóruns o debate de temas populacionais em todo o país. Tal papel, no caso da IV Conferência/Beijing, foi bastante acentuado, constituindo-se uma Articulação de Mulheres Brasileiras-Beijing 95, integrada por 26 fóruns e associações (pró-articulação) de movimentos de mulheres de 25 Estados. A Articulação garantiu a ampla participação de movimentos de mulheres de distintos cortes, organizações de base, ONGs de grande, médio e pequeno porte, participação essa consubstanciada em documentos sobre experiências e reivindicações, assistência a fóruns locais, nacionais, regionais e internacionais, e um razoável acervo documental. Foram realizados 91 eventos, com a participação de mais de 800 organizações. (In: Articulação de Mulheres Brasileiras, setembro, 1995, *IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher. Igualdade, Desenvolvimento e Paz*).

Há testemunhos favoráveis ao significado das conferências da ONU, inclusive para auto-estima e legitimidade social das organizações de base, assim como para estimular a mobilização do governo, em vários níveis, para assumir programas há muito reivindicados por grupos de mulheres.

Di Pierra, conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em seu depoimento, referiu-se à Conferência de Beijing e aos vários programas de rádio realizados. Considera que houve um grande avanço, porque a Conferência fez com que o governo brasileiro agilizasse e assinasse os protocolos que resultaram nas Estratégias da Igualdade. Na área de trabalho já existe uma linha de crédito para as mulheres se profissionalizarem; na saúde, ações mais conseqüentes contra o câncer, como a implementação de exames. A Conferência de Beijing foi positiva na iniciativa de ter levado as mulheres trabalhadoras organizadas na área rural, proporcionando uma imensa troca de experiência. Para d. Raimunda, por exemplo, que é membro do Conselho Nacional dos Seringueiros e fundadora da Associação de Mulheres Quebradeiras de Coco/Tocantins,

[...] poder mostrar o babaçu, o fruto do seu trabalho, o sabão que ela faz, para uma platéia internacional, é um acontecimento, e isso dá uma auto-estima, prova de valor daquele trabalho, que contamina toda a população das quebradeiras que tão aí cantando cada vez mais: “Ei, não derruba essas palmeiras; ei, não derrube os palmeirais; tu já sabe que não deve derrubar; precisamos preservar os recursos naturais” (Di Pierra, CNDM).

Em termos da ECO-92, os acordos são recomendações e dependem da força da sociedade civil para que possam vigorar. Muitas vezes, as questões que estão sendo discutidas não se resolvem nem em um ano nem em cinco, pois implicam mudança de mentalidade, o que é um trabalho de longo prazo.

Outro ponto de consenso entre os entrevistados diz respeito à sinalização de que as ONGs viriam enfrentando dificuldades de sustentabilidade no período pós-conferências, a maioria das entrevistadas indicando problemas no acesso a fundos internacionais.

Em grande medida, os financiamentos são destinados a campanhas para programas específicos por um período determinado, o que arriscaria investimentos de longo prazo, para a realização de pesquisas, dedicação em reflexão teórica, trabalhos de avaliação, enfim, para a própria garantia de vida das ONGs de médio e pequeno porte, ou para as que não contam com legitimidade já firmada junto a agências financiadoras.

Os testemunhos de Maranhão (CIM — Centro de Informação da Mulher) e de Araújo (Coletivo Feminista da Sexualidade e Saúde) sobre dificuldades de financiamento são similares aos expressados pela maioria das entrevistadas em ONGs, como também o são as referências à migração dos financiamentos internacionais para outros países, resultando em solução de continuidade de trabalhos iniciados ou a perda do estímulo e da mobilização desencadeada por todo um trabalho relativo à temática de uma conferência, o que teria ocorrido no caso da ECO-92.

Segundo Maranhão, o financiamento tem sido dramático. Consegue-se para as publicações uma dotação pequena, anual, para manutenção. O voluntariado é grande, trabalha com muitas associadas, que participam com uma pequena anuidade simbólica e doações de livros (os voluntários vêm para mutirões, mas são reduzidos). É preciso ter um quadro de funcionários maior, porque as organizações não atuam apenas em São Paulo, os pedidos chegam de todo o Brasil e as tarifas postais são altas.

Nesse momento, quem nos financia é a McArthur e a IAF. A Global nos financiou um seminário no fim do ano. Eventualmente, para equipamentos, vamos contar com outro financiamento. Para tanto, estamos fazendo um novo projeto para a Global Fund. Depois da ECO-92, não se conseguia mais verba [para temas de meio ambiente e gênero] para prosseguir, e as pessoas começaram a ser atraídas para outras Conferências (Maranhão, CIM).

Araújo afirma que o principal problema no Coletivo são os baixos salários. Havia 18 mulheres, e atualmente são apenas 11. Muitas saíram por estarem sempre dependendo de recursos de projetos.

[...] avaliamos que as ONGs feministas estão com muita dificuldade de receber dinheiro, e não só no Brasil. A cooperação internacional está participando de um processo de discussão. Os parceiros das agências relacionadas à Comunidade Européia, por exemplo, onde essa questão é colocada o tempo todo, indicam que o dinheiro da cooperação está sendo colocado na África e na Europa do Leste. Escutamos de uma financiadora que ela só daria dinheiro se a mulher fosse negra, rural e aidética (Araújo, Coletivo Feminista da Sexualidade e Saúde).

Contudo, as vozes se diversificam quanto a posições e parâmetros para argumentação quando se focaliza o impacto institucional das conferências do ciclo 80/90 da ONU sobre meio ambiente, população e sobre a mulher, tanto no âmbito governamental como no da sociedade civil. São pontos de controvérsia, segundo as entrevistadas:

1. Forma e grau com que o governo brasileiro assume os compromissos firmados, por convenções ou por força das Plataformas de Ação, ressaltando-se em particular deficiências quanto à alocação de fundos em rubricas relativas ao social, e falta de políticas públicas relacionadas a gênero e meio ambiente, em que se pese a visibilidade retórica, nos discursos oficiais, em particular de algumas dimensões das áreas de população e de gênero. Questiona-se a possibilidade de parcerias entre governo e ONGs, se não houver investimento para mudanças de perspectiva ao nível mais operativo de programas, ressaltando-se a maior potencialidade do nível local, municipal, em alguns casos. Contudo, há reconhecimento, entre alguns entrevistados, de que a perda de investimento no plano advocacional, como grupo de pressão por parte de movimentos sociais e ONGs, contribuiria para alguma inércia ao nível do governo, bem como a ambigüidade entre parceria e alinhamento, na relação entre ONG e Estado, diluindo-se o caráter de agência de denúncia, e de pressão, na afirmação de direitos particulares e na prestação de serviços específicos.

Para Guilhón, do CEMINA, as medidas dessas conferências da ONU só saem do papel quando há realmente um movimento forte que pressione em direção à implementação, senão a maioria delas

fica no papel. A ECO-92 definiu medidas acerca da questão ambiental que não foram específicas sobre a mulher, e agora, após uma avaliação, cinco anos depois [Rio+5], concluiu-se que o Governo Federal pouca coisa fez. Quem realmente implementou alguma coisa foram as instâncias locais, alguns municípios, porque tinha alguém consciente sobre os problemas ambientais. O CNDM fez convênios com algumas secretarias, ministérios, para poder implementar ações, mas ainda não se viu quase nada. O PAISM, por exemplo, é um Programa de Ação Integrada da Saúde da Mulher que existe há anos, e

[...] nunca saiu do papel. Seria o atendimento à coisa da mulher, que foi feito por feministas. Algumas recomendações do PAISM podem estar obsoletas, já tem muito tempo, mas a filosofia dele nos interessa, a saúde integral da mulher, de não ver a mulher só como um útero, ser para procriação. O PAISM vem sendo implementado em alguns locais, onde as prefeituras são mais progressistas, chamando mulheres que têm essa visão para as Secretarias de governo, e aí conseguem implementar minimamente, como foi em São Paulo, no governo da Prefeita Erundina (Guilhón, CEMINA).

Oliveira diz que, em termos das políticas públicas, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) vem lutando bastante, inclusive atuando para que os protocolos (saúde, trabalho, educação e violência) sejam assinados com municípios e estados, e que sejam cumpridos. Contudo, há que se analisar essa questão de maneira mais global. Houve uma concentração de renda nos últimos anos no Brasil, e isso significa maior exclusão social. Em contrapartida, há boa intenção por parte da atual direção do CNDM. O Conselho tem realmente reivindicado ao governo que atenda a questões das mulheres, propostas em algumas leis, como fazer com que o estupro deixe de ser crime contra os costumes e passe a tornar-se crime contra a pessoa. Mas Oliveira considera que o modelo econômico inviabiliza uma série de possibilidades que estão colocadas, como o acesso de todas as mulheres a serviços de saúde de boa qualidade. É muito válido lutar, mas existe uma grande diferença entre o que está escrito no papel, que são

as reivindicações e propostas, e o que na prática está se fazendo. As prioridades do governo não mudaram muito em relação às verbas da saúde. Grande parte do dinheiro vai para pagar hospitais privados conveniados com o SUS (Sistema Único de Saúde), e os hospitais universitários e os públicos estão em péssimas condições.

De fato, a maioria das entrevistadas, no âmbito de ONGs feministas, considera que os investimentos dos vários atores e atrizes institucionais, quanto a gênero e meio ambiente, deixam a desejar. Mas, como alertam algumas, o que se passa em relação ao meio ambiente indicaria o mais alto grau de retrocesso, considerando-se o espaço na mídia e a mobilização da sociedade civil, quando foi realizada a ECO-92, o que também refletiria certa transferência de interesses das agências internacionais para outros temas.

Há uma falta de sensibilidade dessa gestão quanto ao meio ambiente. A prova mais cabal é que teve que se improvisar um Comitê de Desenvolvimento Sustentável em um mês (quando da Rio+5, 1997). Houve retração na área do meio ambiente. A Agenda é uma proposta interessante. No entanto, não foi estimulada e o governo não tomou maiores iniciativas (Arruda, Rede Saúde e Rede Mulher de Educação).

Corral analisa a boa repercussão do processo de implementação da Agenda 21 em Macaé, Búzios etc. Criou-se uma Comissão pró-Agenda 21 no Rio, com 21 membros e secretaria rotativa. Nesse momento, a secretaria está na REDEH, e isso revela importância, pelo reconhecimento de uma organização de mulheres como um setor importante dentro de uma articulação da Agenda 21.

Uma das informações que obtivemos de todos os projetos foram as parcerias. Creio que até pela característica da sociedade brasileira, que é muito dinâmica, muito criativa, improvisada, essas coisas não são difíceis de acontecer. Mas é preciso, da parte do Ministério do Meio Ambiente e das gestões locais, vontade política (Corral, REDEH, CNDM, Reunião Rio+5).

2. Reconhece-se que, no plano do governo, na criação de órgãos específicos para tratamento de cada temática em si, houve vontade

política, mas seriam débeis as articulações entre gênero e meio ambiente.

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), localizado no Ministério da Justiça, viria sendo prestigiado pelo Poder Executivo em atos de representação pública, datados e por apoio a programas específicos. Em 8 de março de 1996, o Presidente da República assinou protocolos de intenção sobre direitos da mulher, visando à implementação de propostas das Plataformas de Ação da Conferência de Beijing, protocolos esses preparados pelo CNDM, relativos à saúde, ao trabalho, à violência e à educação, encaminhados para as respectivas pastas ministeriais.

Em 8 de março de 1997, o Presidente da República, assinou outro documento, também preparado pelo CNDM — “Estratégias da Igualdade: Plataforma de Ação para Implementar os Compromissos Assumidos pelo Brasil na Quarta Conferência Mundial da Mulher” —, que teria como áreas prioritárias, segundo índice do documento, o combate à pobreza, educação, saúde, combate à violência doméstica e sexual, acesso ao poder, mecanismos institucionais, mulheres e direitos humanos, e comunicação.

O vazio quanto a gênero e meio ambiente na agenda do CNDM é reconhecido. Segundo Oliveira, presidente do CNDM e diretora da ONG IDAC (Instituto de Ação Cultural), que teve destacada atuação na ECO-92, na coordenação do Planeta Fêmea e em outros empreendimentos feministas relacionados a meio ambiente:

O tema do meio ambiente não é um tema prioritário [do CNDM]. Além do que não é um tema prioritário para o governo. O discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso na Rio+5 foi um discurso muito autocrítico, ele mesmo admitiu que a política deixava a desejar (Oliveira, CNDM).

Tendo como referência as recomendações da Conferência do Cairo, foi constituída em 1996, por decreto presidencial, a Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPDP), integrada por representantes dos vários ministérios públicos e pessoas ligadas

às universidades e ONGs (“sociedade civil”). A CNPD viria prestando assessoria ao Governo, refletindo sobre o estado da arte e elaborando propostas relativas ao quadro de informações demográficas do país, políticas públicas sobre populações específicas, incluindo os jovens, e articulando-se com as organizações internacionais para melhor efetivar a colaboração internacional no campo populacional.

Assim, a CNPD elabora em 1996 o documento “Prioridades na Área de População e Desenvolvimento: Subsídios para o Programa do Fundo de População das Nações Unidas para o Brasil no Período 1997-2000”. Na declaração de princípios desse documento, explicita-se orientação identificada com princípios de desenvolvimento sustentado à indissolubilidade entre população e desenvolvimento, numa perspectiva de equidade, com especial atenção à redução da pobreza e à erradicação da pobreza absoluta; à ocupação produtiva e à renda; à sustentabilidade e à qualidade ambiental e à estrutura e à dinâmica populacional brasileira, nos planos global, regional e local (CNPd, 1996)

O governo viria também acionando a criação de Comissões e Conselhos, com a participação de membros dos ministérios públicos e de entidades da sociedade civil, ou entidades com reconhecimento social por seus trabalhos. O formato sugere vontade de parceria e de participação. No entanto, faltaria mais investimento em capacitação, informação e também critérios para indicação de representações legítimas, por consultas amplas, quando a referência são movimentos sociais ou grupos locais.

A qualidade da participação melhora. Foram criados vários Conselhos. Instaura-se o Conselho, as mulheres começam a ir e depois não funciona, por várias razões: porque a paridade é indicada, os órgãos governamentais indicam quem vai e não conseguem participar daquela discussão porque não estão preparados para aquilo, se desmotivam. Há questões sobre o que é participação. É um trabalho para fazer, temos que ser mais técnicos, mais profissionais, mais competentes. É um trabalho de todas as instâncias do movimento e de informação ao público (Arruda, Rede Saúde e Rede Mulher de Educação).

Quanto à dinâmica da sociedade civil, reconhecidas feministas apontam para o desequilíbrio dos ritmos de atuação de cada área, gênero, meio ambiente e população. Alerta-se para a relativa perda de vigor, após a ECO-92, do trabalho das ONGs no equacionamento de gênero e meio ambiente, ainda que no plano local das organizações de base, ao nível de associações comunitárias ou de classe, como em sindicatos, viriam acionando uma rica gama de experiências em bairros, municípios, comunidades rurais. Poucas ONGs de grande ou médio porte explicitariam entre seus objetivos tal equação. Por sua vez, adverte-se também sobre a falta de condições ou de investimento das ONGs para monitorar o cumprimento dos acordos internacionais, na opinião de Linhares, da CEPIA.

Linhares continua suas reflexões lembrando que as conferências das Nações Unidas dão um impacto, mas não utilizam os mecanismos internacionais. No máximo, os acordos são cumpridos. Formalmente, faz-se uma lei para dizer que a mulher tem direito ao serviço. As ONGs têm capacidade de denunciar, mas não de monitorar o Brasil inteiro.

Muitas vezes, os conselhos estaduais e municipais da mulher, ou grupos localizados, conseguem monitorar uma parte da política. Não há, portanto, mecanismos de monitoramento interno eficientes, e também não são usados os mecanismos de denúncia às cortes internacionais, como a OEA. Um dos projetos da CEPIA aciona a OEA e os mecanismos das Nações Unidas.

As conferências são importantes, pelo impacto, estímulo à mobilização, ao movimento de mulheres, embora também tenham um lado negativo, qual seja o de que, no momento de mobilização para as conferências, deixa-se o trabalho cotidiano. A Constituição Federal criou mecanismos de controle popular do Estado, por exemplo, ação civil pública, e se usa muito pouco o Judiciário no Brasil. Fala-se mal do Judiciário, mas na realidade não se sabe usá-lo bem. E as conferências, paralelamente, resultam em documentos ou em normas de direito internacional, que na maioria das vezes não são cumpridas nem cobradas. É como se a cada conferência, depois daquele grande esforço, houvesse um certo refluir.

Mas a questão do monitoramento das convenções internacionais e das Plataformas de Ação das Conferências Internacionais passaria também pela maleabilidade, pela generalidade e pela pouca referência a metas (qualitativas, porém de clara operacionalização) da linguagem das Plataformas de Ação, tendendo, em muitos casos, à declaração de princípios e ao apelo a uma vontade política difusa.

3. A perda de dinamismo do movimento de mulheres quanto à equação gênero e meio ambiente não implicaria somente menor agressividade de mobilização de cunho advocacional por agenda de serviços, programas e direitos, mas também desbote de bandeiras criativas, coloridas, como as que teriam acento na crítica ao “consumismo” (Correia, IBASE), no “telúrico” (Oliveira e Corral, CNDM), em questionamentos de modelos de desenvolvimento e de civilização e no investimento em “mudança de mentalidades” (Arruda, Rede Saúde e Rede Mulher de Educação).

Oliveira (CNDM) considera que a própria modelagem das conferências internacionais, o seqüenciamento e o deslocamento de enfoques, passando por temas que permitiriam competições por prioridades, influenciariam relativo esvaziamento do tema meio ambiente, em sua conjugação com gênero, levando-se a priorizar temas designados como da área de população, no campo de direitos reprodutivos. A tese é de que teria havido transferência de esforços e de interesses da ECO para a do Cairo, e se perdido o potencial de crítica ao “modelo civilizatório” que as feministas relacionadas ao Planeta Fêmea teriam imprimido à ECO, bem como o papel de “protagonistas” de tal perspectiva das brasileiras.

Correia (IBASE), em contrapartida, ressalta que o movimento de mulheres viria gradativamente se envolvendo com o processo das conferências, com a vantagem da transversalidade, somando referências de cada uma, ressaltando o papel de estímulo para tal tendência da ECO-92. Não identifica competências de temas, conferências, institucionalizações, mas a potencialidade de perspectiva acumulativa, globalizante, inclusive nas ações locais. E reconhece dificuldades em traduzir as Plataformas de Ação em políticas públicas, em especial, não-setorizadas.

Em que pesem a visibilidade e a “criatividade” (Oliveira) das feministas quando da ECO-92, o tema meio ambiente se entrelaça a gênero mais de forma indireta, no plano das ONGs de mulheres. Para algumas das feministas, como Correia, e pessoas relacionadas a ONGs feministas, como Oliveira, as orientações de cada um desses campos não estimulariam trânsitos entre ambientalistas e feministas, se o objeto é a “questão ambiental” (termo ambigualmente usado em nível genérico).

Não existe interação com os ambientalistas. As ONGs de mulheres não estão tratando da questão ambiental ou se estão é de maneira local. Na época da ECO, as posições ecofeministas tiveram um peso que não têm mais. O discurso perdeu apelo. É paralisante. As pessoas dos movimentos sociais não estão precisando de argumentos paralisantes (Correia, IBASE).

Já Ribeiro, do IDAC, sugere que os problemas de adoção das plataformas de ação, como as de Beijing, estariam mais no plano do cultural, e que inclusive as feministas precisariam investir mais em acertos e eficiência para defesa de posições, e que de positivo, nesses tempos, seria a visibilidade e a aceitação da mulher como pessoa pública, a ponto de serem ouvidas pelos poderes constituídos. Para ela, não há dúvida de que estamos em um momento de transformação muito difícil. São séculos de um certo tipo de comportamento. Não se pode esperar da Plataforma de Beijing a solução.

A reflexão de Correia passa também por outro ponto de controvérsia no momento atual brasileiro, sobre o conhecimento e a prática dos movimentos de mulheres, qual seja, a ênfase em saúde reprodutiva, válida, mas, para alguns, tendendo a reificações, uma vez que outras dimensões da saúde seriam secundarizadas, e que, por outro lado, tomariam espaços de outros temas que não viriam se impondo por falta de advocacia e de constituintes mobilizados, informados e preparados.

Falta no plano global, e sobretudo no Brasil, teorização e base de pesquisa mais consistente para firmar premissas de que a desigualdade de gênero é de fato um fator de não-sustentabilidade social.

Em uma perspectiva de convergência ambiental e social, há campo para desenvolver as implicações das desigualdades de gênero. Precisamos de estudos de caso e investimento em teorização. Faltam análises, em tal perspectiva, sobre meios rurais, relacionando sustentabilidade social e ambiental.

O debate está enclausurado — gênero centrado na política, nas questões reprodutivas de saúde, ainda que abrindo para trabalho e economia. Mas a reflexão ambiental é débil, porque não se tem argumentação adequada; não é à toa que o campo de direitos reprodutivos é sólido, são dez anos. *“Há conflitos, mas hoje se transita entre essas questões com um debate intelectual sólido, o que me parece que no campo ambiental não está configurado. É um campo fragmentado, as visões são parciais, têm marcações ideológicas”* (Correia, IBASE).

É voz comum entre as feministas que a área de saúde é hoje a mais bem estruturada no movimento. Segundo Schumacher (REDEH):

O Estado não tem cumprido a sua função na área da saúde. A saúde é grave em todos os sentidos, em um país em que nunca foi implantado um sistema de saúde eficiente. É como se estivéssemos falando de uma questão menor. Os melhores grupos [do movimento de mulheres] estruturados no Brasil hoje estão na área da saúde, em direitos reprodutivos. É a rede mais forte que se tem no Brasil.

Sobre as parcerias entre ONGs e Estado, tema de controvérsias que viria galvanizando debates entre feministas, Schumacher apresenta um olhar sobre o percurso do movimento feminista e sugere que não necessariamente as negociações com o Estado derivariam em abdicar do papel de denunciar. Afirma ainda que, antigamente, o movimento de mulheres tinha uma atuação mais no campo da crítica que evolui para o campo da negociação, sendo sempre demorada. As mulheres têm conseguido discutir muito bem nessa área, e como têm estabelecido essa relação de negociação, acabam por fazer denúncias mais concretas. Considera que é preciso ser mais contundente nas denúncias.

Em relação a estas e, principalmente, sobre a crítica político-cultural, teria havido nos anos 80 certa euforia com a relação feminismo e ecologia — e para várias entrevistadas, certo arrefecimento —, quer porque o modelo de ONGs exige pragmatismo e relação com o poder, quer porque envolve instâncias de saber críticos por excelência, como a universidade, que não viria correspondendo a essa identidade, entre outros motivos pela própria crise das universidades públicas.

Quanto ao campo da interface gênero/meio ambiente, Arruda (Rede) chama a atenção para a secundarização do debate sobre mudanças de mentalidades. Seu pensamento é de que foi fundamental que as ONGs crescessem, mas o modelo que existia antes não existe mais. O ponto de reflexão a que se chegou deixou vínculos com as agendas internacionais, abdicando-se das discussões internas. O eixo de discurso no movimento são as políticas públicas, o que considero correto, mas ao mesmo tempo tal tendência esteriliza o movimento feminista, porque só política pública não resolve e a vocação não é somente conseguir influenciar as políticas públicas, mas sim mudar mentalidades.

Não temos mais tempo de discutir questões interessantes, aprofundar coisas. Os ensaios e o debate teórico ficaram delegados às instâncias acadêmicas, ou não ficaram delegados a lugar nenhum. Não estou querendo uma volta ao passado, mas tem coisas que a gente precisaria fazer. Por que você tem que dar toda a tua energia em função de uma agenda internacional? Por outro lado, as vozes autônomas não têm por onde se expressar (Arruda, Rede Saúde e Rede Mulher de Educação).

Já Schumacher, da REDEH — que participou ativamente da preparação da participação das mulheres brasileiras no Fórum da IV Conferência Internacional das Mulheres em Beijing (Huaurou, no caso do Fórum), na coordenação do coletivo Articulação das Mulheres, que reunia ONGs, organizações de base e feministas —, apresenta testemunho sobre a mobilização das mulheres e conquistas pós-Beijing.

Schumacher considera que a Conferência de Beijing e a do Cairo incorporaram, na etapa de preparação, os grupos que trabalham

na área da Rede de Saúde, Estado, instâncias governamentais, mas a de Beijing atingiu 800 grupos de mulheres, presentes nesse país. O documento (das ONGs e organizações de base) foi elaborado coletivamente, com todos os segmentos e categorias.

As mulheres sabem o significado que essa conferência tem e de que modo elas podem utilizá-la, em nível local, para uma negociação ou para tentar valer seus direitos. No plano do movimento de mulheres, cada estado está fazendo algo à sua maneira, e há muitas iniciativas. Em São Paulo está se trabalhando na questão da mulher e do poder (Schumacher, REDEH).

Seguindo-se à Conferência do Cairo, surgiram no Brasil os projetos favoráveis e desfavoráveis ao aborto. Há cinco capitais onde está tudo legalizado com relação ao aborto previsto pelo Código Penal; antes do Cairo, o único lugar era São Paulo. “A maioria da mobilização nos municípios passa pela saúde e pelo combate à violência, que são as primeiras coisas que as mulheres estão querendo” (Schumacher, REDEH).

4. Direitos reprodutivos têm lugar secundário do social nos orçamentos nacionais, tendência considerada internacional, com mudanças nas prioridades dos países, o que tem alterado a eleição do recebimento de fundos, por parte das agências internacionais. Este fato estaria produzindo efeitos negativos em relação à própria implementação das resoluções das conferências.

Grande parte das orientações da Conferência de População não estaria sendo implementada no país. Se analisarmos os dados de saúde da mulher no Brasil, vamos concluir que não houve melhoria em questão de saúde. É uma contradição. Ao mesmo tempo que tem uma plataforma para ação, do Cairo, da Conferência de Copenhague, de Beijing, existe também um modelo político (no plano nacional e internacional) que inviabiliza essas reivindicações. Na medida em que se reduziram os recursos para a área social, que é o que está ocorrendo no mundo inteiro, diminuiu o acesso das mulheres ao serviço de saúde. É uma questão profundamente contraditória (Schumacher, REDEH).

Segundo Araújo, do Coletivo Feminista da Sexualidade e Saúde, na Conferência do Cairo, a maior parte do dinheiro foi alocada para a questão populacional. Araújo pondera que o FNUAP (Fundo de População das Nações Unidas) não é considerado mais uma prioridade — tem dificuldade de fundos — para os grupos de mulheres, porque o Brasil já apresenta uma baixa taxa de fecundidade [considerada de acordo com os padrões esperados, segundo critérios de controle de população]. Ora, o fato de a fecundidade das mulheres ter diminuído não significou absolutamente uma melhoria da saúde destas. Em contrapartida, não há concordância sobre um controle do corpo das mulheres. Elas devem receber todas as informações para poderem decidir o que querem. Com a diminuição da fecundidade no Brasil, não houve uma melhoria da qualidade de vida e da saúde. Araújo afirma que,

[...] quando apresentamos projetos para o FNUAP, somos informadas de que as Nações Unidas diminuíram as verbas para o Brasil, porque não é mais um país onde a questão populacional seja uma preocupação, porque a taxa de fecundidade das mulheres baixou a ritmos mais intensos que no restante da América Latina. Então, existe uma profunda contradição entre o que está colocado na Plataforma de Ação e o que na realidade está acontecendo (Araújo, Coletivo Feminista da Sexualidade e Saúde).

Viezer (Rede Mulher de Educação) também apóia as observações anteriores sobre “recursos e necessidades” e conjuntura internacional, sobre o paradoxo entre a globalização da economia e o retraimento do quadro de solidariedade internacional e de cooperação externa, e alerta para a importância de um capital cultural em administração e contabilidade por parte das mulheres, socializando-se com o mercado financeiro, apostando também na aproximação ao poder público, postura que pediria mais análises sobre viabilidade e eficácia, considerando o retraimento de tais ambiências, no plano de crédito social ou a fundo perdido.

Segundo Viezer, as ONGs passam por um momento difícil. Houve uma etapa em que as ONGs mais militantes, ligadas aos

movimentos sociais, conseguiam o apoio das ONGs solidárias no Canadá, Suécia, Holanda etc. Agora, essas ONGs solidárias estão tendo problemas em seus países, que exigem que se apóie a pobreza no próprio país. Faz falta aprender como se relacionar com bancos, com a empresa privada e também com os ministérios.

Experiências e representações sobre gênero e meio ambiente, por agências

Esta parte do estudo tem como orientação os seguintes pontos:

- perspectivas das diversas agências em relação à equação gênero e meio ambiente;
- experiências locais atuais que objetivam a mudança nas relações de gênero e meio ambiente.

No registro de experiências selecionadas e do ideário dos entrevistados, destacam-se indicadores sobre gênero e meio ambiente, sinalizando para a diversidade de concepções sobre cada uma das dimensões e relações entre elas.

OG Conselho Nacional dos Direitos Da Mulher (CNDM)

Segundo Oliveira, presidente do CNDM em 1997, a pauta do Conselho é predeterminada, havendo engajamento em sistemáticas ministeriais do Executivo para garantir direitos básicos. O papel ideológico das ONGs junto ao CNDM, na época da ECO, restringiu-se, voluntariamente, à defesa da democracia. Essa defesa tem sido a voz utópica do conselho e a mais ampla. Um órgão como o CNDM, com as atribuições que tem, dificilmente será um ativador de um debate sofisticado.

Estamos insistindo numa possível relação com a Câmara para construir uma frente comum, a comissão do Congresso constituindo o monitoramento das estratégias. Temos ali reivindicações muito antigas, que vêm se arrastando — saúde, educação, trabalho —; temos

tópicos inovadores, como introdução do trabalho doméstico no âmbito do trabalho nacional (Oliveira, CNDM).

Do documento “Estratégias da Igualdade: Plataforma de Ação para Implementar os Compromissos Assumidos pelo Brasil na IV Conferência Mundial da Mulher”, assinado pela Presidência da República em 8 de março de 1997, destacamos as seguintes recomendações, com uma leitura sobre sua potencialidade para a equação gênero e meio ambiente:

“Combate à Pobreza”: Promover a interlocução do CNDM com:

- INCRA — para garantir às mulheres trabalhadoras rurais direitos iguais na distribuição de terras, como previsto na Constituição de 1988;
- DATER/Secretaria de Desenvolvimento Rural/Ministério da Agricultura — para ação conjunta em relação às políticas públicas de assistência técnica e extensão rural;
- Secretaria de Desenvolvimento Rural — para ação conjunta em relação às políticas públicas traçadas pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF);
- FUNAI — para estender às mulheres indígenas os pressupostos dos direitos humanos das mulheres;
- Incentivar a realização, pelo IPEA e IBGE, de mapeamento da pobreza feminina, assim como monitoramento do impacto das políticas públicas na reversão desse quadro.

ONG Movimento de mulheres

Educação, Gênero e Meio Ambiente (Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação — CEPIA)

Em alguma medida, a maioria dos programas administrados por ONGs feministas ou do movimento de mulheres inclui, entre

seus objetivos, conscientização e capacitação para lidar com dimensões do meio ambiente e seus efeitos na saúde e no corpo da mulher.

A CEPIA, com sede no Rio de Janeiro, caracteriza-se por combinar, como indica seu título, vários tipos de atividades, com ênfase nos direitos e deveres, no plano da cidadania. Linhares revela como a ênfase em responsabilidade cidadã leva a combinar advocacia/serviços por parte do Estado e educação ambiental:

Buscamos, dentro dos nossos projetos, discutir conceitos de desenvolvimento com as mulheres e o que impede as mulheres de terem poder e serem titulares de desenvolvimento. Quer dizer, qual é o modelo de desenvolvimento que tem levado a mulher a não ter poder, não ter direitos, não ser titular de direitos, que acaba por fazer com que homens e mulheres estejam no mesmo “barco” (Linhares, CEPIA).

Ainda segundo Linhares, não se adota a perspectiva de um algoz ou de uma vítima, mas deixar populações inteiras se fixarem na beira de rios, de esgotos, sabendo que a próxima chuva de verão vai levar todo mundo, impulsiona a busca de alternativas. É possível travar com grupos de base esse tipo de discussão, mas envolvidos com a melhoria da qualidade de vida das comunidades no sentido mais imediato, que é calçamento, esgoto, erradicação de doenças causadas pelo não-recolhimento de lixo, poluição de águas etc.

Assessoria Jurídica — Meio Ambiente, Gênero e Parceria com Governo Municipal (THEMIS)

A ONG THEMIS, de Porto Alegre, tem entre seus objetivos “a promoção da formação de promotoras legais populares e o encaminhamento da interlocução com o Poder Judiciário”. Meio ambiente seria tratado “indiretamente”.

Temos uma promotora legal popular que montou uma cooperativa de reciclagem de lixo em um bairro, chamada Matos Sampaio. Junto com a comunidade, elaboramos um projeto com a prefeitura, em parceria.

Conseguimos apoio de entidades internacionais. A GTZ ajudou em alguns projetos, montaram oficina de capacitação, de planejamento. Elas recebem os caminhões de lixo da prefeitura e procedem à reciclagem. Elas trabalham com educação ambiental também.

Quando as mulheres iniciam o curso, normalmente não têm dentes, possuem uma postura curvada, mas no final do curso estão com outra postura. Os projetos “mexem” com a auto-estima, dão conhecimentos sobre leis, por exemplo, e conhecimento é poder. O trabalho é monitorar também a liderança comunitária, cuidando da questão de gênero (Soares, THEMIS).

O caminho da THEMIS é identificar obstáculos, pensar políticas públicas e construir medidas de proteção. Na região Leste, uma das promotoras da THEMIS criou um centro de defesa ambiental — atende defesa ambiental, reciclagem de lixo e educação em direito, trabalhando com mulheres, como as catadoras de lixo. A rigor, é um projeto com outra filosofia, mais estrutural e em parceria com o poder municipal. Além de reciclar o lixo e gerar renda, pretende-se promover educação ambiental com mulheres e crianças.

A Agenda 21, Ação das Mulheres e o Projeto Ecologia do Trabalho da Mulher (REDEH)

Percurso da ONG REDEH (Rede de Desenvolvimento Humano) e da Agenda 21 local. A REDEH e a Rede Mulher de Educação são duas ONGs de âmbito nacional que desde a organização da participação das mulheres na ECO-92 vêm investindo explicitamente em meio ambiente. Segue-se testemunho de Schumacher, que também teve destacada participação na ECO-92, na modelagem da Caravana Verde, e participa da coordenação da REDEH:

Nosso trabalho, desde a fundação da REDEH em 1987, foi mudando, sendo depurado ao longo do processo. A missão da REDEH sempre foi de estimular, de inserir novos assuntos no contexto da sociedade, articulados com a tecnologia e, de certa maneira, articulados à questão do desenvolvimento sustentável no âmbito do movimento

de mulheres. Hoje, nosso papel vem mudando. Buscamos o complemento importante das parcerias, com outras ONGs e setor governamental, o que faz com que as experiências permeiem a política pública. Hoje temos um lugar conquistado em nível da sociedade, sobretudo no setor não-governamental.

Segundo Corral, da REDEH, o desafio hoje é criar um campo de trabalho que efetivamente passe de uma mobilização, ou de uma conscientização sobre um tema, para uma ação concreta, prática.

A participação no processo da Agenda 21 é muito importante, assessorando como fazer, como concretizar a Agenda 21, como colaborar na gestão para que a mulher esteja inserida nos diversos cotidianos.

Para a implantação em nível local da Agenda 21, com a ação das mulheres, segue-se na REDEH o modelo da Caravana Verde, insistindo na parceria com municípios e organizações locais:

A parceria é para estimular as comunidades a identificar seus problemas específicos, em relação a questões tais como a degradação ambiental nos aspectos relativos à saúde e outros itens da Agenda 21. Em 1993, abarcaram-se sete municípios no Estado de São Paulo. Hoje, tal parceria vem sendo implantada “com a mesma dinâmica” no Estado do Rio de Janeiro (Corral, 1997a).

Ecologia do Trabalho da Mulher

“Ecologia do Trabalho da Mulher” é um projeto da ONG REDEH, que tem como perspectiva trabalhar ecologia por múltiplas territorializações. Esse projeto visa traçar mapas de risco de duas categorias profissionais: trabalhadoras das indústrias têxteis e enfermeiras que lidam com portadores do vírus da AIDS. Para tanto, realizaram uma pesquisa sobre a realidade do trabalho.

Na outra área da ONG, que é de capacitação, são realizadas as chamadas oficinas — conhecimento do corpo, saúde, direitos reprodutivos e sexuais, métodos, aborto, esterilização — com grupos no

Rio de Janeiro. Houve um projeto de saúde destinado a capacitar trinta mulheres jovens para trabalhar com agentes de saúde. Essas mulheres fizeram um estágio nos postos de saúde e agora trabalham em comunicação. Ganhavam transporte, alimentação e atualmente são seis no mercado, trabalhando na produção de programas de rádio.

Nos trabalhos com as mulheres em bairros, municípios, aparece a questão do lixo. As mulheres ainda não fazem a ligação do corpo com o meio ambiente. Por exemplo, o lixo que eu consumo é o que eu produzo, isso aparece pouco. A excessiva medicalização do corpo, o parto natural são temas sobre os quais têm que ajudar para que se lembrem. Elas se referem mais à alimentação (Schumacher, REDEH).

Programas de rádio enfocando gênero e meio ambiente (CEMINA-REDEH)

Tendo como principal idealizadora a jornalista Marta Régia Di Pierra, por meio da ONG CEMINA, também relacionada à REDEH, foi iniciado há quatro anos um programa intitulado Natureza Viva, que vai ao ar por dez minutos, transmitido pela Rádio Nacional Amazônia, Radiobrás. Segundo Di Pierra, o programa aborda a condição feminina e o impacto do meio ambiente no corpo das mulheres.

Considerando tanto o formato temático do programa, a interação entre a responsável e a população receptora, como seu alcance, população ouvinte e respostas ao programa, tal experiência pode ser caracterizada como bem-sucedida no plano de conscientização/educação ambiental e de gênero. De acordo com Di Pierra:

o programa trabalha a questão ambiental, mas a Natureza Mulher cuida justamente da nossa geografia interior, nossos rios, nossas pausas, menopausas, nossos problemas e a questão do impacto do meio ambiente no corpo feminino. Eu vou monitorando através dos agrotóxicos essas questões que permeiam até a legislação trabalhista, que é muito falha para a mulher ribeirinha, para a mulher rural. O programa quer estabelecer uma rede em toda a Amazônia Legal, que possa nos abastecer com informações, tendo as pró-

prias mulheres como porta-vozes dessas informações, falando direto de onde estão.

Entre os grupos de mulheres contatados pelo programa Natureza Mulher, para que suas experiências fossem socializadas, estão: as quebradeiras de coco, as pescadoras, as mulheres seringueiras. O programa já ministrou cursos de Capacitação em Rádio, visando alcançar pessoas e comunidades que estão no mais completo isolamento, com poucas condições de locomoção. Programas de rádio são elaborados junto com as comunidades, identificando-se agentes de saúde, líderes comunitários, radioamadores e também problemas comuns, como casos de expulsão de pequenos produtores e colonos das terras pelos fazendeiros na área do babaçu.

Di Pierra ressalta a interação entre meio ambiente, trabalho e saúde, levando em consideração o tipo de população de referência. Por exemplo, mulheres trabalhadoras rurais, em condições de miséria e de trabalho de risco para a saúde, como as quebradeiras de coco, que

[...] carregam muita “palha no lombo”, como elas dizem, muito peso. Isso faz com que os órgãos genitais se dilatam, até porque elas têm muitos filhos (encontrei mulheres com uma média de cinco filhos). Lidam de forma inadvertida com veneno, agrotóxicos, até porque têm dificuldade de lidar com o que não vêem, as doenças degenerativas [...] comprometendo a prole.

Outro programa de rádio ligado à ONG CEMINA é o Fala Mulher. No ar há mais de seis anos, o programa tem uma hora de duração e é transmitido diariamente pela Rádio Guanabara, afiliada da rede Bandeirantes, no Rio de Janeiro. Às terças-feiras, trata de ecologia e meio ambiente. Também veicula campanhas de alimentação e “histórias” sobre amamentação, entre outras; edita fitas cassetes que são distribuídas por várias entidades, como as que se referem a gênero e meio ambiente: “Com Garra e Qualidade: Mulheres Extrativistas”; “As Sementes da Mudança: Reduzir, Reciclar e Reaproveitar”; “Mulheres em Comunicação com o Meio Ambiente”; e “As Conferências da ONU nas Ondas do Rádio”, elaboradas

com apoio de entidades nacionais governamentais, como o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, e agências internacionais, como Unifem e FNUAP.

Entre representações sobre gênero e meio ambiente de Guillón, da ONG CEMINA, salientamos a ênfase no corte de gênero, na abordagem de questões relativas ao meio ambiente, destacando especificidades relativas, por dinâmica cultural, em uma estratégia de mudança de relações de gênero, tanto investindo na decodificação e delimitação de papéis por sexo/gênero, quanto no fornecimento de mais informações sobre formas de melhor exercer tais papéis, considerando a saúde da mulher e o bem-estar da família.

Centro de Referência, Documentação, Divulgação e Multiplicação (CIM)

A ONG CIM (Centro de Informação da Mulher), fundada em 1981, localizada em São Paulo e coordenada por Suzana Maranhão e Sonia Calió, atua, segundo Maranhão, “como um centro vivo de referência, informação e documentação, nas redes nacionais, latino-americanas e internacionais, buscando trazer à tona os debates do movimento, disseminando-os, sobretudo através de publicações e seminários”.

O CIM também dá assessoria aos seguintes grupos de mulheres, no que se refere à implantação e desenvolvimento de centros de documentação e informação: governos locais, vereadoras e representantes municipais na elaboração de políticas públicas relacionadas às questões de gênero, especialmente à ação legislativa e à elaboração de planos diretores municipais; e a escolas, sindicatos, entidades, por meio da formação e informação sobre questões de gênero, feminismo e exercício da cidadania das mulheres.

Maranhão, analisando as atividades na ECO-92, ressalta a importância da participação não só para introduzir debates sobre gênero e meio ambiente, mas para identificar a importância de participar das conferências posteriores, marcando enfoques de gênero nos debates prévios, quando das preparatórias, e contribuindo para sua divulgação.

Entende que o CIM teve uma participação significativa durante a ECO-92, com várias publicações sobre mulher e meio ambiente. Nesses últimos três anos, com os *Cadernos do CIM*, houve participação nas conferências internacionais desde a ECO-92. Pela primeira vez, ocorreu a ligação entre gênero e meio ambiente. O estímulo externo foi sem dúvida a ECO-92. “*Entramos em contato com algumas ONGs ambientalistas e, juntamente com essas e outras ONGs feministas, como a REDEH e a Rede Mulher, organizamos seminários onde se abordava gênero e meio ambiente*” (Maranhão, CIM).

Saúde e Sexualidade (Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde e Rede Nacional de Saúde e Direitos Reprodutivos)

Essa ONG trabalha, desde 1981, no atendimento direto às mulheres e comunidades, relacionando saúde, cidadania e conscientização sobre o fluxo entre o corpo (em sentido amplo), a comunidade e a natureza, enfatizando como ocorre o consumo nessas dimensões. A importante e original tradição do movimento feminista — seu caráter libertário — localiza no corpo a casa primeira, fonte de prazer ou de aprisionamento. Tal tradição é rerepresentada nessa experiência. Ao mesmo tempo, destaca a perspectiva de desenvolvimento sustentável, qual seja, a preocupação com carências materializadas, imediatas, prestação de serviços e investimento em mudança de mentalidade, por consciência de cidadania e de individualidade harmonizada com a natureza. O Coletivo está com a sede da Rede Nacional de Saúde e Direitos Reprodutivos, e tem um programa de bolsas juntamente com outros centros na América Latina. Araújo assim explicita a filosofia e a prática do Coletivo:

O Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, quando fundado em 1981, tinha o nome de Grupo de Sexualidade Política e era formado por algumas mulheres que tinham vindo da França. Começamos a tratar da saúde e da sexualidade a partir da Associação das Mulheres, uma associação das mais fortes naquele momento aqui em São Paulo. Terminou por questões partidárias, e fundamos o Coletivo em 1984. O ambulatório começou em 1984. Temos uma série de ativida-

des, sobretudo na área de atendimento direto às mulheres, na área de saúde, aí como um todo — ginecologia, obstetrícia, saúde mental e questões ligadas à sexualidade, à AIDS. Temos uma parte de elaboração de materiais educativos, uma de formação na área de violência, que é feita junto com o Departamento de Medicina Preventiva da Universidade de São Paulo (USP). São cursos para profissionais de saúde, lideranças comunitárias, para atender mulheres em situação de violência sexual e doméstica.

Nas atividades de capacitação, o Coletivo trabalha a importância da alimentação, dos alimentos saudáveis, o significado do agrotóxico para as mulheres, e as relações entre o câncer de mama e a questão da radiação.

Basicamente, 60% das mulheres atendidas pelo Coletivo em São Paulo ganham até dois salários mínimos, e as demais são mulheres profissionais liberais, estudantes, as próprias feministas, que vêm muito no Coletivo, professoras, jornalistas, advogadas. O Coletivo oferece um atendimento bastante especial: cobra 50 reais a consulta mais cara.

Quanto ao meio ambiente e desenvolvimento sustentável, o Coletivo atua com a questão do trabalho ligado ao meio ambiente. No 8º Encontro sobre a Saúde da Mulher (maio, 1997), houve uma mesa a respeito da mulher, gênero, trabalho e meio ambiente, com a participação de pessoas de vários países. Entendemos que é impossível desligar a questão da saúde da do meio ambiente.

O Ambulatório é avaliado pelas beneficiárias, que respondem a um questionário sobre o Coletivo. Há todo um acompanhamento. As mulheres indicam o que querem que seja mudado; além disso, duas vezes por ano, respondem a uma ficha de avaliação. Os trabalhos são acompanhados e avaliados também pelas agências que financiam.

Ação Cultural, Gênero, Qualidade de Vida, Desenvolvimento e Meio Ambiente (IDAC)

O Instituto de Ação Cultural (IDAC) é uma ONG voltada para pesquisa, produção de material escrito, áudio e visual, e intervenção nas áreas interligadas de educação, saúde, qualidade de vida, desen-

volvimento e meio ambiente, que há muito se volta para o debate e a ação sobre gênero e meio ambiente. É uma das ONGs em âmbito nacional, de corte feminista, de mais longa vida. Fundada em 1971 (em Genebra, Suíça), foi oficializada no Brasil em 1980.

Nos anos 80, o IDAC se orientava para a educação popular e necessidades básicas quanto à qualidade de vida, relacionando-se à pobreza e à exclusão social, junto a associações comunitárias e grupos de base. Dessa fase, entre outros, são os seguintes projetos: programa de educação de mulheres para ações preventivas no campo da saúde, qualidade de vida e meio ambiente.

A partir de 1980, o IDAC passou a desenvolver trabalhos de pesquisa, assessoria e consultoria junto a órgãos governamentais em nível federal, estadual e municipal, voltados para políticas públicas, constando como alvo, entre outras áreas temáticas, a saúde. O IDAC trabalha em projeto conjunto com os Conselhos Estaduais dos Direitos da Mulher, sobre mulher e meio ambiente: o pós-ECO-92, no Brasil. Contribui também para a coordenação e a planificação estratégicas do Programa Comunidade Solidária, do Governo Federal, “na forma de mobilização e parceria Governo e sociedade civil, no combate à pobreza e à exclusão social”, desde 1994.

Em 1992, elaborou estudo em convênio com o PNUD/Unifem para a implementação de um programa sobre mulheres, meio ambiente e desenvolvimento no Brasil (Informação Básica sobre o IDAC).

O IDAC, por intermédio de suas coordenadoras Mariska Ribeiro e Rosiska Darcy de Oliveira, teve intensa atuação no processo da ECO-92. Em 1992, começou a preparação para a ECO-92 e a reflexão das mulheres a respeito da importância de participarem de campanha em prol de um meio ambiente sadio. O IDAC foi um participante ativo da ECO.

Relações Sociais, Gênero, o Humano e a Natureza — Educação Popular (Rede Mulher de Educação)

A Rede Mulher de Educação também se destaca como ONG de âmbito nacional, de sólido curso de vida, fundada em 1983. Tem

legitimidade nacional e internacional, explicitando em seus objetivos tanto uma perspectiva de gênero integral, voltada para as relações entre homens e mulheres, quanto para relações sociais “harmônicas” entre seres humanos e a natureza. Com vasta experiência em trabalhos diretos com organizações de base, grupos de mulheres, em especial na área rural, em todo o país, prioriza a educação popular, a formação de liderança e enfoque de gênero, tendo como constituintes e grupo-alvo as mulheres pobres, trabalhadoras rurais. É também umas das poucas ONGs do movimento de mulheres que trabalha “especificamente com o tema ambientalista”.

Viezza, fundadora e coordenadora da Rede Mulher de Educação, relata as áreas de atividades da ONG, indicando alinhamento a tendências recentes das ONGs do movimento de mulheres: influenciar políticas, inclusive em temas não exclusivamente relacionados à mulher; aproximar-se de ONGs mistas e trabalhar ou com grupos mistos ou com temas que envolvam homens e mulheres, buscando mudanças de mentalidade; e ampliar contatos, participação e parcerias para implementar as Plataformas de Ação das Conferências Internacionais e, em relação à gênero e meio ambiente, a Agenda 21 das mulheres. No caso da Rede Mulher de Educação, também enfatiza o trabalho direto com/para as mulheres em comunidades, organizações de base, trabalhadoras em situação de pobreza, de setores populares.

Viezza ressalta que continuou o trabalho durante o ano de 1994 com o tema dos agrotóxicos, a produção alternativa de alimentos, desenvolvendo um trabalho com o Instituto ECOAR, na publicação *Avaliando a Educação Ambiental no Brasil*. Existem outros materiais publicados pelo Instituto ECOAR, como o artigo “Relações de Gênero na Educação Ambiental”, defendendo a existência de uma ligação entre padrão de pensamento do “homem” ocidental e a cultural patriarcal. Dessa forma, o movimento em defesa do meio ambiente traz em seu bojo um caráter de libertação das mulheres, assim como o feminismo busca uma reidentificação positiva entre a mulher e a natureza.

Sobre capacitação e produção de material, a Unifem promoveu um trabalho que se chamou “Mulher, Meio Ambiente e Desen-

volvimento”, com quatro ONGs, no qual a RME ficou responsável pela parte de capacitação. O projeto durou três anos e produziram-se materiais, que incluíam alguns textos traduzidos. O trabalho se realizou por meio de oficinas de capacitação, começando com a preparação para a ECO-92, dentro do Planeta Fêmea, mas também trabalhando situações vividas pelas mulheres — eram todas pequenas produtoras.

No Paraná, por exemplo, trabalhou-se com o uso e abuso dos agrotóxicos, discutindo-se como os agrotóxicos fazem parte de um modelo de monocultura, e como o uso desses produtos atinge homens e mulheres. Essa atividade incluiu um estudo de laboratório. Os eventos desse trabalho foram depois multiplicados pelas mulheres em suas comunidades. Quando o curso é repassado, as mulheres mandam notícias que são divulgadas no Boletim da Rede Mulher de Educação.

Houve um curso — Rompendo o Teto de Cristal — sobre as relações de gênero, que resultou em um manual relacionado com a geração de renda para as consultoras locais. Foi também produzido o *Manual para o Uso de Rádio e de Vídeo* e as publicações *Mulheres em Economias Sustentáveis: Agricultura e Extrativismo* e *Novas Relações entre Homens e Mulheres na Produção e Consumo de Alimentos*.

As mulheres em ONGs locais (organizações de base) trabalham também com/em rádios. Segundo Viezzer, “*é importante que saibam como fazer os programas, operar vídeos*”. A Rede publicou, com o patrocínio da Unesco e juntamente com a CEMINA, o *Manual para o Uso do Vídeo e do Rádio: Mulheres em Comunicação com o Meio Ambiente*.

Viezzer testemunha as condições de vida das mulheres que em comunidades rurais e urbanas, por meio das organizações de base, associam-se à Rede. Testemunha também a materialidade dos debates sobre globalização, quando mulheres em específicas condições de trabalho são referidas. Destaca-se a consciência dessas mulheres sobre sentidos da globalização para suas condições de vida e trabalho.

A fundadora da Rede Mulher de Educação sugere a importância da prática direta, da observação no campo, questionando posturas genéricas. Por exemplo, a parceria entre o trabalho por meio do conhecimento construído, técnico, e o saber popular é revisitada, sem valorizações *a priori* de seu significado, mas validando o conhecimento popular. Além disso, Viezzer destaca a complexidade do movimento entre o privado e o público, movimento esse relacionado ao engajamento das mulheres no trabalho comunitário. Tal trabalho vem acompanhado de mudanças nas relações de gênero, quer na casa, quer nas organizações de base, associando-se capacidade de liderança e aprendizagem técnico-gerencial.

O trabalho popular, para melhorar a qualidade de vida das populações, acabou revertendo em processos de maior desequilíbrio da natureza. Por exemplo, o fato de conseguir asfalto, água encanada, fez com que, em certos bairros da periferia de São Paulo, se terminasse com os mananciais da zona sul, aumentando a deterioração da qualidade de vida e a situação de pobreza.

Para as mulheres, fica clara a necessidade da aprendizagem de como trabalhar para si mesmas e serem capazes de dialogar com os que têm as idéias patriarcais. Isso mostra a necessidade de capacitar para a negociação, para assimilar toda a linguagem, metodologia que elas aprenderam nos cursos; e também a necessidade de capacitação para redigir projetos, dirigir entidades. Isso é muito novo com relação à vida das mulheres (dos setores populares), considerando-se vinte anos atrás (Viezzer, RME).

Experiências locais bem-sucedidas na relação gênero e meio ambiente

Tendo como referência as entrevistas realizadas com representantes de ONGs feministas, seguem-se projetos locais gerenciados por mulheres e relacionados a gênero e meio ambiente, considerados bem-sucedidos.

Para Viezzer, todos os projetos ligados à Rede Mulher de Educação seriam bem-sucedidos no equacionamento gênero e meio

ambiente, como os projetos de plantas e ervas medicinais, e todos os que apresentam uma sabedoria acumulada e totalmente escondida que está na mão das mulheres.

Assim, os projetos de multimistura, que forçosamente estão trabalhando a biodiversidade, constituem-se em complemento alimentar, feito de folhas ricas em nutrientes e sais minerais, que geralmente são jogadas fora.

O projeto de d. Raimunda (trabalhadora rural, quebradeira de coco de babaçu) no Tocantins é considerado bem-sucedido, pois as mulheres dizem que conseguiram as terras, estão assentadas, têm os filhos estudando e os homens perceberam a força feminina. Dona Raimunda foi a Nova York, Canadá e Beijing para falar sobre a Amazônia.

Viezza conta que quando conheceu d. Raimunda em 1987, ela só falava da terra, dos homens e do padre Josino. Quando viu pela primeira vez na vida 500 mulheres reunidas discutindo a Constituinte, logo pensou no babaçu e por que as mulheres não se organizavam. Desde então fizeram oficina no local e foram se tornando líderes. D. Raimunda não sabe escrever, mas tem ótima memória oral, conta números, sabe poemas e canções. Interage via sabedoria acumulada.

O projeto de d. Raimunda, sua liderança e a organização das mulheres quebradeiras de coco têm colaborado na recuperação da auto-estima, na luta por reconhecimento na comunidade de temas considerados domésticos, nas críticas e denúncias sobre a pobreza e na luta pela terra.

As quebradeiras de coco são as que estão conseguindo acelerar o seu processo de atuação, de visibilidade. D. Raimunda (única mulher do Conselho Nacional dos Seringueiros, Tocantins) foi para Beijing falar sobre como elas mudaram a situação e já estão comercializando sabão. Faltam questões técnicas para avançar mas, à medida que se fortalecem, vão buscando saídas.

D. Raimunda afirma, segundo Viezza, que alguns viúvos ou solitários escrevem dizendo que precisam de companhia e a des-

crevem como doméstica. Declara que os homens, em tais casos, “não se importam com a aparência, mas só não querem quebradeiras de coco”:

[...] as quebradeiras são bravas. Essa coisa de mulher apanhar, não têm isso não; são elas que batem, são mulheres-tronco. Não têm essa debilidade da mulher da cidade. Até na pele, quando se encosta nessas mulheres, parece que você está abraçando uma árvore de 300 anos, têm muito vigor (Viezzler, RME).

CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Uma das marcas da contemporaneidade estaria no lidar com a diversidade, identidades e alteridades, ou seja, reconhecer o outro, questionando dicotomias. No movimento feminista, a voz das mulheres negras, das indígenas, das jovens, das que estão na terceira idade, das que optaram por tipos diferenciados de maternidade, ou pela não-maternidade, e as de orientação sexual homo ou plural, questionam padrões de normalidade, ou os interesses da Mulher. A referência a mulheres amplia o debate sobre igualdade e diferenças, pela classe social, para além dos tradicionais parâmetros de gênero, outra dicotomia, quando se entende gênero como mulher *versus* homem. Hoje enuncia-se outro vetor no parâmetro de gênero, ou seja, compreender e trabalhar com os homens, por incursão em identidades masculinas.

Internacionalmente, tal tendência — olhares plurais e sobre o plural — viria sendo burilada para além da diversidade, enfatizando a comunicação e a participação, transformando diferenças que são intolerâncias, ou convivências meramente toleradas. Também seriam questionados modismos que convertem temas emergentes da contemporaneidade em subtítulos de temas clássicos, terrivelmente presentes e até em expansão, como as desigualdades sociais, a pobreza, a exploração no trabalho e a exclusão, resgatando-se debates sobre classe social, enriquecidos e coloridos por consideração a diversos sistemas de discriminação e diversas linguagens de afirmação de direitos humanitários.

Tal postura viria sendo refletida por autores de distintas áreas do conhecimento, como forma de evitar violências diversas e de enriquecer o conhecimento quanto a possíveis alternativas. Conhecimentos da contemporaneidade, como o feminista e o de orientação ecológica, são reaccessados não como advocacias particularistas, mas contribuições à crítica cultural.

Assumir controvérsias, pontos de vista, alguns de fato irredutíveis ou em contradição, porque apontam para visões de mundo, ideologias, interesses incompatíveis, seria algo particularmente doloroso para conhecimentos e movimentos sociais que se pretendem abrangentes, “holísticos”, e que se apóiam na solidariedade e em noções de bem comum.

Tanto o feminismo como o movimento ecológico, assim como os novos enfoques sobre população, reivindicam direitos e sujeitos novos, que foram omitidos na história oficial e na micropolítica: sujeitos particulares, mulheres, Terra, a terra e os que dela cuidam, nela vivem e se incorporam. Os povos, segundo raça/etnicidade, sexo/gênero, nacionalidade/geração, a depender da corrente e da prática, questionam cenários moleculares, modelos de desenvolvimento e de civilização.

Contudo, existem disputas sobre linhas, propriedades de área e eixos, sobre gênero, meio ambiente e população; há divergências sobre relações entre cultura e natureza, público e privado, igualdade e diferença, objetivo e subjetivo, o econômico em relação ao político e ao cultural, além dos interesses instrumentais por afirmação de identidades institucionais e acesso a fundos com rubricas próprias. Tais disputas indicam que mais que conciliações, sínteses, amalgamentos artificiais, haveria que se reconhecer frentes, comunalidades para ação e para o debate de idéias, assumindo-se controvérsias, ideários sobre o ser e o vir a ser. Esse foi o estímulo básico deste trabalho, realizado pela UNESCO/EPD, mapeando posições, representações e experiências que buscam ultrapassar territórios temáticos, combinando gênero, população e meio ambiente.

A preocupação das pesquisadoras foi a de mapear o equacionamento gênero e meio ambiente nos anos 90, no Brasil, na ambiência

de algumas Organizações Governamentais (OGs) e de várias Não-Governamentais (ONGs) de maior porte, vida mais longa, ou de raio de ação nacional. Algumas ONGs vêm se destacando no cenário do movimento de mulheres e do movimento ambientalista desde períodos que marcam a visibilidade e a presença pública, notada e anotada nos movimentos da década de 1980, para o feminismo, e daqueles de inícios dos anos 90, para o movimento ambientalista, e em especial para o Planeta Fêmea, movimento feminista que lançou pontes entre gênero e meio ambiente na ECO-92.

Neste trabalho, privilegiou-se o exploratório, sem análises de discursos mais posicionados sobre estado da arte, quanto a ideário, programas e políticas. Mapear perspectivas, práticas, tendo como núcleo e referência o movimento de mulheres na vertente ONGs e chegar a recomendações, eis a intenção. Por outro lado, optamos por abordar as Organizações de Base — associações de moradores, sindicatos, movimentos sociais, grupos de mulheres em bairros, organizações de mulheres do Movimento Negro — relacionadas com o Movimento de Mulheres, na área urbana e na área rural.

As entrevistas sobre o tema gênero e meio ambiente, se não cobriram todo o espectro de posições possíveis ou vigentes no Brasil, indicaram razoável multiplicidade de perspectivas. Foram selecionados, para estruturar as análises sobre o ideário das ONGs do movimento de mulheres, os testemunhos sobre significados das Conferências Internacionais das Nações Unidas, do ciclo 80/90, com especial referência à ECO-92, no Rio de Janeiro, e, em menor extensão, à Conferência Mundial sobre População, em 1994, no Cairo, e a IV Conferência Internacional sobre a Mulher, em Beijing, 1995.

Tal posição analítica não implica na defesa em si, ou como “a saída”, de um terceiro poder, das ONGs, privilegiando ou o não-governamental ou o neogovernamental. Ao buscar identificar posições sobre as experiências de políticas públicas, reconhece-se implicitamente a importância e o lugar do Estado.

De fato, a tônica, em última análise, foi discutir políticas públicas e o papel das ONGs em tal configuração. Por outro lado, também não se assumiram os debates e as ações ligados a gênero e meio

ambiente no Brasil, nos anos 90, como necessariamente subsidiários das Conferências do Ciclo Social da ONU. Ao contrário, sinaliza-se no texto para controvérsias sobre sentidos e papel daqueles eventos, na dinâmica das ONGs e do movimento de mulheres, em especial no período “pós”, como a chamada “institucionalização” de entidades da sociedade civil.

Nas ONGs, a redução da agenda de solidariedade denuncia e advoga uma orientação por serviços e direitos particularizados em casos de carências em geral, necessidades e agenda dos movimentos de base e das mulheres pobres, assim como destaca a redução do poder de cidadania crítica, que caracterizou os movimentos sociais nos anos 70/80. Reduziu-se a crítica ao Estado, ao modelo de globalização/modernização e às políticas neoliberais — temas esses que foram objeto de polêmica no Encontro Feminista Latino-Americano, no Chile, em 1996.

Contudo, o mapeamento do ideário e das experiências das ONGs de mulheres indicou também como o debate deveria estar mais apoiado em pesquisas, estudos de caso, reconhecendo-se que há ONGs e ONGs. Ainda que haja hierarquias, acesso a financiamentos e a agências internacionais e proximidade ao governo, os indicadores são considerados críticos quanto a fundos. De comum há, também, no plano do discurso, a vontade política por relações sociais melhores, como aquelas entre homens e mulheres que ultrapassem suas exclusões, e vontade de mobilizar-se contra práticas nocivas ao distintos ecos — o eu, o nós, a Terra (Guattari, 1990).

A plasticidade de operacionalizações sobre o que se entende por meio ambiente é a tônica, quer quando se comparam discursos de pessoas em ONGs desenvolvimentistas com as que estão em ONGs ambientalistas, e muito mais entre essas e as que estão em movimentos de mulheres. Quanto mais alto o nível de abstração do discurso, em termos de princípios, maior a concordância e o acento em direitos humanos, democracia e modelos de sociedade, sugerindo que alguma orientação ética por desenvolvimento sustentável propiciaria trânsitos comunicacionais, diálogos, objetivos comuns.

Os discursos analisados mostram que há tendências quanto a temas acentuados, com marcas de gênero, entendendo-se gênero não restrito ao sexo dos informantes, mas à tônica de seus discursos, como a preocupação com as relações sociais de poder entre os sexos e as divisões sexuais de poder, de trabalho e quanto ao lazer e ao prazer.

Por razões ligadas à prática, à formação e mesmo às visões de mundo, quanto mais nos aproximamos do dia-a-dia, de questões concretas, mais se perfilam identificações temáticas por gênero e modos de olhar o meio ambiente. As mulheres do movimento de mulheres referem-se a várias terras/casas; referem-se mais ao corpo, seu uso (turismo sexual) e desejos (sexualidade), condições do trabalho; seu sentido não propriamente produtivo, com referências à dignidade, ao respeito e à auto-estima. Nas falas dos ambientalistas e das pessoas relacionadas a ONGs aparece a preocupação com a população pobre, sua sobrevivência econômica, formas de uso da terra, problemas com a degradação ambiental. Há uma especificação ecológica-agrícola maior entre aqueles em ONGs ambientalistas e desenvolvimentistas, enquanto o trânsito entre população e meio ambiente é de mais fácil identificação entre as ONGs de mulheres.

Vários grupos reconhecem que após a ECO-92 as relações entre feministas e ambientalistas seriam mais fáceis, afastado o viés neomalthusiano no trato da população e a associação, já questionada por vários, entre problemas com meio ambiente e fertilidade. Em contrapartida, todos os grupos também insistem que há relações formais, persistindo paralelismo, divisões de áreas, mas tolerância e diálogo, comunicação, o que implica assumir controvérsias. Também se identifica que mesmo entre as feministas teria havido certo retraimento no debate e no trabalho com questões de meio ambiente. As ONGs de reconhecimento nacional estariam, explicitamente, trabalhando com meio ambiente, de forma prioritária e mais sistemática.

A separação e as divergências de lógica entre ambientalistas e feministas seriam reforçadas também por falta de estudos e pesquisas ou de um lugar acadêmico nos debates dessa área. Conta-se com

poucos trabalhos que invistam em teoria e pesquisa, no campo do equacionamento de gênero, meio ambiente e desenvolvimento sustentável. As departamentalizações entre os saberes construídos academicamente e o saber usado no debate da instrumentalidade por políticas afetariam o estado do conhecimento sobre a intertransversalidade, entre gênero e “sustentabilidade ecológica e social”.

Haveria, por outro lado, temas ausentes no debate e na prática organizacional de corte feminista ou dos movimentos de mulheres, no Brasil, ao tratar o tema do meio ambiente, em que pese serem temas já cunhados como estratégicos para mudanças nas relações de gênero, na literatura internacional.

Por exemplo, Correia (IBASE) lembra o pouco investimento no debate sobre consumo e gênero no Brasil, advertindo, como também o faz Sorj (1992), sobre os perigos das idealizações quanto à “natural” e “positiva” relação da mulher com o meio ambiente:

Na V Conferência sobre o Mercosul, Meio Ambiente e Aspectos Fronteiriços (realizada em 27 e 28 de novembro de 1996, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul), o tema consumo consta, no sentido de proposta de investimento em “educação para o consumo e saúde ambiental”, mas a referência é nutrição e saúde.

Na Agenda 21 considerava-se que se a pobreza era insustentável, também assim deveriam ser qualificados certos padrões de consumo que prevalecem em alguns grupos sociais, advogando investimento na legitimidade de outros estilos de vida mais amigáveis em relação à natureza (ecologia da Terra e dos seres humanos), o que pediria debates sobre padrões de produção, consumo hoje e suas repercussões no amanhã (Abramovay & Castro, 1995), tema ausente, caso se leve em conta a produção recente no Brasil sobre gênero e meio ambiente.

Considerando a avaliação dos relatórios de governo sobre a situação da mulher, relativos a desenvolvimento sustentável e à situação da mulher, apresentados às Nações Unidas na época da preparação da Conferência de Beijing (Abramovay & Castro, 1995), tem-se alguns temas comumente relacionados a gênero e meio am-

biente, não constantes dos discursos e dos programas das feministas brasileiras (possivelmente, se tivéssemos descido a detalhes sobre conteúdo de programas, alguns dos itens listados seriam encontrados. Contudo, a relação indica apenas que não foram priorizados nas entrevistas com pessoas em ONGs do movimento de mulheres):

- acesso à terra; estrutura fundiária rural; crédito rural e distribuição; e efeitos por gênero de tecnologias de organização econômica da produção de alimentos (pontos enfatizados em entrevistas com pessoas em ONGs ambientalistas e de desenvolvimento para este trabalho);
- sistema de informações estatísticas sobre trabalho na área rural; indicadores de qualidade de vida relativos ao meio ambiente, como poluição (do espaço público e da casa); saneamento; água, sua quantidade, qualidade e tipo de acesso; fontes de energia; valor nutricional dos alimentos da dieta dos grupos segundo sua situação de classe social e segundo sexo e idade dos possíveis afetados;
- situação quanto à habitação; *déficit* habitacional e qualidade de transporte urbano e rural, inclusive desenho dos veículos e as necessidades de populações específicas, como mulheres gestantes, com filhos em carrinho e deficientes;
- ritmo de vida na contemporaneidade; dupla jornada; duração do trabalho; tempo de lazer e de sono; efeitos do aumento da economia domiciliar sobre as mulheres, quanto ao uso do tempo e nível da saúde, considerando a qualidade do lugar de trabalho;
- situação das meninas e das adolescentes quanto às condições do lugar de trabalho e de moradia;
- presença e tipo de participação das mulheres na maquinaria do Estado, relacionadas com tomada de decisões e elaboração de políticas relativas ao meio ambiente;
- orçamento público e lugar dos programas relacionados a questões ambientais, tendo em vista gênero dos beneficiários (considerando os entrevistados, tem-se que ambienta-

listas e pessoas relacionadas a ONGs de desenvolvimento enfatizam mais a questão dos gastos públicos por rubrica e tipos de beneficiários, ainda que não se refiram propriamente a constituintes específicos, entre os pobres);

- estado da legislação e o lugar da mulher nessa, quanto a: propriedade da terra e do lugar de moradia; proteção dos trabalhadores contra atividades e relações de trabalho que impliquem risco à saúde;
- tecnologias alternativas disponíveis e possibilidades de participação das mulheres como inventoras e usuárias das tecnologias; tipos de instrumentos usados no trabalho e sua conveniência, considerando a mulher, seu corpo; programas de segurança social, aumento do desemprego, dos sem-teto, dos sem acesso à subsistência básica e dos sem-terra;
- conhecimentos sobre identidade masculina e trabalhos com os homens, em plano relacional homem/mulher, em áreas que tradicionalmente são consideradas da mulher, como saúde reprodutiva, corpo e trabalhos domésticos.

Recomendam-se mais investimentos em estudos, debates, seminários, quer no diálogo entre ONGs ambientalistas, de desenvolvimento, quer em ONGs de corte feminista ou do movimento de mulheres. Considerando-se inclusive debates sobre meio ambiente, como os operacionalizados pela Agenda 21 e outros documentos internacionais de referência.

Da pesquisa realizada para este trabalho, considerando também as reflexões de mulheres em ONGs de corte feminista, destacamos, no plano de alerta para mais investimentos em pesquisas, encontros, debates e reflexão, os seguintes pontos:

- o desconforto com a perda de investimento em utopias e na crítica ao *ethos* político-cultural desses tempos, considerando-se um movimento de origem libertária como o feminismo. Tal tendência viria se refletindo, gradativamente, em vários ensaios sobre ONGs, sua institucionalização, dependência de agências internacionais e de governos, resultando

em competições, fragilizando a solidariedade, causando o afastamento das organizações de base ou a sua tutela, propiciando tendências a particularismos militantes, políticas de identidade;

- a maioria dos entrevistados considera que as Conferências Internacionais das Nações Unidas são positivas, contribuindo para o trabalho dos movimentos sociais e das ONGs, tanto no período de preparação das conferências quanto de realização. Questionam-se os seus efeitos, alertando-se para desmobilizações. O reverso, ou o efeito não esperado das Conferências Internacionais, é também comentado, como a delimitação de agendas, o que não necessariamente significaria interpretações maniqueístas sobre “imperialismos culturais”, ou imposições do estrangeiro. Debates sobre efeitos diversos da globalização da cultura e termos da interação entre o global e o local cruzam-se com preocupações difusas sobre dependência de fundos, sentido das parcerias, negociações e acordos com poderes (governo e agências financiadoras), na seleção de temas prioritários, constituintes, ou seja, a “domesticidade” e o abandono do papel de instância de denúncia, de pressão ou de opção por solidariedade aos excluídos, para alguns, e o pragmatismo, a eficiência, a sintonia com os tempos atuais, o “amadurecimento, dos movimentos sociais”, para outros. São debates referentes a percursos de movimentos que nos anos 70 reivindicavam novos sujeitos e agendas, com acento no trânsito entre macro/micropolíticas, revoluções de comportamento e crítica a rumos da modernização ocidental, como os relacionados ao feminismo, à raça e à ecologia (Castro, 1997);
- diante de tal temática e percursos dos movimentos sociais, em que medida seria o modelo ONG um constituinte desses ou uma agência específica por direitos e serviços? Qual seria o papel do Estado ou de tipos de Estado (o estado mínimo e o de bem-estar social) no debate sobre gênero e meio ambiente? Caberia, também, analisar o papel da universida-

de quanto à instância para estudos de crítica cultural, sobre o sentido da ecologia nos planos da micro e da macropolítica, com ênfase em desenvolvimento sustentável, e sobre o sentido do feminismo, relacionado ao modelo de ONGs. O diálogo entre o conhecimento intelectual, acadêmico e aqueles relacionados a agências e ligados a práticas por direitos ou na prestação de serviços quanto a sentidos de conhecimentos e experiências se faz necessário, em que pesem os riscos ou as virtudes das paixões, do debate mais para o político-ideológico;

- quanto a políticas públicas, considerando-se as divergências e controvérsias, tendem os entrevistados e as entrevistadas a considerar que é no plano local, municipal e comunitário que viriam se dando experiências mais positivas, relacionadas com as recomendações da Agenda 21. Contudo, também se insiste na ausência de uma atuação mais marcada do Governo Federal na defesa do meio ambiente e no apoio a programas que beneficiem homens e mulheres, em particular das áreas rurais e em setores populares urbanos. Experiências como a da multimistura deveriam ser mais amparadas por fundos federais, segundo vários entrevistados, como também exercida vigilância mais efetiva em relação aos efeitos dos agrotóxicos;
- avalia-se como positiva a tendência do governo em criar comissões, conselhos e órgãos por temas, tendo em vista sua emergência e visibilidade social, como as relacionadas a direitos humanos, à questão racial e à população, com participação conjunta tanto de representação ministerial quanto de membros da sociedade civil, de movimentos sociais ou de pessoas com saber reconhecido em áreas do conhecimento;
- com referência aos conselhos estaduais e municipais, por outro lado, considera-se que, para uma efetiva participação democrática, haveria que se planejar mais investimentos em formação, acesso à informação e garantia de autonomia e representação popular, para que, de fato, pudessem as repre-

sentações de cidadania ter uma participação efetiva e condições de diálogo com poderes, sem pressões manifestas ou latentes;

- outro ponto sublinhado são as dificuldades que a maioria das ONGs viriam enfrentando para sua sobrevivência, em particular após as conferências, e em parte pelo retraimento internacional quanto a fundos. Considera-se que as agências internacionais estimulariam uma migração entre temas, mudando-se suas prioridades, a depender da conferência no horizonte, o que também dificultaria um saber cumulativo e uma ação a longo prazo, básica quando se investe em mudanças de mentalidades;
- indica-se que os mecanismos de monitoramento das convenções internacionais, em especial por representações da sociedade civil, deixariam a desejar, quer por falta de conhecimentos especializados, base de informações apropriadas, acesso a políticas e programas, quer pela própria linguagem de muitos itens das Plataformas de Ação das Conferências Internacionais e seu grau de generalidade;
- quanto às proposições na Área de Gênero e Meio Ambiente, acordadas por ocasião da ECOSUL 96, V Conferência sobre Mercosul, Meio Ambiente e Aspectos Transfronteiriços, ocorrida em novembro de 1996 (Viezzler, 1997), chama-se a atenção para o trânsito entre questões macroeconômicas e aquelas referentes à situação das mulheres especificamente, o que vai além de dicotomias e seleção de escala de análise, e a ênfase no humano em tempos concretos. Por outro lado, insiste-se em discursos sobre modernização e mudanças em *ethos* culturais e ideários, o que exige ainda mais investimentos, em um cenário onde interagem questões como:
 - custos sociais e ambientais dos modelos de desenvolvimento;
 - transformações no mundo do trabalho e tendências ao desemprego;

- globalização da economia política e da cultura, por interesses das corporações, e a hegemonia de poderes de alguns países;
- problemas de segurança alimentar;
- efeitos da privatização da saúde e de outros serviços de interesse social;
- falta de representatividade da mulher em postos de tomada de decisão;
- intensificação de violências várias, tanto no espaço doméstico, quanto no público, racismo, intolerância e exclusões sociais.

Adverte-se que neste trabalho ficamos restritas ao universo das organizações governamentais e não-governamentais, pouco explorando testemunhos de pessoas ligadas a movimentos de base, nas comunidades, o que é objeto de outro trabalho, como comentamos, quando reaccessamos reaccessamos discursos das OGs e das ONGs. Por sua vez, o universo que exploramos — Organizações Governamentais (OGs) e Organizações Não-Governamentais (ONGs) — precisaria ser mais documentado, ampliando-se a amostra que usamos, para melhor identificar diversificação regional e diferenças entre ONGs quanto a recursos e legitimidade em relação ao Estado e agências internacionais.

Anexo

ORGANIZAÇÕES ENTREVISTADAS

Organizações Não-Governamentais

ABONG — Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais

AS-PTA — Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa

Associação das Catadoras de Materiais Recicláveis

CAPA — Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor

CNS — Conselho Nacional dos Seringueiros

FASE — Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

GTA — Grupo de Trabalho Amazônico

IBASE — Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

INESC — Instituto de Estudos Socioeconômicos

PÓLIS — Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais

Organizações Não-Governamentais Ambientalistas/Ecologistas

CEASB — Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu (Projeto Memorial Pirajá)

Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

GAMBÁ — Grupo Ambientalista da Bahia

IPÊ — Instituto de Pesquisas Ecológicas

ISA — Instituto Socioambiental

ISPN — Instituto, Sociedade, População e Natureza

CEAO — Centro de Estudos Afro-Orientais (Universidade Federal da Bahia)

Organizações Governamentais

Ibama — Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal

Organizações Não-Governamentais do Movimento de Mulheres

CEMINA — Comunicação, Educação e Informação em Gênero

CEPIA — Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação, Ação

CIM — Centro de Informação da Mulher

Coletivo Feminista da Sexualidade e Saúde

IDAC — Instituto de Ação Cultural

REDEH — Rede de Desenvolvimento Humano

RME — Rede Mulher de Educação

THEMIS — Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes primárias consultadas (entrevistas)

ARAÚJO, Maria José Oliveira (membro). *ONG Coletivo Feminista da Sexualidade e Saúde*. São Paulo, abril de 1997.

ARRUDA, Ângela M. S. (professora de Psicologia). *Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Tese de doutorado sobre gênero e meio ambiente. Rio de Janeiro, março de 1997.

BAVA, Sílvio Caccia (presidente). ONG Abong — *Associação Brasileira de ONGs*. São Paulo, março de 1997.

CINTRA, Maria Alice (coordenadora executiva). ONG GAMBÁ — *Grupo Ambientalista da Bahia*. Salvador, março de 1997.

CORRAL, Thais (co-diretora) ONG REDEH — *Rede de Desenvolvimento Humano*. Rio de Janeiro, março de 1997.

CORREIA, Sônia (membro do corpo técnico). ONG IBASE — *Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, Comissão Nacional de População e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, abril de 1997.

DI PIERRA, Mara Régia (jornalista). *Programa de Rádio “Viva Maria”*, com a WWF, transmitido pela Rádio Nacional Amazônia, Radiobrás. Brasília, maio de 1997.

FEITOSA, Júlia Silva (técnica). ONG GTA — *Grupo de Trabalho Amazônico*. Brasília, fevereiro de 1997.

FORMIGLI, Ana Lúcia (técnica). ONG CEASB — *Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu*. Salvador, março de 1996.

FONSÊCA, Ana Maria Paula da (ex-diretora da ONG BioDiversa). Consultora na área de Meio Ambiente. Brasília, abril de 1997.

GARCIA FILHO, Daniel Prado (diretor). ONG PROTER — *Programa da Terra*. Rio de Janeiro, março de 1997.

GRIMBERG, Elizabeth & COSTA Christiane (técnicas). ONG PÓLIS — *Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais*. São Paulo, março de 1997.

GUILHÓN, Madalena (co-diretora). ONG CEMINA — *Centro de Projetos da Mulher*. Rio de Janeiro, abril de 1997.

KAHN, Marina (secretaria adjunta). ONG ISA — *Instituto Socioambiental*. Brasília, abril de 1997.

LEMONS, Mattos Haroldo (secretário da Coordenação dos Assuntos do Meio Ambiente). OG MMA — *Ministério do Meio Ambiente*, Brasília, março de 1997.

LINHARES, Leila (co-diretora). ONG CEPIA — *Cidadania, Estudo e Pesquisa, Informação e Ação*. Rio de Janeiro, abril de 1997.

LISBOA, Maria Emília Pacheco (diretora da área de meio ambiente e desenvolvimento). ONG FASE — *Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional*. São Paulo, abril de 1997.

MAIA DRAGER, Kátia (coordenadora). *Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento*. Brasília, abril de 1997.

MARANHÃO, Suzana (diretora). ONG CIM — *Centro de Informação da Mulher*. São Paulo, março de 1997.

MINC, Carlos (deputado do Partido Verde.) *Câmara Estadual de Deputados do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, março de 1997.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. OG CNDM — *Conselho Nacional dos Direitos da Mulher*. São Paulo, abril de 1997.

PETERSEN, Paulo (técnico). ONG AS-PTA — *Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa*. Rio de Janeiro, abril de 1997.

PIETRICOVSKY, Iára (assessora). ONG INESC — *Instituto de Estudos Socioeconômicos*. Brasília, fevereiro, 1997.

RENER, Magda (diretora). ONG *Amigos da Terra*. Porto Alegre, março de 1997.

RIBEIRO, Mariska (co-diretora). ONG IDAC — *Instituto de Ação Cultural*. Rio de Janeiro, março de 1997.

RUEDA, Juan Carlos (secretário executivo). ONG CNS — *Conselho Nacional dos Seringueiros*. Brasília, fevereiro de 1997.

SANCHET, Cristina. ONG *Associação das Catadoras de Materiais Recicláveis*. Porto Alegre, fevereiro de 1997.

SAWYER, Donald (diretor). ONG ISPN — *Instituto Sociedade, População e Natureza*. Brasília, abril de 1997.

SCHUMACHER, Schuma (co-diretora). ONG REDEH — *Rede de Desenvolvimento Humano*. Rio de Janeiro, abril de 1997.

SOARES, Márcia (co-diretora). ONG THEMIS — *Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero*. Porto Alegre, abril de 1997.

SORRENTINO, Marcos & TRAJBER, Raquel. ONG ECOAR — *Instituto Ecoar para a Cidadania*. São Paulo, março de 1997.

SURITA, Rita & PEGGLOW, Karen (técnicas). ONG CAPA — *Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor*. Porto Alegre, março de 1997.

VIEZZER, Moema (diretora). ONG *Rede Mulher de Educação*. São Paulo, abril de 1997.

Fontes secundárias consultadas (publicações)

ABRAMOVAY, Miriam. *Género en el Desarrollo Sostenible*. San José, Costa Rica: UICN, ORCA, 1994.

_____ & CASTRO, Mary Garcia. *Environmental Sustainable Development from a Gender Perspective — Fourth Conference on Women, Beijing*, United Nations-Division for the Advancement of Women (DAWN). New York, 1995, (xerox).

ABRAMOVAY, Ricardo. *Da Interdisciplinaridade que Temos à Interdisciplinaridade que Queremos*. Curitiba, 1993, (xerox).

ARRUDA, Ângela M. S. *Uma Contribuição às Novas Sensibilidades com Relação ao Meio Ambiente: Representações Sociais de Grupos Ecologistas e Ecofeministas Cariocas*. 1995. Tese de Doutorado — Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.

ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS. *IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher. Igualdade, Desenvolvimento e Paz*. Beijing, set. 1995, (folheto).

CASTRO, Mary Garcia. *Engendrando Poderes em Tempos Neoliberais. Feminismos e Feminismos*. São Paulo: Ed. Anita, 1997, p. 23-30.

CFÊMEA — CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA. *Cfêmea*, ano V, n. 30-47, 1996, (boletins).

CIM — CENTRO DE INFORMAÇÃO MULHER. *Cadernos do CIM — Mulher, Hábitat e Desenvolvimento n. 3*, São Paulo, dez. 1996.

_____. *Cadernos do CIM — Rede de Saúde n. 19*, São Paulo, nov. 1996.

_____. *Informativo Mulher e Meio Ambiente n. 5 e 6*, São Paulo, jun. 1992.

CNDM — CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA). *Estratégias da Igualdade. Plataforma de Ação para Implementar os Compromissos Assumidos pelo Brasil na Quarta Conferência Mundial da Mulher*. Brasília, 1997, (xerox).

CNDP — COMISSÃO NACIONAL DE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. *Prioridades na Área de População e Desenvolvimento. Subsídios para o Programa do Fundo de População das Nações Unidas para o Brasil no Período 1997-2000*. Brasília, 1996, (xerox).

CORRAL, Thais. As Conferências da ONU e o Novo Conceito de Participação da Cidadania. *Cadernos do CIM — Mulher, Hábitat e Desenvolvimento*, São Paulo, dez. 1996.

_____. (coord.). *Desenvolvimento Sustentável, 100 experiências brasileiras. Consulta Nacional Agenda 21*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 1997a.

_____. (coord.); CORREIA, Sônia; VIEZZER, Moema; CECHIN, Matilde; ROMANI, João; URBAN, Teresa & LADEIRA, Taís. *Temática: Mulheres e o Desenvolvimento Sustentável*. 1997b, (material para a Rio+5, xerox).

CORREIA, Sônia. A Conferência de Beijing: Antecedentes, Significados e Desafios da Implementação. *Cadernos do CIM — Mulher, Hábitat e Desenvolvimento*, São Paulo, dez. 1996.

ECOSUL 96 — Conferência sobre o Mercosul, Meio Ambiente e Aspectos Transfronteiriços. *Agenda das Mulheres da Ecosul*. Subcâmara Técnica: Gênero e Meio Ambiente, Rede Mulher de Educação. São Paulo, 1996, (xerox).

GALLOPÍN, Gilberto, Ecología y Ambiente. In: LEFF, Enrique (coord.). *Los Problemas del Conocimiento y la Perspectiva Ambiental del Desarrollo*. México: Siglo Veinteuno Editores, 1986.

GARCIA, Mara Sandra. Desfazendo os Vínculos Naturais entre Gênero e meio ambiente. *Revista de Estudos Feministas*, Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, n. 0, p. 163-68, 1992.

GUATTARI, Félix. *As Três Ecologias*. São Paulo: Papirus, 1990.

LANDIM, Leilah e COTRIM, Letícia Ligueul. *ONG's: um perfil*. São Paulo: Abong/ISER, 1996.

LAVINAS, Lena. *Emprego Feminino: O que Há de Novo e o que se Repete*. Rio de Janeiro: IPEA/DIPES/UFRJ, 1996, (xerox).

_____ & MELO, Hildete Pereira de. *Mulheres Sem Medo do Poder. Chegou a Nossa Vez*. Cartilha para mulheres candidatas a vereadoras. Brasília: DIPES-IPEA, Bancada Feminina no Parlamento Nacional, IBGE e Senado Federal, 1996.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL. *Desenvolvimento Sustentável, 100 Experiências Brasileiras*. Rio de Janeiro, 1997.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL, MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS, INSTITUTO DE ESTUDOS DE RELIGIÃO. *O que o Brasileiro Pensa sobre o Meio Ambiente, Desenvolvimento e Sustentabilidade*, 1997.

MOREIRA, Tereza. *Caravana Verde — Uma Experiência de Cultivo da Diversidade no Interior Paulista*. São Paulo: Rede Mulher de Educação, (xerox).

REDEH — REDE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, CIM — CENTRO INFORMAÇÃO MULHER & RME — REDE MULHER DE EDUCAÇÃO. *Caravana Verde — A Luta das Mulheres por um Planeta Saudável*. São Paulo: Conselho Estadual da Condição Feminina e Secretaria do Meio Ambiente, 1993, (folheto).

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. *Relatório Geral sobre a Mulher na Sociedade Brasileira*. IV Conferência Mundial sobre a Mulher. Ação para Igualdade, Desenvolvimento e Paz. Brasília, 1995.

SOARES, Vera. Indo para Pequim, as Mulheres Passaram pelo Rio, Viena, Cairo e Copenhague. *Cadernos do CIM*, São Paulo, n. 1, 1994.

SORJ, Bila. O Feminino como Metáfora da Natureza. *Revista de Estudos Feministas*, Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, p. 143-150, 1992.

UICN, PNUMA, WWF. *Cuidar la Tierra, Estrategia para el Futuro*. Gland, Suíza, 1991.

WEDO & REDEH. *Agenda 21 de Ação das Mulheres*. ECO-92. Rio de Janeiro, 1992.

NOTA SOBRE AS AUTORAS

MARY GARCIA CASTRO. Socióloga, professora/pesquisadora da Universidade Católica de Salvador/Instituto família, consultora da UNESCO — Representação Brasil, aposentada da Universidade Federal da Bahia; pesquisadora associada ao Centro de Estudos de Migrações Internacionais da Universidade de Campinas (bolsa CNPq/FINEP-PRO-NEX); Doutora em Sociologia pela Universidade da Flórida, Gainesville (1989), com pesquisa de pós-doutorado como bolsista da Rockefeller Foundation na Universidade da Cidade de Nova York/Hunter College — Centro de Estudos Porto-riquenhos (1993/94). Co-autora com Elsa Chaney do livro *Muchachas no More, Household Workers in Latin America and the Caribbean* (Nova York: Temple University Press, 1991); autora de diversos cadernos de pesquisa e artigos publicados no Brasil, Estados Unidos, Inglaterra e Colômbia, sobre gênero, raça e classe; identidade e produção de sujeitos; mulher e migrações; estudos comparativos entre Brasil e Estados Unidos sobre gênero e raça em sindicatos e entre autoras latino-americanas, além de trabalhos atuais publicados pela UNESCO no campo de juventudes, violência e cultura.

MIRIAM ABRAMOVAY. Socióloga, professora na Universidade Católica em Brasília. Trabalhou para ONGs e Organismos Internacionais como consultora para a América Latina. Viveu muitos anos na América Central, onde trabalhou com a FLACSO como Coordena-

dora da Área de Mulher e Desenvolvimento para a América Central; e com a UICN como Coordenadora do Programa Social da Conservação (1986-1994). Nos Estados Unidos, trabalhou como consultora de vários organismos internacionais, entre eles o Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e a Unifem. No campo de pesquisas sobre gênero, participou, entre outras, da publicação *Mulheres Latino-americanas em Cifras* (1993); escreveu vários artigos sobre gênero e desenvolvimento sustentável e é autora do livro *Detrás dos Bastidores* (1991). Trabalhou como consultora do UNICEF e da OPAS. Atualmente, vem desenvolvendo, para distintas organizações nacionais e internacionais, pesquisas sobre juventudes, violências, educação e cultura.